

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

“FEITO EM CASA”

**O boletim “Prioridade Absoluta” e a escrita jornalística dos
direitos da criança e do adolescente**

Ana Carolina Silveira Fonseca

Belo Horizonte
2012

Ana Carolina Silveira Fonseca

“FEITO EM CASA”

O boletim “Prioridade Absoluta” e a escrita jornalística dos direitos da criança e do adolescente

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociabilidade Contemporânea, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Área de Concentração: Comunicação e Sociabilidade Contemporânea
Linha de pesquisa: Textualidades Midiáticas
Orientador: Prof. Dr. Elton Antunes

Belo Horizonte
2012

301.16 Fonseca, Ana Carolina Silveira
F676f “Feito em casa” [manuscrito] : o boletim “Prioridade absoluta” e a
2012. escrita jornalística dos direitos da criança e do adolescente / Ana
Carolina Silveira Fonseca. – 2012.-

148 f.

Orientador: Elton Antunes

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

.
1. Prioridade Absoluta (Boletim eletrônico). 2. Comunicação – Teses. 3.
Comunicação de massa – Teses. 4. Jornalismo \$x Teses. 5. Terceiro setor \$x
Teses.. 6. Infância (Direito) I. Antunes, Elton. II. Universidade Federal de Minas
Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título

Entre a realidade dos fenômenos e a invisibilidade dos casos, um texto profético: o boletim “Prioridade Absoluta” e a escrita jornalística dos direitos da criança e do adolescente em uma mídia informativa “feita em casa”

Ana Carolina Silveira Fonseca

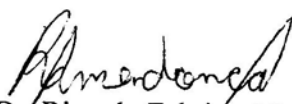
Dissertação defendida e aprovada pela banca examinadora constituída pelos professores:



Prof. Dr. Elton Antunes
PPGCOM – UFMG
Orientador



Prof. Dr. Bruno Souza Leal
PPGCOM - UFMG



Prof. Dr. Ricardo Fabrino Mendonça
DCP - UFMG

Programa de Pós-graduação em Comunicação Social
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, 05 de março de 2012

Para pai, mãe e Dani, minha família.
Para o Marco, meu amor e companheiro.
Para as crianças e os adolescentes brasileiros.

Agradecimentos

A construção de uma pesquisa é, do início ao fim, um trabalho coletivo. Por isso, agradeço profundamente a todos aqueles que tornaram a caminhada possível. Em primeiro lugar, agradeço ao meu pai, à minha mãe e ao meu irmão, pela força e exemplo ao longo de toda a vida e pela compreensão e carinho nesses dois últimos anos. Agradeço também a todos os meus familiares por todo o incentivo.

Ao Marco, amor e exemplo, agradeço a presença que me confortava e dava força quando tudo parecia não ter mais fim e, ao mesmo tempo, pelas inquietantes – quase irritantes – provocações às minhas ideias, quando tudo parecia fácil demais. À Vanessa Costa, amiga e companheira de aventura nessa jornada, agradeço a oportunidade de compartilhar momentos de descobertas, angústias, dramas e alegrias (além do entusiasmo nas excursões pela cantina). Ao Carlos Jáuregui, grande amigo, agradeço a solidariedade, a disponibilidade, a paciência, o interesse em dialogar e o apoio fundamental – teórico e emocional – na construção desta pesquisa. A todos os amigos, agradeço a força, as ricas discussões e a enorme paciência.

Ao Projeto Manuelzão, em especial aos amigos do “Manuelzão dá o recado”, agradeço a oportunidade de compartilhar as primeiras inquietações do jornalismo “feito em casa”. À Oficina de Imagens, agradeço o amadurecimento dessas inquietações, a oferta da empiria e a oportunidade de conciliar a atuação profissional e a pesquisa. Aos amigos da Oficina, agradeço a oportunidade de debates sempre instigantes. Em especial à Eliziane e à Sâmia, a todos os companheiros de núcleo, à Jordânia, à Simone e, na pessoa delas, a todos os demais parceiros de luta na defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Agradeço aos meus professores pela disponibilidade e ensinamentos. Ao professor Elton, orientador e exemplo, agradeço a amizade, o apoio, a parceria e os aprendizados nessa caminhada que já soma tantos anos. Agradeço, sobretudo, o respeito com que se coloca em diálogo com nossas ideias – quase sempre tão imaturas – e a sabedoria com que nos faz ir sempre um pouco mais além.

Aos colegas da pós (Danny, Fred, Nuno, Rafa, Guilherme, Juliana e Fernanda), professores, companheiros do Gris e do Grispress, sou grata pela rica vivência acadêmica. Agradeço, ainda, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG, pela acolhida, e à Capes, pelo apoio a esta pesquisa por meio de uma bolsa de estudos.

RESUMO

Neste trabalho, buscamos explorar a escrita de uma mídia informativa feita por uma organização não-governamental, interessados em compreender as estratégias de textualização de um dispositivo jornalístico “feito em casa”. Referenciamos-nos em um boletim eletrônico intitulado “Prioridade Absoluta”, que se constitui originalmente enquanto uma sugestão de pauta à imprensa. Esse material é produzido desde o ano 2000 pela ONG Oficina de Imagens, no âmbito de sua atuação como integrante da Rede ANDI Brasil, articulação dedicada a promover uma melhor atenção da mídia aos direitos de crianças e de adolescentes. Iniciamos a aproximação com a empiria a partir de uma leitura de suas várias vocações. Na sequência, fazemos um mapeamento de temas, fontes e outros aspectos das 429 edições localizadas. Em uma terceira etapa, especificamos a leitura temática por meio da análise das funções actanciais mapeadas a partir dos boletins classificados em um tema específico – “as medidas socioeducativas”. Observando que tal texto incide na escrita jornalística que se faz de acontecimentos, embora não os encare diretamente, vislumbramos uma escrita profética. A partir das observações feitas, propomos tensionamentos à relação entre o jornalismo e a maneira de lidar com acontecimentos relacionados ao universo da infância e da adolescência.

Palavras-chave: jornalismo, terceiro setor, direitos da infância.

ABSTRACT

This work aims to explore the writing of a news media made by a non-governmental organization, in order to understand the textualization strategies of a “homemade” journalistic device. We refer to a newsletter entitled “Prioridade Absoluta” (Absolute Priority), which has been originally idealized as a sort of story idea sent to the press. That material is produced since 2000 by the NGO Oficina de Imagens, in the scope of its activities as an organization member of Rede ANDI Brasil, a network devoted to improve the media attention to child and adolescent rights. Our analysis started with a lecture of the different vocations of that object. Then, we identified, within the 429 editions collected, some elements as information sources and thematic issues. On the third stage of our research, we specified our lecture through the analysis of the actantial functions classified within a specific sample of texts: those editions which discussed the disciplinary measures for adolescents engaged in delinquency acts. Considering that the newsletter affects the journalistic writing of the events, although it does not face them directly, we were able to glimpse a sort of “prophetic writing”. Based on

those observations, we propose some questions about the relation between journalism and the way it deals with events related to the universe of childhood and adolescence.

Key words: journalism, third sector, child rights.

Lista de ilustrações

Figura 1: Boletim Prioridade Absoluta - edição 1, ano 2000.....	34
Figura 2: Boletim Prioridade Absoluta - edição 25, ano 2001	35
Figura 3: Boletim Prioridade Absoluta - edição 39, ano 2001	36
Figura 4: Boletim Prioridade Absoluta - edição 57, ano 2002.	37
Figura 5: Boletim Prioridade Absoluta - edição 121, ano 2003	38
Figura 6: Boletim Prioridade Absoluta - edição 148, ano 2003	38
Figura 7: Boletim Prioridade Absoluta - edição 202, ano 2005	40
Figura 8: A colcha de retalhos.....	74

Lista de tabelas

Tabela 1: Distribuição dos temas das análises de mídia da Oficina de Imagens.....	65
Tabela 2: Listas originais de temas e escolhas da pesquisa.....	67
Tabela 3: Recorrência dos temas entre os anos de 2000 e 2010.....	71
Tabela 4: Recorrência dos temas entre os anos de 2000 e 2010 por áreas	72
Tabela 5: Distribuição de cores por temas de análise.....	73
Tabela 6: Ranking das fontes.....	85
Tabela 7: Actantes	108

Lista de gráficos

Gráfico 1: Menção explícita à mídia	84
---	----

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

(BRASIL, Constituição Federal, 1988)

Sumário

1. Introdução.....	13
2. O jornalismo também é “feito em casa”	16
2.1. Novos atores na cena jornalística?.....	16
2.2. Nossa casa	20
2.2.1. Rede ANDI Brasil	24
2.2.2. Oficina de Imagens.....	29
3. As várias vocações de um boletim	32
3.1. O boletim “Prioridade Absoluta”	32
3.1.1. Advocacy	43
3.1.2. Mídia própria	49
3.1.3. Crítica de mídia	55
3.2. O “feito em casa” entre o direito e o avesso da tessitura jornalística.....	57
4. Boletins, retalhos e colchas	59
4.1. A identificação dos boletins	59
4.2. Uma grande colcha	71
4.2.1 Mapa geral dos temas	75
4.2.1.1. Rede de atenção	75
4.2.1.2. Afirmação de direitos	78
4.2.1.3. Violação de direitos	80
4.2.1.4. Ocupação do espaço	82
4.2.1.5. Outros	82
4.2.1.6. Um destaque: mídia	83
4.2.2. O mapa geral das fontes de informação.....	84
4.3. Tessituras entre o direito e o avesso do boletim.....	87
5. A escrita	92

5.1. Escolhas	92
5.2. Um pouco sobre as medidas socioeducativas	94
5.3. Os boletins	97
5.3.1. A luta contra a redução da maioridade penal	98
5.3.2. A denúncia da não-oferta das medidas socioeducativas de meio aberto	102
5.3.3. A denúncia da precariedade da oferta das medidas socioeducativas de meio fechado	105
5.3.4. Actantes	108
6. Profecias	113
6.1. Entre a promessa e a realização, um convite	113
6.2. No insurgir de um avesso, os jornalismo às avessas	118
7. Considerações finais	123
Referências	127
Anexos.....	133
Anexo 1: Boletim Prioridade Absoluta edição 18, 2000	133
Anexo 2: Boletim Prioridade Absoluta edição 93, 2002	134
Anexo 3: Boletim Prioridade Absoluta edição 143, 2003	135
Anexo 4: Boletim Prioridade Absoluta edição 279, 2007	136
Anexo 5: Boletim Prioridade Absoluta edição 338, 2008	141
Anexo 6: Boletim Prioridade Absoluta edição 384, 2009	144

1. Introdução

Quando se diz que alguma coisa é “feita em casa”, pelo menos dois sentidos podem estar implicados. Um primeiro aponta para a ideia do improvisado, em uma conotação negativa. Um segundo, no caminho contrário, convoca a ideia de uma autenticidade, de uma singularidade, de algo feito com cuidado. Conferimos tal nomeação à experiência jornalística tematizada nesta pesquisa conscientes desses possíveis sentidos. Ao tomarmos em perspectiva as reflexões sobre o investimento das organizações do chamado Terceiro Setor na escrita de textos jornalísticos, vemos tanto a tentativa de desqualificar seus produtos, por serem politicamente “interessados”, quanto o elogio a uma qualidade que só se asseguraria pelo envolvimento dos que entendem do assunto na própria produção. Neste estudo assumimos apenas que se trata efetivamente de um lugar interessado. Nem improvisado, nem singular, pelo menos de saída.

A pesquisa parte, portanto, de uma inquietação a respeito da natureza de materiais construídos com recurso à linguagem e aos procedimentos jornalísticos, mas que são produzidos fora das tradicionais redações. Mais especificamente, nosso interesse se volta para o investimento de organizações não-governamentais e de coletivos os mais diversos dedicados às chamadas causas sociais. Na maior parte das vezes, tais experiências são tematizadas na perspectiva de compreender seus impactos nos debates e na construção de visibilidade para as pautas reivindicadas. Leituras, sem dúvida, fundamentais. Sobretudo por isso, parece-nos instigante observar a forma como esses empreendimentos realizam um texto jornalístico. Trata-se de considerar a dimensão de luta e de mobilização à luz do modo de escrita jornalística proposta e não apenas pelas temáticas dadas a ver.

Muitos dos questionamentos que animam a pesquisa têm origem na atuação do pesquisador em mídias informativas “feitas em casa”. Da atuação prática, vinha uma intuição de que havia algo diferente nessas experiências. Seria outro jornalismo? Ou simplesmente olhávamos – jornalisticamente – para temáticas negligenciadas? Será que podíamos sequer falar em jornalismo? Apesar de inicialmente provocadoras, tais questões relacionados à legitimidade dessas práticas não foram objeto da pesquisa. Assumimos, desde o início, que tais experiências imprimem contribuições ao texto jornalístico, entendido de maneira mais ampla, e partimos para explorar a natureza dessa realização.

Toda a leitura proposta nesta pesquisa tem por referência a experiência jornalística da organização não-governamental Oficina de Imagens, no âmbito de sua atuação como integrante da Rede ANDI Brasil, um coletivo formado por dez organizações localizadas em nove estados diferentes, mais o Distrito Federal. A Rede ANDI Brasil opera com base no reconhecimento do papel fundamental da mídia e, em especial, da imprensa, para a construção de outras representações sociais sobre a infância. Dentre o conjunto de ações e produtos desenvolvidos, olhamos especificamente para o boletim “Prioridade Absoluta”, que se constitui originalmente como uma sugestão de pauta à imprensa. No primeiro capítulo, tratamos de localizar essa experiência. Mobilizamos informações e conceituações sobre o movimento social da infância, a Rede ANDI Brasil e a própria Oficina de Imagens. Fazemos, ainda, uma primeira descrição do boletim, focada em seus modos de circulação e apresentação gráfica e editorial.

O primeiro esforço de análise propriamente se desenha no segundo capítulo, quando trabalhamos no sentido de reconhecer algumas das facetas do boletim. Identificamos três vocações possíveis. Na primeira, em uma dimensão de um *advocacy* (WAISBORD, 2009), vê-se a tentativa de qualificação da cobertura realizada pela imprensa de referência. É para essa perspectiva que aponta o discurso institucional da Rede ANDI. Considerando o alcance do material e aspectos formais do texto, visualizamos também, segunda vocação, a dimensão de uma mídia própria (SANT’ANNA, 2009) e alternativa (ATTON, 2002; 2009). Por fim, o boletim nos parece realizar-se ainda como uma modalidade de crítica de mídia (BRAGA, 2006), terceira vocação.

A articulação dessas várias facetas provocou-nos a considerar o boletim como constituído entre um direito e um avesso. Primeiramente, pela ideia de que algo que deveria permanecer nos bastidores, em um avesso, reivindica a cena jornalística, seja na tentativa de “qualificar” a imprensa de referência ou de constituir plataformas próprias. Em segundo lugar, porque ao operar dessa maneira, o boletim dá a ver, ele próprio, uma face direita, um campo de visibilidade, que, por sua vez, também constitui um avesso. Em resumo, Mouillaud (2002, p.39) nos mostra que “(...) produzir uma superfície visível induz um invisível como seu avesso (...)”. Dessa observação, decorreu a implicação metodológica de que o texto visado estaria entre o direito e o avesso da tessitura proposta pelo boletim. Importante destacar que não propomos uma comparação entre o boletim e a imprensa de referência. Embora a face

direita de um possa representar a face avessa do outro, é no próprio boletim que buscamos ver um e outro – sombra e visibilidade.

Com base nessa perspectiva, avançamos nos esforços em explorar a escrita do boletim. Comparados a pequenos retalhos, as edições foram uma a uma categorizadas por rubricas temáticas, até que uma imensa colcha fosse composta. Realizada uma leitura mais geral de nossa colcha, elegemos um conjunto de boletins para prosseguir a leitura. Nessa etapa, procuramos especificar a análise temática por meio da observação das funções actanciais mapeadas em alguns dos boletins dedicados ao debate das “medidas socioeducativas”. Trata-se de uma escolha metodológica que decorreu de questões observadas a partir da classificação temática, quando ficaram realçadas determinadas recorrências e ausências em relação aos atores implicados. Na leitura das funções actanciais, vislumbramos, posteriormente, um modo de articulação das ações que nos permitiu dizer de uma escrita chamada “profética”.

As reflexões propostas ao longo da pesquisa são retomadas na parte final da dissertação de forma a explorar os possíveis tensionamentos à relação entre o jornalismo e a maneira de lidar com acontecimentos relacionados ao universo da infância e da adolescência. O privilégio conferido pela experiência em foco a uma dimensão mais contextual permite colocar questões interessantes aos contornos frequentemente atribuídos aos acontecimentos na área da infância, chamando atenção, por exemplo, para a previsibilidade de muitos dos casos que mobilizam grande atenção da imprensa. Por outro lado, a invisibilidade de tais casos nas páginas do boletim permitiu reflexões interessantes sobre o modo como o texto jornalístico que tem origem nas causas sociais lida, ou não, com as desconcertantes singularidades dos casos particulares.

2. O jornalismo também é “feito em casa”

2.1. Novos atores na cena jornalística?

O surgimento do jornalismo como uma atividade profissional se dá contra um passado de páginas políticas e literárias. Nesse processo, se delimita o terreno propício para as futuras crises, grande parte delas capitaneadas em torno do problema da “objetividade”. Conforme Jean Chalaby (2003), a constituição do jornalismo enquanto um campo especializado e autônomo de produção discursiva teve por um de seus pilares o desenvolvimento de técnicas alardeadas como capazes de assegurar a fidelidade do relato aos acontecimentos. Um modelo que surgiu no contexto anglo-americano ao longo do século XIX e se consolidou como referência. Podemos encontrar em Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2003) algumas das características do que se espera de um bom jornalismo, nessas bases: busca desinteressada da verdade, isenção, relato fidedigno da realidade, dedicação às questões de interesse público.

No ambiente do debate acadêmico, a crise do paradigma científico trouxe sérias repercussões à reivindicada legitimidade do mediador neutro: se não há um mundo objetivo e tão pouco uma linguagem que o reporte de maneira fidedigna, o que resta ao jornalismo? Trata-se de um inquérito que ainda segue mobilizando atenções. Uma das escoras em que se fez apoiar o jornalismo diante dos perigos da subjetividade foi a ideia de que se o relato não pode ser isento, o método deve prezar por sê-lo. E as garantias desse método estavam asseguradas em grande medida pela “redação”, um espaço autônomo e profissional e, logo, uma instância enunciativa autorizada. Moretzsohn (2001), em crítica à concepção do profissionalismo como tal garantia, afirma, entretanto, que é por essa via que “[...] o jornalismo consegue legitimar-se e assegurar seu lugar de autoridade, como o mediador ‘neutro’ definido pelo conceito de ‘quarto poder’” (MORETZSOHN, 2001, p.3). O profissionalismo aparece associado, portanto, a uma ideia de competência e pressupõe o reconhecimento do público, que deve aceitar os profissionais como sendo os únicos capazes de fornecer aqueles serviços (SOLOSKI, 1993). Ao longo da pesquisa, quando nos referirmos à imprensa de referência, comercial ou de massa, o fazemos tendo em perspectiva tais exigências.

É nesse pano de fundo que a inscrição diferenciada de determinados atores na cena jornalística contemporânea aparece tematizada como uma crise. Antônio Fausto Neto (2009,

p. 19) discute o que define como “cenários de complexificação do funcionamento do sistema jornalístico”, e aponta que o jornalista já não é mais soberano no trabalho de produção da notícia. “Cria-se, assim um novo modelo de enunciação que escapa à edição do jornal. Fontes investem em operações e regras, pondo em xeque a regência unilateral do ato jornalístico de produção da realidade” (FAUSTO NETO, 2009, p. 20). As recentes mudanças tecnológicas, com suas plataformas propícias a novos padrões de interação, é um dos principais ingredientes dos debates, já que a ideia de um modelo “todos para todos” colocaria em suspeição o lugar da mediação jornalística. Isso se dá também porque os diferentes sujeitos não se limitam a trocar informações, o fazem com a roupagem do jornalismo e, por vezes, descortinando as práticas das redações. Se no contexto de uma crise do paradigma científico, fora preciso reconhecer o lugar do leitor enquanto uma instância de reconfiguração dos sentidos, agora receptores e fontes jornalísticas passam a críticos, produtores, mediadores. Um verdadeiro “caos” parece se abater sobre os fluxos convencionais da prática em questão.

Organizações e movimentos sociais protagonizam, junto com iniciativas do setor governamental, empresarial, do universo religioso, dentre tantos outros, um processo que vem sendo percebido e tematizado como uma tomada da cena jornalística. Em uma via, aponta-se uma busca de qualificação para o relacionamento com a mídia, com o treinamento das fontes, o monitoramento da cobertura, a veiculação de contra-informação, dentre outras possibilidades. Por outra via, faz-se referência a uma produção jornalística própria, veiculada nos mais diversos dispositivos para audiências que não se restringem aos públicos imediatos das organizações e com grande semelhança em relação aos formatos e aos esquemas narrativos tradicionais. Nos dois caminhos, a dimensão tecnológica ganha relevo. A própria ideia de uma atuação em rede para o trabalho de produção, difusão e crítica de conteúdos informativos tem sua emergência fortemente associada a aspectos tecnológicos.

Muitos vêem nessas novas relações a possibilidade de uma mídia verdadeiramente democrática, aberta à pluralidade de questões e perspectivas. Em análise sobre a relação do jornalismo e da sociedade civil na América Latina, Waisbord (2009a, p.1) defende: “para que a imprensa funcione eficazmente como uma plataforma para a manifestação dos interesses dos cidadãos, ela precisa cultivar e manter vínculos fortes com a sociedade civil”. Esse autor reivindica que a imprensa não dá conta de sua função social por uma proximidade perversa com os setores governamental e empresarial. Mas o fenômeno que delineamos também abrange, como já pontuado, investimentos desses setores. Nessa direção, há um exemplo que,

inclusive, mereceu destaque em muitos artigos na área, o chamado caso do “blog da Petrobrás”. Em 2008, a empresa vinha sendo objeto de uma série de matérias de denúncias na imprensa nacional. Em resposta, passou a veicular em um blog as perguntas feitas pelos jornalistas de organizações jornalísticas e as respostas concedidas pela empresa. No começo da iniciativa, a veiculação era feita antes da aparição nos próprios veículos jornalísticos. Antônio Fausto Neto (2009) aborda esse episódio, apontando algumas das preocupações suscitadas. Sobre o caso da Petrobrás, indica que “gerou um amplo debate enfatizando as novas maneiras através das quais a fonte co-participa do processo de construção da noticiabilidade” (FAUSTO NETO, p. 18, 2009). Fazendo referência a casos semelhantes, aponta ainda:

Estes fatos aparentemente restritos às rotinas jornalísticas suscitam discussões e pelas complexidades apresentadas, torna-se importante indagar sobre as causas destas mutações, que fazem aspectos estratégicos da prática jornalística escapar do seu clássico âmbito produtivo, impondo efeitos sobre a força do trabalho autoral do jornalista, especialmente sobre a natureza de sua mediação técnica-simbólica. (FAUSTO NETO, p. 18, 2009)

Assumindo que uma mudança se opera nos fluxos jornalísticos tradicionais, bastaria então destacar a inscrição das organizações sociais nesse processo. Contudo, ao olhar para a relação dos movimentos sociais com a comunicação vimos que algumas características desse “novo” fenômeno não são assim tão novas. Quando a redação jornalística – espaço de produção – é tida como o termo da análise, não é difícil revestir de novidade as facetas da tomada de cena de que tratamos: de repente, tem-se organizações da sociedade civil fazendo jornalismo com “cara de jornalismo” e colaborando (ou interferindo, para os filiados a uma leitura mais tradicional) ativamente para o trabalho das redações. De um ponto de vista histórico e no contexto brasileiro, a proporção e a natureza dos investimentos que se observam hoje em comunicação por parte dos movimentos sociais é efetivamente uma experiência diferenciada, o que é coerente considerando o período ditatorial pelo qual passou o país e suas implicações para a manifestação do pensamento. Mas parece-nos que esse investimento guarda raízes com processos mais antigos. Olhar com atenção para essas relações é importante para que se possa destacar com cuidado o que há de novidade, efetivamente. Com essa reivindicação, não propomos mobilizar um contexto que explique de forma determinista os processos que se vislumbram hoje, o que implicaria em perder a riqueza das experiências visadas. Mas trata-se de considerar a relação dos movimentos sociais com o jornalismo de

uma maneira mais ampla, visando as ditas novas experiências também por aquilo que elas atualizam de outras práticas correlatas.

Os atores envolvidos nas lutas sociais estão implicados na processualidade jornalística de formas diversas, nos diferentes tempos. Uma vez que grande parte dessas lutas se volta para o descortinamento de negligências, desigualdades e injustiças, atuam no universo simbólico e nas arenas em que esses entendimentos são construídos e negociados. O jornalismo é uma esfera privilegiada de visibilidade, visto que, além de tratar com audiências mais ampliadas, propõe-se como um relato da realidade. Assim, diversas estratégias são mobilizadas já há tempos pelos movimentos políticos e sociais para angariar espaços nas páginas de referência ou para constituir suas próprias páginas.

Mais apropriado talvez fosse, portanto, tratar a reivindicada novidade por novas conexões. É instigante observar, por exemplo, o investimento de determinadas organizações sociais em um trabalho de contribuição aos jornalistas das redações, quando historicamente a relação entre movimentos sociais e imprensa de referência é marcada por conflitos decorrentes de expectativas diferenciadas¹. Uma das dificuldades na efetuação dessas relações parece estar, contudo, em certa negligência na investigação de tais práticas nos estudos em jornalismo. Somente agora quando essas experiências batem de forma insistente nas portas das redações, é que parecem ganhar relevo nos estudos do campo jornalístico propriamente.

Cris Atton (2009) aponta que há uma negligência na atenção à mídia alternativa e radical, chamando atenção para a ausência quase completa de estudos de audiência e estudos comparativos internacionais, inclusive quando se pensa em contextos onde não vigoram as normas ocidentais do jornalismo e onde os desafios do jornalismo alternativo poderiam, portanto, ser muito diferentes. “Nós aprendemos pouco desses projetos em termos de uma prática jornalística”² (ATTON, 2009, p. 267 – tradução livre). Em Traquina (2005), encontramos um resumo das teorias do jornalismo que exemplifica essa argumentação. Na lista desse autor, têm-se: a teoria do espelho, da ação pessoal, de ação política, a teoria organizacional, construcionista, estruturalista e interacionista. Em todas elas, o referencial é a produção que se realiza no âmbito de um espaço autônomo e profissional, a redação. Inundadas pelas intencionalidades dos lugares em que se fundam, as experiências que se dão

¹ Como se verá mais à frente, a imprensa de referência é frequentemente acusada de estar a serviço das classes sociais mais favorecidas e de negligenciar as agendas sociais (Waisbord, 2009a). É nessa perspectiva que podem ser localizados muitos dos esforços de constituição de mídias próprias.

² “We learn little about these projects in terms of journalism practice”.

fora das redações parecem mais propensas a estudos sobre as temáticas reivindicadas e sobre as representações que se constroem em mídias próprias, além de um interesse pelo envolvimento dos sujeitos afetados na construção de imagens de si mesmos, leituras inegavelmente relevantes. Justamente por isso, visamos essas experiências interessados em apanhar seu gesto jornalístico. A tomada de cena atual por parte dos movimentos sociais, por adesão ou rejeição à imprensa de referência, se dá com base em um contexto de luta por visibilidade para temáticas e problemáticas. Assim sendo, como essa inscrição se particulariza na escrita do texto jornalístico? Como se mostra o invisível?

2.2. Nossa casa

Um primeiro ponto a se destacar da “casa” que colocamos em questão se refere à noção de direitos humanos e a seu marco fundamental: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948. Esse paradigma implica o reconhecimento da singularidade de todo ser humano. “Ou seja, o reconhecimento de que cada pessoa é única e inigualável” (SOARES, 2011, p.24), deve ter respeitada a sua autonomia individual e se beneficiar de direitos, aos quais correspondem deveres. E um ponto fundamental, destaca Soares (2011): ainda que não trate os demais como seres humanos, não pode ter negada a sua humanidade.

Na área da infância, a tradução de tais princípios em um ordenamento jurídico brasileiro tem início com a elaboração da nova Constituição Brasileira. No dia 1º de fevereiro de 1987, foi instalada no Brasil a Assembleia Nacional Constituinte, que tinha a tarefa de elaborar a Constituição. O regimento da Assembleia previa a proposição de emendas populares que contassem com a assinatura de mais de 30 mil eleitores. Amplos setores se mobilizaram para incluir suas demandas, dentre os quais organizações que atuavam na defesa dos direitos da criança e do adolescente. A emenda “Criança, Prioridade Nacional” reuniu mais de 300 mil assinaturas de eleitores e outros dois milhões de assinaturas simbólicas de crianças e adolescentes. No dia da aprovação da emenda, as assinaturas foram levadas em carrinhos de supermercados, enquanto mais de mil crianças cercavam o Congresso. Assim, a Constituição Federal de 1988, aprovada em 05 de outubro, trouxe em seu artigo 227 o seguinte trecho:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem³, com **absoluta prioridade**, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, grifo nosso)

A prioridade absoluta, expressa pela Constituição, compreende:

a primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; a precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos para as áreas relacionadas com a proteção à infância e à adolescência. A criança e o adolescente são agora realmente sujeitos de direitos, independente da situação em que se encontrem, e olhados na perspectiva de sua condição peculiar de desenvolvimento. (LESSA E GARCIA, 2011, p. 10)

Em 1989, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou por unanimidade a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança. Em 1990, o Brasil aderiu à Convenção e aprovou, após amplo processo de mobilização, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), revogando o Código de Menores. “Aprovado em 13 de julho de 1990, em meio a intensos debates sobre liberdade, democracia e Direitos Humanos, em âmbito nacional e internacional, esta lei revolucionou concepções, percepções e práticas relativas à infância e adolescência” (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2010, p. 13).

“As percepções sobre a criança e o adolescente, sobretudo os pobres, eram revestidas de um olhar moralista e higienista” (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2010, p. 30). Em linhas gerais, a mudança de paradigma reivindicada era a passagem de uma doutrina da situação irregular, em que meninos e meninas pobres, abandonados e autores de ato infracional eram excluídos da sociedade, para a perspectiva de uma proteção integral: todas as crianças e adolescentes são iguais perante a lei, sujeitos em desenvolvimento, merecedores de atenção especial e de prioridade nas políticas públicas.

Após um momento de intensa articulação, que culminou com a promulgação do Estatuto, restou a pergunta: no dia seguinte, o que mudaria? Nos jornais diários, pouca coisa mudou no dia 14 de julho de 1990. De acordo com a Secretaria de Direitos Humanos (2010, p. 46), nenhum jornal deu grande destaque ao fato: “O evento estava na agenda da Presidência

³ O artigo original recebeu a emenda constitucional número 65 em 2010 e passou a incluir também o “jovem”.

da República, teve a participação de pelo menos três ministros de Estado, mas só foi mencionado pelos jornais no dia seguinte, ainda assim, com pouco destaque”. Apenas o jornal *A Tarde*, de Salvador, teria dado a notícia na capa. Sobre essa matéria, a Secretaria de Direitos Humanos descreve:

O texto da chamada dizia: “Os programas de amparo ao menor no Brasil recebem substancial reforço do Governo Federal, depois que o presidente Fernando Collor sancionou ontem o Estatuto da Criança e do Adolescente”. Um pouco acima, outra notícia sobre crianças parecia chamar mais atenção com o título: “Pivetes usam pedras para fazer assalto”. A matéria sobre o Estatuto destacava o repasse de verbas do Governo Federal para os “programas de amparo ao menor” de estados e municípios. Mais adiante, o texto explicava a questão do abatimento no Imposto de Renda das contribuições feitas aos Fundos para a Infância. Por fim, ressaltava os pontos da lei referentes ao tratamento de “menores infratores”. (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2010, p.46)

A Secretaria faz ainda menção a uma matéria publicada no jornal *O Povo*, de Fortaleza, em que se deu destaque para “as mudanças que deveriam ser implementadas com a nova lei, como ‘provocar o melhor treinamento da polícia civil no tratamento com menores delinquentes e o incremento da atividade assistencial’” (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2010, p.46). É interessante observar que naquele momento foram ressaltados aspectos que contrariavam o que o Estatuto efetivamente propunha, que era o rompimento com uma política repressiva e assistencialista. Três meses depois, o tema ganharia maior repercussão. De acordo a Secretaria de Direitos Humanos, as comemorações do Dia das Crianças embalaram o destaque da imprensa, que também se valeu do gancho da entrada em vigor do Estatuto. No Jornal *A Tarde* do dia 12 de outubro, uma chamada destacava: “Criança deixa de ser menor com o Estatuto”. Entre os entrevistados figurava o Projeto Axé, uma organização social que também havia participado da mobilização pela aprovação da nova lei. Ao lado da defesa colocada pelo Projeto Axé, havia a fala de um juiz contrário ao ECA. O jornal *O Povo*, de Fortaleza, trouxe uma chamada de capa noticiando um ato simbólico realizado pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, com o apoio da Pastoral do Menor e da ONG Terra dos Homens. “Na edição do dia 14 de outubro, a primeira capa trazia chamada com foto, para um suplemento de oito páginas, encartado no jornal, que trazia a íntegra do texto do Estatuto” (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2010, p. 47).

Conforme Mouillaud (2002, p.49), “no momento mesmo do acontecimento, não existe nada, nada para ser ‘visto’”. É preciso um gesto posterior, que atribuirá sentidos possíveis àquilo que irrompe. O relato do livro da Secretaria de Direitos Humanos sobre o

comportamento da imprensa parece mostrar justamente a dificuldade inicial na tentativa de apreensão do que se passava. Em alguns jornais, como se viu, o Estatuto foi colocado no dia seguinte de forma quase contraditória ao seu objetivo, para meses depois permitir implicar outros discursos – favoráveis e contrários. Para os que o defendem, trata-se do efetivo respeito aos direitos humanos de crianças e adolescentes. Para os que o combatem, é uma lei que protege a delinquência. O Estatuto passou quase despercebido no dia seguinte à aprovação e somente aos poucos foi mobilizando os contornos dos debates que se vêem hoje, com uma participação fundamental daqueles que irromperam junto com o Estatuto.

Dois níveis estratégicos podem ser observados nesse processo, conforme categorias propostas por Sherer-Warren (2011): o nível movimentalista, com a articulação em rede de sujeitos e organizações diversificadas em torno de uma questão social, e o nível de mobilização na esfera pública, com a busca de visibilidade política e reconhecimento público. A efervescência em torno da aprovação da Constituição se desdobrou em um esforço coletivo para a redação do Estatuto da Criança e do Adolescente, escrito a várias mãos. “Foi a força movimentalista que animou as formas associativistas nascentes e as redes temáticas” (SHERER-WARREN, 2011, p.80). No campo das lutas por direitos para a infância e a juventude, destaca Sherer-Warren (2011, p.80), “os coletivos em redes se multiplicaram em torno de demandas materiais e simbólicas diversificadas, representando os vários desenhos organizacionais da sociedade civil”.

Esses atores que irromperam assumiram, portanto, formas diversas. Sherer-Warren (2011, p.82) assinala a “passagem da vinculação [do movimento da infância], em sua origem, a um movimento político antiautoritarismo, para uma rede de movimento mais pragmática que busca incidir, em nome de sua população-alvo, nas políticas sociais públicas”, dando lugar a uma pluralidade de formatos associativistas. Melucci (2001) também observa uma transformação profunda dos modelos organizativos atuais, significativamente diferentes da imagem do ator coletivo politicamente organizado. O autor observa uma estrutura segmentada, reticular e policéfala, em resumo, uma estrutura de latência:

(...) cada célula vive uma vida própria, completamente autônoma do resto do movimento, mesmo mantendo uma série de relações através da circulação de informações e de pessoas; estas relações se tornam explícitas somente em ocasião de mobilizações coletivas e de saídas em torno das quais a rede latente ascende à superfície, para então mergulhar-se novamente no tecido cotidiano. (MELUCCI, 2001, p. 97)

Como se verá a seguir, tomamos em perspectiva o trabalho de uma rede que se constitui por organizações que assumem a faceta do chamado Terceiro Setor – que trata de instituições privadas com fins públicos em uma terminologia utilizada muitas vezes em substituição à noção de sociedade civil. Em geral, englobam diferentes movimentos sociais, ONGs, associações comunitárias, fundações, todas consideradas novas maneiras de associativismo, de ação coletiva (ALVAREZ et al., 2000; GOHN, 2001). Alguns autores costumam distinguir Terceiro Setor e ONGs acreditando que no primeiro caso há um forte componente de trabalho voluntário, ao passo que as organizações seriam formadas por pessoas com afinidades profissionais cujo trabalho é remunerado. De toda forma, sob a rubrica ONG/Terceiro Setor enfeixam-se diferentes iniciativas marcadas por diversidade ideológica e de formas de ação, mas por um discurso comum em torno dos chamados temas da “cidadania” (promoção de desenvolvimento econômico local, defesa de direitos civis, qualificação da ação pública em áreas em que o Estado se mostra incipiente, etc.).

2.2.1. Rede ANDI Brasil

Uma das experiências associativas que decorreram de todo o processo de mobilização em torno da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente foi a Rede ANDI Brasil. Lessa e Garcia (2011) apontam que a comunicação foi vista de maneira estratégica pelos diferentes atores logo no início de todo o processo. Mas apesar dessa consciência, “a experiência concreta do movimento social com a mídia era muito negativa (LESSA E GARCIA, 2011, p. 18). Conforme a ANDI (2005a), reconhecendo o papel da imprensa na construção de novas perspectivas, Gilberto Dimenstein e Âmbar de Barros, à época jornalistas da Folha de S. Paulo, fundam em 1991 a organização não governamental Agência de Notícias dos Direitos da Infância⁴, em um processo que contou com o apoio de organizações que já se destacavam à época na promoção e defesa dos direitos da população de 0 a 18 anos.

A ANDI nasce com o objetivo de contribuir para uma cobertura midiática mais atenta aos direitos de crianças e adolescentes, favorecendo a ponte entre os movimentos pela infância e as redações. “A ANDI surge mostrando (...) que a infância, a adolescência e seus direitos [...] eram uma boa história para ser contada. Mas a ANDI também mostra que – para

⁴ Em 2011, a ANDI passou a chamar-se ANDI – Comunicação e Direitos, abandonando o nome Agência de Notícias dos Direitos da Infância.

usar uma linguagem do meio jornalístico – essa história ‘dava foto’” (ANDI, 2005a, p. 23). Importante ressaltar que havia o entendimento de um diferencial nesse trabalho em relação à percepção da mídia:

É relevante entender que a ideologia hegemônica nos movimentos populares daquele período colocava a mídia de massa como inimiga, aliada do capital, contra o “povo”. Não à toa, tais movimentos preferiam criar “meios alternativos” a empenhar esforços em mudar a cultura dos meios de comunicação, seus proprietários e jornalistas. Por isso, os profissionais envolvidos na construção da ANDI, todos profissionais atuantes nos principais veículos de mídia da época, assumiram inicialmente o papel de criar pontes entre os movimentos pela infância e adolescência e as redações, principalmente assessorando os atores sociais no planejamento da comunicação e na produção de eventos de visibilidade. (ANDI, 2005a, p. 22).

Ainda sobre o entendimento do lugar dessa experiência, a fala do jornalista Geraldo Vieira, um dos responsáveis pela estruturação do trabalho da ANDI, trazida no livro da “Árvore à Floresta” (2005a), aponta:

De maneira geral, os atores do movimento mais pensavam em criar meios alternativos de comunicação do que em “perder tempo” tentando mudar a cultura dos meios tradicionais e de seus profissionais. (...) Nós vínhamos, ao contrário, de carreiras nos grandes meios. (...) Teria sido difícil para nós, e até mesmo falso, priorizar uma articulação com rádios comunitárias e outros meios populares, por exemplo. Nossa vivência se dava com a “elite da mídia” e era neste cenário que tínhamos condições de atuar. (ANDI, 2005a, p. 28).

É com essa perspectiva que já nos primeiros anos toma forma a metodologia da ANDI: monitoramento de mídia, qualificação de jornalistas e formação de estudantes. O primeiro parceiro da ANDI foi o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), mas suas articulações foram se ampliando. Por sugestão da ANDI, o prêmio Esso de Jornalismo criou na edição de 1996 uma categoria especial para reportagens sobre crianças e adolescentes, em homenagem aos 50 anos do UNICEF. Também por diálogo com a ANDI, o Instituto Ayrton Senna⁵ lançou em 1997 o Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo (ANDI, 2005a, p. 25).

Nesse processo, a Rede ANDI Brasil foi criada em decorrência da percepção de que era necessário capilarizar as ações empreendidas pela ANDI. O embrião dessa expansão é localizado em uma experiência iniciada em 1997 no Paraná. Após uma palestra sobre a

⁵ O Instituto Ayrton Senna é uma organização não governamental criada em 1994 e que tem por foco a promoção da educação pública de qualidade.

ANDI, estudantes da Pontifícia Universidade Católica do Paraná se ofereceram para replicar a metodologia em seu estado. Já nesse mesmo ano, foram lançadas as primeiras pesquisas e sugestões de pauta à imprensa. A iniciativa provocou a ANDI a refletir sobre uma possível capilarização. A proposta de criação de uma Rede, agregando outras instituições, foi aprovada pela ANDI no primeiro semestre de 1999 e no segundo semestre a ANDI já coordenava o projeto piloto na Bahia, na recém fundada Cipó.

Em março de 2000, a Rede foi criada formalmente com a participação de quatro organizações: ANDI (Brasília), Cipó (Bahia), Auçuba (Pernambuco) e Uga-Uga (Amazonas). No final de 2000, somam-se a Oficina de Imagens (Minas Gerais) e a Ciranda (Paraná), esta última formalizada a partir da experiência iniciada pelas estudantes da PUC. Posteriormente, vieram: Cidade Futura (Santa Catarina), Terramar (Rio Grande do Norte), Gira Solidário (Mato Grosso do Sul), Mídia Criança (Santa Catarina), Missão Criança (Sergipe), Catavento (Ceará), Matraca (Maranhão) e, em 2010, a Bem TV (Niterói). “Iniciava-se, assim, a indução de uma rede com uma temática transversal (a comunicação) e uma vocação mais instrumental (a qualificação dos profissionais e dos produtos midiáticos)” (LESSA e GARCIA, 2011, p. 26).

Entre idas e vindas, hoje, dez instituições integram a Rede ANDI Brasil. São elas: ANDI, Matraca, Auçuba, Catavento, Cipó, Ciranda, Gira Solidário, Instituto Recriando (antiga Missão Criança), Bem TV e Oficina de Imagens, além de uma secretaria executiva sediada em São Paulo e sem vínculo direto com nenhuma das organizações. A Rede é constituída então por organizações autônomas, situadas em estados diferentes e que atuam com base em uma metodologia semelhante. Importante destacar que nem todas as organizações foram fundadas a partir da perspectiva de atuar diretamente nas ações da Rede ANDI Brasil, algumas já tinham trajetória em outras áreas, ainda que incipiente, como é o caso da Oficina de Imagens. A Auçuba, por exemplo, foi fundada em 1989 e a Catavento em 1995. Nesse caso, a entrada na Rede não representou um direcionamento das ações exclusivamente para essa perspectiva, mas uma ação articulada em torno de eixos estratégicos comuns.

Sobre a natureza da própria Rede, o livro da ANDI (2005a) mobiliza o conceito de Bernardo Toro, para quem uma rede: “[...] é caracterizada por um conjunto de instituições interdependentes que se comprometem a buscar um propósito comum, sendo que nenhuma delas pode alcançar seus próprios objetivos se não contribuir para o sucesso das outras”

(ANDI, 2005a, p.54). A Rede ANDI também é localizada dentro da categoria de articulações de compromisso social, em que “as relações nascem e se nutrem de uma visão comum sobre a sociedade ou sobre determinada questão social e da necessidade de uma ação solidária, cooperativa” (ANDI, 2005a, p. 55). Dentre as categorias de Rede proposta por Scherer-Warren (2011), a Rede ANDI poderia ser considerada como coletivos em rede, que “referem-se a articulações entre organizações empiricamente localizáveis ou referenciadas em torno de metas em comum, que visam difundir informações, buscar apoios solidários ou desenvolver estratégias de ação conjunta” (SCHERER-WARREN, 2011, p. 66). Sobre a Rede ANDI, especificamente, Scherer-Warren aponta que se organiza pela lógica da informação e da visibilidade pública.

Conforme a ANDI, a missão da Rede é “investir na formação de uma cultura jornalística socialmente responsável e atuante no que diz respeito às principais questões de interesse da infância e adolescência brasileiras e na consolidação da comunicação como instrumento estratégico para o desenvolvimento humano sustentável” (ANDI, 2005a, p.6). Dentre os objetivos, está consolidar uma cultura, entre os profissionais e veículos de comunicação, que priorize a cobertura das questões relativas à promoção e à defesa dos direitos da criança e do adolescente; contribuir para a inclusão da comunicação como elemento estratégico da atuação das instituições da área da infância e da adolescência; e apoiar a formação de estudantes universitários para atuarem como agentes de comunicação e mobilização social. Há na base do trabalho a perspectiva de que “o acesso à informação de qualidade é direito fundamental e condição para a democracia e o desenvolvimento humano e social sustentável” (ANDI, 2005a, p. 11). Em 2009, a Rede repactuou-se em torno dos seguintes objetivos:

- Defender a infância e a adolescência como prioridade absoluta na agenda pública.
 - Contribuir para a efetivação do direito humano à comunicação.
 - Fomentar uma cultura de participação de crianças e adolescentes no campo da comunicação.
 - Fortalecer o Sistema de Garantia dos Direitos.
- (Site 10 anos da Rede ANDI Brasil)⁶

⁶ Em comemoração aos 10 anos da Rede Brasil, foi produzido um livro construído colaborativamente pelas pessoas que integram a Rede por meio de um site wiki, ambiente desenhado para favorecer a elaboração de um texto colaborativo. Disponível em <http://10anos.redeandibrasil.org.br>. O livro foi lançado em 2011.

Nos anos iniciais, a Rede contou com importantes financiadores, como a Avina⁷, a Save The Children Suécia⁸ e a Fundação Kellogg⁹. Esta última financiou o Programa de Formação em Comunicação e Mobilização Social para Estudantes Universitários, que permitiu às organizações manter um corpo de estagiários atuando com base em uma proposta pedagógica comum. Entre 2002 e 2004, a Rede também contou com o apoio da União Européia e do UNICEF. Assim, a entrada na Rede ANDI Brasil representou para as organizações um importante aporte técnico e financeiro. A essa época, todas as organizações realizavam a clipagem diária de matérias relacionadas à infância, com a produção também diária de um boletim eletrônico com o resumo das principais notícias do dia; a produção de sugestões de pauta semanais, enviadas a redações e outros atores; a análise de mídia anual; e oficinas em redações, em cursos de comunicação e junto às potenciais fontes de informação. Ao longo dos anos, as organizações da Rede produziram 76 análises de mídia. Com a escassez de financiamentos, entretanto, muitas organizações deixaram de investir o mesmo esforço nas ações. Atualmente, as ações variam em cada organização conforme a disponibilidade de recursos.

O compromisso com as ações do pacote básico deixou de ser, portanto, uma obrigação. O elo entre as organizações passa a estar no próprio tema – comunicação e direitos humanos de crianças e adolescentes – e na execução de projetos em comum. A Rede opera com base em um modelo de co-gestão. Atualmente, os projetos desenvolvidos em conjunto são geridos por uma das organizações com o apoio da secretaria executiva, em esquema de rodízio. Esse modelo é consequência da decisão de não constituir uma identidade jurídica própria. A Rede, portanto, não se une apenas por vínculos no âmbito da crença. A conexão entre as organizações se efetiva hoje, sobretudo, pelos trabalhos coletivos. É uma rede operativa, que desenvolve projetos.

A perspectiva colocada por Melucci (2001), sobre a estrutura de latência e os momentos de saídas, ilumina de maneira interessante o modelo atual da Rede ANDI Brasil. Temas críticos, como o envolvimento dos adolescentes com atos infracionais, ainda motivam

⁷ A Avina é uma organização internacional fundada em 1994 na Suíça e com atuação na América Latina, incluindo o Brasil.

⁸ A Save the Children é uma aliança internacional criada formalmente em 1989 e que se dedica à melhoria das condições de vida das crianças. A primeira associação Save the Children teria sido fundada em 1919. Hoje, um escritório com sede em Londres coordena os diversos escritórios nacionais da aliança.

⁹ A Fundação Kellogg é uma fundação privada criada em 1930 dedicada à melhoria das condições de vida da população.

as mobilizações responsáveis pelos momentos de saída, evidenciando a articulação que anima a situação de latência. Outra agenda forte, em torno da qual a Rede também experimenta mobilizações, é o da promoção da comunicação como um direito humano. A discussão da regulação da comunicação, por exemplo, é um dos temas em torno do qual a Rede ANDI tem deixado a situação de latência. “A construção de uma pauta para o Brasil a respeito da comunicação e sua interface com os direitos de crianças e adolescentes é a agenda que a Rede ANDI Brasil tem tomado para si”. (LESSA E GARCIA, 2011, p. 19).

2.2.2. Oficina de Imagens

A Oficina de Imagens foi fundada em 1998 a partir da experiência de jornalistas recém-formados e estudantes da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, que começaram a realizar oficinas de fotografia em uma escola pública de Belo Horizonte. A técnica utilizada era o *pin-hole*, que consiste na produção de imagens com objetos simples, como latas e caixas de papelão. O artefato servia para estimular os estudantes a refletirem sobre os temas de suas disciplinas. Por meio da fotografia, os alunos também retratavam seu bairro e a realidade da escola. Esse trabalho piloto se transformou no primeiro projeto da Oficina de Imagens: Latanet – da Latinha à Internet. Além das oficinas de fotografia, a ação também incluía a troca pela internet das imagens produzidas entre os estudantes das escolas participantes. A experiência do Latanet colocou a Oficina de Imagens em contato com Geraldo Vieira, que estava à frente da constituição da Rede ANDI Brasil. Assim, dois anos após sua fundação, a Oficina passou a integrar a Rede ANDI. Essa breve história aponta para um traço de identidade entre as organizações: a maioria foi fundada por comunicadores e gestadas ainda durante o percurso acadêmico dos futuros profissionais.

A entrada na articulação é apontada pelo atual coordenador executivo, Adriano Guerra¹⁰, como um momento determinante para a Oficina, tanto em termos estruturais quanto ideológicos. Com o recurso aportado pela Rede, a Oficina de Imagens mudou de sede, comprou equipamentos e realizou contratações. A agenda da infância também foi incorporada a partir desse processo, assim como a agenda de atuação no campo da comunicação, junto a

¹⁰ Informações obtidas por meio de entrevista realizada junto ao coordenador executivo da Oficina de Imagens, Adriano Guerra, em 27 de agosto de 2010.

jornalistas. Com a entrada na Rede ANDI Brasil, a Oficina passou a integrar uma série de frentes e fóruns temáticos da sociedade civil, ampliando seus repertórios e entendimentos.

Atualmente, a Oficina de Imagens se organiza em quatro áreas. No campo da Educomunicação, primeira delas, são desenvolvidos projetos que articulam comunicação e educação nos processos formativos de crianças, adolescentes e jovens, tendo como base o conhecimento acerca dos direitos humanos e a leitura crítica da mídia. A área de juventude agrega projetos que buscam “formar e articular jovens para o exercício do direito à livre expressão e à participação política”¹¹ (SITE DA OFICINA DE IMAGENS, 2011). A terceira área – Participação Social e Políticas Públicas – investe no fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com destaque para a formação de conselheiros de políticas públicas para o monitoramento e incidência nas políticas e investimentos governamentais. A quarta área, intitulada Comunicação e Direitos, tem por foco favorecer o debate público em torno das questões relacionadas aos direitos da criança e do adolescente. As iniciativas dessa área se organizam em três eixos:

[...] mobilização da imprensa; produção de informação qualificada para integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos; e fortalecimento da relação entre jornalistas e fontes de informação, por meio da realização de debates nas duas frentes. Além disso, a Oficina se engaja na realização de campanhas de mobilização da sociedade em geral¹². (SITE DA OFICINA DE IMAGENS, 2011).

As atividades relacionadas à Rede ANDI Brasil são geridas pela área de Comunicação e Direitos. Quando do ingresso da Oficina de Imagens na Rede ANDI Brasil e até o ano de 2009, os principais produtos do pacote básico da Rede tiveram produção regular. Dentre eles, o recorte e o armazenamento diário de matérias relacionadas à infância na mídia impressa, com a produção de um boletim resumo com as principais notícias do dia intitulado “Clipping-MG”, e a produção de sugestões de pauta semanais, por meio do boletim “Prioridade Absoluta-MG”. Ambas as ações perderam regularidade a partir de 2010. A Oficina também realiza desde o ingresso na Rede palestras em cursos de comunicação, a convite das instituições. Ainda no eixo de formação dos estudantes, o trabalho é complementado pela formação dos próprios estagiários de jornalismo. As palestras em redações foram realizadas em função de projetos específicos e se concentraram nos anos iniciais da Rede. A formação

¹¹ Informações extraídas do site da Oficina de Imagens: www.oficinadeimagens.org.br. Acesso em 20 de maio de 2011.

¹² Idem anterior.

das fontes, por sua vez, segue articulada a outros projetos da Oficina de Imagens. De 2000 a 2005, a Oficina produziu cinco análises de mídia, atividade que não teve prosseguimento após essa data.

3. As várias vocações de um boletim

O boletim “Prioridade Absoluta”, em sua versão mineira, é tomado nesta pesquisa como um pequeno “nó” em uma grande tessitura empreendida pela Rede ANDI Brasil, um coletivo de organizações que, por sua vez, pode ser tomado como parte de uma rede maior: a rede das redes pela infância. Assim considerado, o boletim pode ser explorado nas conexões e amarrações em que necessariamente se funda, permitindo leituras que, estando nele, estão, em verdade, para muito além dele.

3.1. O boletim “Prioridade Absoluta”

O artigo 227 da Constituição Federal foi inspirador para o nome de uma série de materiais na área da infância, dentre os quais o informativo que escolhemos como referente empírico. “Prioridade Absoluta” é o nome do boletim eletrônico produzido pelas organizações da Rede ANDI Brasil e que se constitui, formalmente, como uma sugestão de pauta à imprensa. Todas as organizações da Rede veiculam o material com esse nome, acrescentando a sigla de seu estado. Assim, em Minas Gerais, temos o “Prioridade Absoluta – MG: a pauta dos direitos da criança e do adolescente”. As organizações têm autonomia para definir o perfil gráfico e editorial do informativo, assim como seu modo de circulação. No caso da Oficina de Imagens, as primeiras edições do boletim eram enviadas somente às redações e por meio de fax. O envio¹³ foi ampliado a outros públicos logo que o material passou a ser enviado pela internet e por uma demanda das próprias fontes, curiosas em saber como suas falas seriam veiculadas.

O boletim circula na forma de um imperativo: “Prioridade Absoluta – a pauta dos direitos da criança e do adolescente”. Além de uma ordem, a “prioridade” também diz de uma urgência: a criança e o adolescente devem estar à frente de tudo e de todos. A “pauta” representa sempre um projeto. Já nessas primeiras palavras, evidencia-se, portanto, um sonho, a crença em um vir a ser. Mais do que um simples nome, a “pauta” inscreve o boletim como um sujeito que reivindica, que se engaja na concretização da prioridade absoluta.

¹³ A Oficina de Imagens não possui um registro organizado sobre os boletins e não sabe precisar as datas em que tais transições ocorreram. A informação sobre a ampliação do envio foi obtida por meio de entrevista realizada junto ao coordenador executivo da Oficina de Imagens, Adriano Guerra, em 27 de agosto de 2010.

Destacada no cabeçalho, tal frase integra e emoldura o texto que se segue. A numeração nos informa que essa pauta acumula longa trajetória – em setembro de 2010 eram 400 edições. A constância aponta também que não é uma pauta efêmera, pontual, única. Considerando o jornal como o sujeito semiótico caracterizado por Landowski (1992), vemos que o boletim alimenta uma expectativa paradigmática, do retorno do mesmo a cada edição, e sintagmática, com a numeração e a datação dando conta de que há também sempre algo novo.

O título aparece sempre destacado, abaixo dos dizeres “Sugestão de pauta”. A ordem colocada inicialmente assume, aqui, ares de sugestão, como quem diz: é interessante que se discuta esse tópico. No perfil editorial mais recente, abaixo do título há sempre três chamadas, em que se reúne via de regra as informações mais factuais da pauta, sempre com números, data, local, e também uma informação que amplia a discussão, como se observa abaixo:

13 unidades de internação em Minas terão seções eleitorais no dia 3 de outubro
A decisão é inédita no estado e também vale para presos provisórios
Segundo juíza, voto legitima adolescente como cidadão
(Boletim 400, 27 de setembro de 2010)

O texto, propriamente, quase sempre faz referência logo no início ao elemento que atualiza a pauta, que a torna relevante e atual, para logo na sequência discutir causas, consequências, implicações e cenários. Mas tal ocorrência terá destaque em poucas linhas. O tema mesmo do evento inunda o boletim e orienta a discussão que se pauta. O mesmo ocorre se o que está em questão é um relatório, um balanço, uma decisão judicial ou mesmo um caso particular de violação. Além disso, sendo uma pauta, as ocorrências singulares abordadas irão ocorrer quase sempre após a veiculação do boletim, ou seja, ele anuncia. De maneira geral, os boletins não tomam lugar diretamente na tematização de casos que chegam a ganhar grande repercussão.

Para tanto, o boletim inscreve falas, em discurso direto e indireto. Evidencia que foram realizadas entrevistas. Mas não há lugar para o relato de experiências individuais, nelas mesmas. Falam instituições, e não sujeitos. E as asserções orbitam sempre em torno da discussão mais ampla. Não se contam histórias, entendidas como um desenrolar de ações encadeadas. Tão pouco prioriza-se a descrição de cenas. O texto do boletim se organiza, prioritariamente, em torno de uma dimensão argumentativa. Os dados e a referência à legislação são uma constante no boletim. Articulados ao texto central ou destacados em

caixas, ajudam a comprovar a proposição que se coloca. Mas uma prova é ainda mais irrefutável: se o jornalista, público principal, quiser comprovar ou repercutir a pauta, encontra ao final uma lista com nomes e telefones das fontes utilizadas ao longo do texto.

Esse é um estilo que foi burilado aos poucos, em processos tentativos de adequação às expectativas de jornalistas e de um público mais ampliado. Em relação ao conteúdo e à forma do material, uma breve descrição de suas diferentes fases permite ver as mudanças operadas ao longo de sua trajetória.

No ano 2000, quando se deu o início do trabalho, os boletins eram compostos de notas pequenas, com chamadas para eventos, prêmios, oficinas. Em resumo, tinham a característica de uma agenda. Nesse primeiro ano, foram 12 edições, com a identidade vista no boletim que se segue:

Figura 1: Boletim Prioridade Absoluta - edição 1, ano 2000.

Realização

oficina de imagens

Fone: (31) 461.3584
E-mail: oiimagens@latamnet.org.br

PRIORIDADE ABSOLUTA
a pauta dos direitos da criança e do adolescente

Integrante da Rede ANDI
www.andi.org.br

A pauta da semana de 18 a 22 de Setembro

1. A ONG Recreação, realizadora do projeto Circo de Todo Mundo, há dez anos vem trabalhando com crianças e adolescentes de Belo Horizonte em situação de risco. Na próxima Terça-feira, 19 de setembro às 19h30min, a Recreação estará lançando o livro "Circo de Todo Mundo - Uma História de Magia e Cidadania". O livro conta a trajetória da ONG Recreação e do Projeto Circo de Todo Mundo. O lançamento acontecerá dentro do projeto Sempre um Papo, na sala Juvenal Dias do Palácio das Artes. Acontecerá também a apresentação de quadros circenses pelos meninos artistas do projeto. A entrada é franca.

* Informações: Isabela Santos. Fone: 275-4282. Fax: 275-3239, ou Leliofab@uol.com.br.

A edição de número 11, de dezembro de 2000, anuncia o lançamento oficial da Rede ANDI e a entrada da Oficina na articulação. Vejamos um trecho da nota:

A ANDI, Agência de Notícias dos Direitos da Infância, através de seu Plano de Expansão, criou a Rede ANDI. A instituição integrante da Rede ANDI em Minas Gerais é a Oficina de Imagens, uma organização-não-governamental de pesquisa e desenvolvimento de metodologias de educação utilizando os meios de comunicação.

Hoje será realizado o lançamento oficial da Rede ANDI em Minas Gerais às 8h30 no Grandville Hotel, rua Espírito Santo, 901, BH. (PRIORIDADE ABSOLUTA, edição 11, 2000).

É a partir dessa edição de número 11 que o boletim começa a apresentar notas um pouco maiores, com a aparição da primeira fonte jornalística ao longo de uma das notas. Em março de 2001, já na edição de número 25, o boletim passa pela primeira mudança gráfica, com pequenas adaptações no cabeçalho e o início da utilização de colunas para dispor o texto. Ainda em 2001, a partir da edição 38, o cabeçalho sofre nova adaptação. Nesse ano, o conteúdo oscila entre notas menores e maiores. Ainda é forte a proximidade com uma “agenda”, mas o boletim começa a ensaiar textos menos focados nos eventos propriamente. A seguir, as duas mudanças do boletim em 2001:

Figura 2: Boletim Prioridade Absoluta - edição 25, ano 2001

Realização oficina de imagens oimagens@latamnet.org.br (31) 3461-3584		Integrante da  www.andi.org.br	MG - Nº 25
Quinta-feira 05 de abril		Pesquisa revela consolidação do 3º Setor em Minas	
Ubá se mobiliza contra o trabalho infantil		A Criança e o Adolescente na Mídia - Minas Gerais/Julho a Dezembro de 2000, é uma pesquisa realizada pela Oficina de Imagens/Rede ANDI que acompanhou durante um semestre a cobertura de 7 jornais do estado sobre os temas relativos a crianças e adolescentes. Estado de Minas, Diário da Tarde e Hoje em Dia de Belo Horizonte, O Tempo de Contagem, Tribuna de Minas de Juiz de Fora, Diário do Rio Doce de Governador Valadares e Correio de Uberlândia são os jornais pesquisados nesta primeira edição.	
Recentemente a cidade mineira de Ubá foi enfocada em uma reportagem do Jornal Nacional em que uma fábrica de móveis explorava a mão de obra de crianças e adolescentes. Com o objetivo de modificar essa realidade, a região de Ubá está envolvendo autoridades de diversos setores para a realização do I Seminário Regional para Erradicação do Trabalho Infantil, Proteção do Trabalhador Adolescente e Formação Profissional. O Seminário irá discutir e viabilizar políticas públicas que possam promover a formação integral da criança e do adolescente; implementar a Política Pública Municipal de atendimento a criança e ao adolescente; promover a inserção das famílias nos programas desenvolvidos; combater a exploração do trabalho infantil e mobilizar a sociedade comprometendo-a com o desenvolvimento integral da infância e adolescência.		De acordo com a metodologia adotada para a análise, o Terceiro Setor aparece como um dos temas mais abordados nas matérias publicadas sobre crianças e adolescentes. Esse dado demonstra a consolidação e o crescimento das ações desenvolvidas pelas ONG's, fundações, institutos e outras instituições sem fins lucrativos, destacando a importância deste setor na definição de políticas e no atendimento direto a crianças e adolescentes. Dentro do tema Terceiro Setor, ONG's e voluntariado aparece	
O evento acontece nos dias 5 e 6 de abril no Salão de Convenções do Horto Florestal, Cidade Carinho, Ubá - MG.			

Figura 3: Boletim Prioridade Absoluta - edição 39, ano 2001

Realização



oficina de imagens

www.ufatnet.org.br
(31) 3461-3584



PRIORIDADE ABSOLUTA

A pauta dos direitos da criança e do adolescente



Rede ANDI

www.andi.org.br

MG - Nº 39
20 a 26 de agosto

Santo Agostinho e CEIA organizam IV EEA

Está marcado para acontecer de 11 a 14 de outubro, em Belo Horizonte, o IV Encontro Estadual de Adolescentes - EEA, no Colégio Santo Agostinho. Serão cerca de 400 participantes - 300 adolescentes e 100 educadores de todo o Estado.

Numa oficina realizada nos dias 2 e 3 de junho em BH com adolescentes e educadores da Capital, de Lavras e de Uberlândia, foi definido o tema do Encontro: **"Nós mudamos o canal...!?"**. Este será o ponto de partida para que a Comissão Pedagógica defina os subtemas a serem trabalhados durante o EEA.

Os adolescentes devem ter entre 12 e 18 anos e estarem efetivamente integrados a um grupo ou projeto nos últimos seis meses. Aos novos grupos estão destinadas 100 vagas e cada novo grupo terá direito a duas vagas para adolescentes e uma para educador.

Mudança de estatuto pode inviabilizar funcionamento de algumas creches

Segundo determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Prefeitura de Belo Horizonte alterou o estatuto das creches da capital. Desde novembro de 2000, estas instituições passaram a ser consideradas nível básico de educação e deixaram, então, de ser gerenciadas pela Secretaria de Assistência Social.

A medida busca regulamentar o funcionamento das instituições e estabelecer critérios de qualificação. Mas algumas exigências estão gerando polêmica, como a exigência da habilitação em Magistério, que desqualifica boa parte dos profissionais que trabalham em creches.

Alega-se que muitas das exigências não vêm com a condição de funcionamento assegurada. Segundo o Movimento de Luta Pró-Creche, o convênio com a prefeitura não atenderia às

As três últimas edições de 2001 abrem caminho para um estilo que começa a se firmar: textos maiores, com conteúdos menos factuais, inclusive com algumas ilustrações. As fontes, com citações diretas e indiretas, irão aparecer de maneira esporádica até o início de 2002, quando são efetivamente incorporadas ao modo de relatar do boletim. O formato de um texto maior, com várias fontes, se consolida a partir de 2002, ano em que inclusive foram ensaiadas algumas ilustrações. Ao longo do período analisado, 21 edições lançaram mão de ilustrações, com forte concentração entre 2002 e 2003¹⁴.

¹⁴ O período de concentração das ilustrações no boletim coincide com uma fase em que também é possível observar uma série de experimentações em termos de linguagem, conteúdos e mesmo na forma de distribuição, que passa a se dar pela internet possivelmente a partir de 2003.

Figura 4: Boletim Prioridade Absoluta - edição 57, ano 2002.

Realização

oficina de imagens

www.oficinadeimagens.org.br
(31) 3461-3584

PRIORIDADE ABSOLUTA

A pauta dos direitos da criança e do adolescente

Rede ANDI

www.andi.org.br

MG - Nº 57
7 a 13 de janeiro

Quando não é dia de festa

O apadrinhamento exige algo mais do que uma noite feliz

Crianças e adolescentes que vivem em abrigos enfrentam o desafio de serem reinseridos na sociedade. Atualmente, o apadrinhamento de crianças institucionalizadas vem sendo amplamente utilizado como forma de aumentar o convívio social e familiar desses meninos e meninas, além de ser uma chance a mais de se iniciar um processo de guarda ou adoção. Através dessa medida, a criança passa a frequentar os ambientes dos padrinhos em dias especiais como finais de semana, feriados, férias escolares. Segundo o psicólogo Johann Ravnjak, que trabalha em um abrigo de Belo Horizonte, o referencial de uma família organizada possibilita um desenvolvimento também organizado, sem bloqueios, uma vez que a criança se sente acolhida e segura com a nova



A partir da edição 62, em 2002, o boletim passa por nova mudança gráfica, que se manterá ao longo de 2003 e meados de 2004. Por meio de consultas aos arquivos digitais da Oficina de Imagens, é possível dizer que pelo menos já no final de 2003 o boletim também era formatado em uma base de programação para a internet, com outra identidade. A seguir, duas edições ilustram a versão “fax” e “web” do período:

Figura 5: Boletim Prioridade Absoluta - edição 121, ano 2003

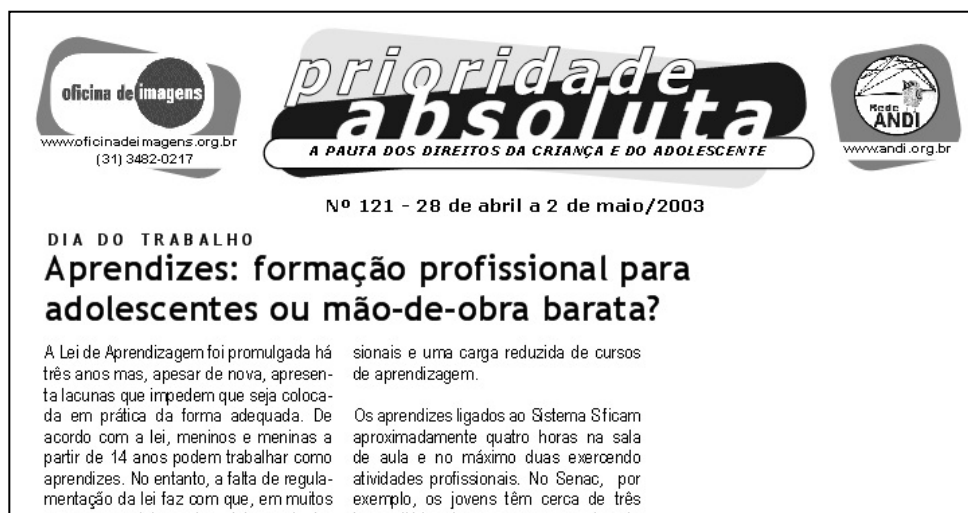


Figura 6: Boletim Prioridade Absoluta - edição 148, ano 2003



As comemorações em torno da edição de número 100, marca alcançada ao final de 2002, dão conta de que o trabalho junto a jornalistas já ganhava corpo. Para celebrar a marca, o boletim veiculou sugestões de pauta dos Jornalistas Amigos da Criança (Jacas¹⁵), que já se

¹⁵ Trata-se de uma iniciativa da ANDI criada em 1997 dedicada ao reconhecimento de jornalistas que se destacam na cobertura de temas relacionados aos direitos da infância e da adolescência.

mostravam próximos da Oficina de Imagens. Entre os anos de 2002 e 2003, o boletim difundiu uma série de notas destacando prêmios, cursos e manuais dedicados a jornalistas. Sobre a participação dos jornalistas externos à Oficina de Imagens na sugestão de pauta, reproduzimos trecho de um dos números, a edição 103, veiculada em dezembro de 2002:

É preciso democratizar o acesso aos livros

A criação de uma política de letramento no estado é um dos grandes desafios para Minas Gerais. Segundo a professora do departamento de letras da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Neuza Salim, 80% dos estudantes da rede estadual que ocupam uma vaga na quarta série do ensino fundamental não estão aptos a compreender a função da leitura e utilizá-la em funções práticas do dia-a-dia, problema que atinge também alunos da oitava série e do terceiro ano do ensino médio. Especialistas defendem que, para se criar condições efetivas de letramento na escola e na sociedade, é preciso democratizar o acesso aos livros.

[...]

Existe uma política de letramento no estado? De que maneira as escolas incentivam a leitura? Como despertar o interesse dos alunos pelos livros? No ano passado, tive acesso ao projeto de uma escola estadual de Juiz de Fora na qual a bibliotecária era uma contadora de histórias. Além de transformar a biblioteca em um ambiente convidativo para crianças e adultos, as sessões de histórias mudaram a rotina da escola e fizeram com que os empréstimos de livros para os alunos e para a comunidade alcançassem níveis altíssimos.

Bem amigos, eis aí minha sugestão!

Abraços

Daniela Arbex¹⁶

(BOLETIM PRIORIDADE ABSOLUTA, edição 103, ano 2002)

O ano de 2005 inicia com uma nova identidade e a versão web parece se firmar definitivamente. Em maio de 2006, verifica-se uma nova mudança gráfica, seguida de outras no início de 2007, 2009 e 2010, quando o boletim assume o projeto editorial e gráfico atual. Indicamos as cinco mudanças nas imagens a seguir:

¹⁶ Daniela Arbex é jornalista do jornal Tribuna de Minas, da cidade mineira de Juiz de Fora.

Figura 7: Boletim Prioridade Absoluta - edição 202, ano 2005

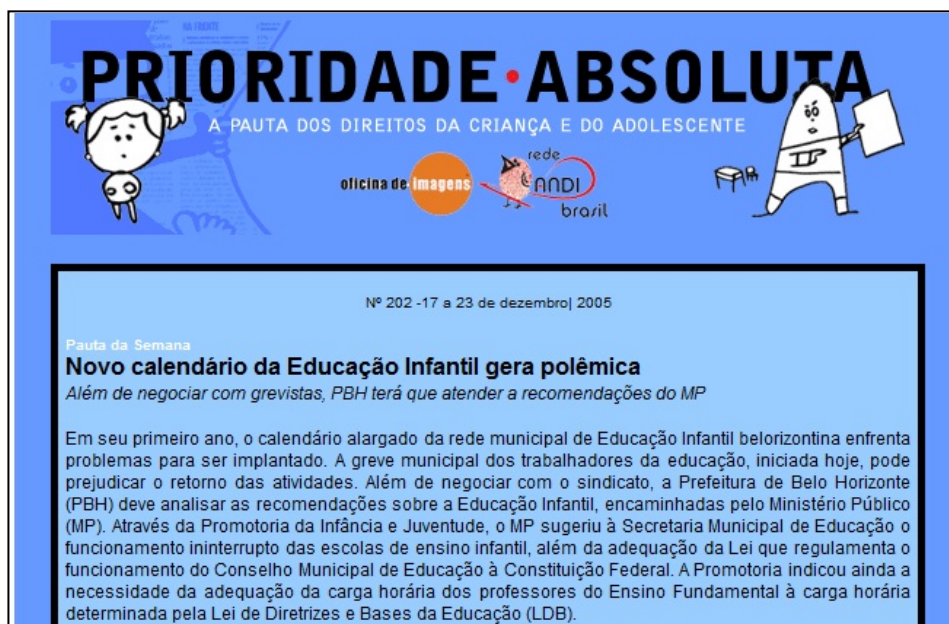


Figura 8: Boletim Prioridade Absoluta - edição 254, ano 2006

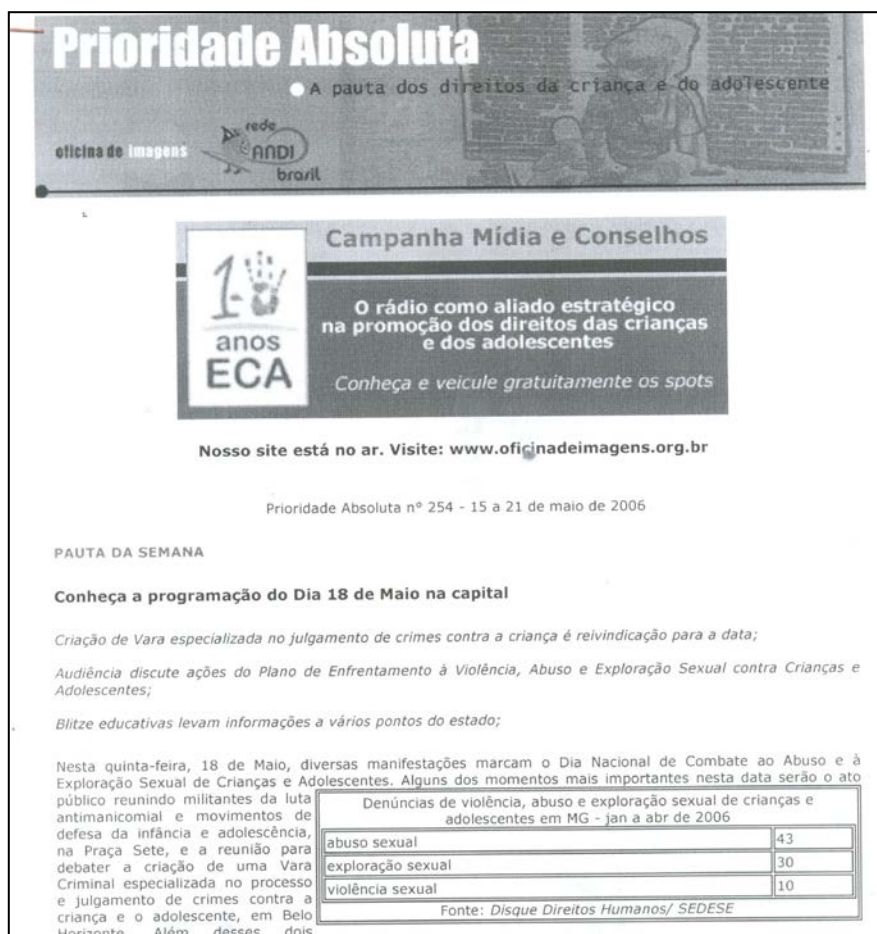


Figura 9: Boletim Prioridade Absoluta - edição especial, ano 2007



Figura 10: Boletim Prioridade Absoluta - edição 365, ano 2009

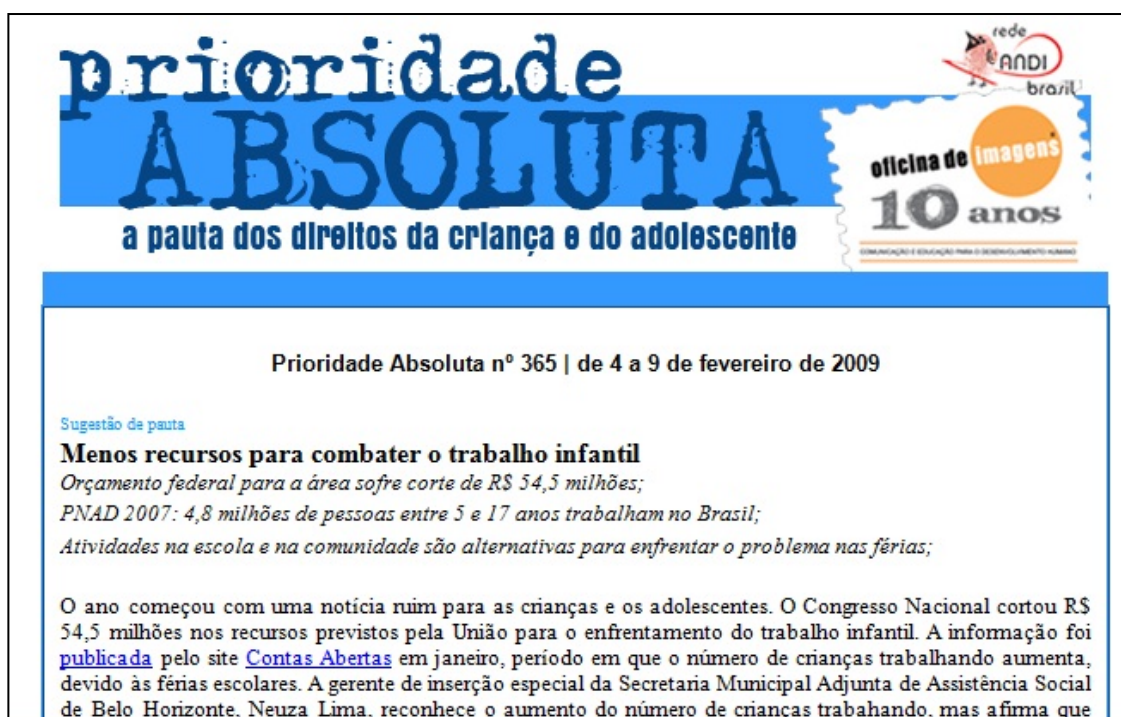


Figura 11: Boletim Prioridade Absoluta - edição 395, ano 2010



Atualmente, o material é constituído por um texto principal, introduzido por título e três chamadas, e por notas secundárias, que não se relacionam diretamente ao tema central do boletim. Ao final da sugestão de pauta são indicados os contatos das fontes utilizadas para a construção do texto e os contatos da Oficina de Imagens, para mais informações. Em algumas edições, são indicadas, também, outras possibilidades de abordagens, com caminhos alternativos que derivam do debate proposto. Mas não há indicações específicas para as diferentes mídias – rádio, TV, web, etc. Todas as agências da Rede produzem o boletim “Prioridade Absoluta” dentro dessa mesma proposta. Mas, como dito, cada organização tem liberdade para definir o projeto editorial e visual, os temas, a periodicidade e o modo de circulação. Eventualmente, em função de projetos ou de datas comemorativas, são produzidas pautas em rede. Para isso, uma das organizações produz o texto principal, compartilha com as demais, que devem buscar fontes em seus estados para regionalizar o conteúdo, e todas fazem o envio no mesmo dia.

Em algumas organizações, o boletim é enviado somente a jornalistas. Na maior parte, entretanto, a exemplo da Oficina de Imagens, a circulação é ampliada. Atualmente, a mailing da Oficina conta com 3.300 contatos, dentre jornalistas, conselhos de políticas públicas, estudantes universitários, em especial, de comunicação, profissionais que atuam em órgãos públicos e entidades de atendimento a crianças e adolescentes e gestores públicos. Há tanto destinatários pessoas físicas quanto emails institucionais. O modo de circulação do boletim acabou por trazer à tona questionamentos que ainda persistem: pauta ou produto final? Parece-nos que a riqueza do material enquanto objeto de análise reside justamente nesse conflito de identidade. Longe de tomar tal conflito como um problema, diríamos, na verdade, que a coexistência de várias vocações é algo fundante do próprio boletim. Passamos a explorar, a seguir, algumas dessas facetas.

3.1.1. Advocacy

O discurso institucional da Rede ANDI Brasil localiza seu trabalho no universo de uma contribuição à mídia de referência. A ANDI é fundada com o propósito claro de se constituir como um aliado. Duas questões emergem centrais nesse entendimento: a crença no chamado poder de agendamento da imprensa e também a perspectiva de que as questões são negligenciadas ou abordadas de forma inadequada, em grande medida, por um desconhecimento e não, necessariamente, por má vontade da parte das redações. O livro comemorativo dos 10 anos da Rede ANDI Brasil (LESSA e GARCIA, 2011, p.15) faz referência à teoria do agendamento, como desenvolvida por McCombs e Shaw, destacando o poder que a mídia tem de definir aquilo que as pessoas vão pensar. O próprio livro, contudo, relativiza essa perspectiva, caminhando para uma reflexão sobre a teoria do enquadramento e do contra-agendamento, em que fica realçada a crença na possibilidade de uma interferência na agenda da mídia.

Waisbord (2009a, 2009b) desenvolve reflexões interessantes a esse respeito, tendo a experiência da ANDI, dentre outras, em perspectiva. Esse autor cunha a expressão jornalismo de defesa civil, traduzindo e especificando a noção de *advocacy journalism*¹⁷. A especificação

¹⁷ Apoiamo-nos em dois artigos de Waisbord, um em inglês e outro em português. Na apropriação de ideias do artigo em inglês, manteremos a expressão *advocacy journalism* e na apropriação a partir do artigo em português utilizaremos a expressão jornalismo de defesa civil, como faz o próprio autor.

se dá pelo acréscimo da dimensão “civil”, uma vez que esse autor entende a prática de *advocacy* como algo que já é parte da lógica jornalística, destacando seu interesse em entender, portanto, a ação de *advocacy* gerada no âmbito da sociedade civil.

Para Waisbord (2009a), a democracia depende de vínculos fortes entre a sociedade civil e a imprensa, o que no contexto latino-americano seria comprometido por uma influência mais incisiva dos mercados e dos estados sobre a imprensa. Por isso, destaca o autor, a imprensa não consegue dar atenção adequada e equilibrada a uma faixa ampla de questões sociais e perspectivas civis. “A imprensa focaliza as questões que são relevantes para os poderosos fazedores de notícias, para as fontes convencionais de notícias e para as audiências urbanas e mais ricas” (WAISBORD, 2009a, p.2). Para o autor (2009a), a imprensa traz perspectivas estreitas, raramente cobre as questões civis e negligencia os assuntos que afetam as populações socialmente excluídas, como pobres, comunidades rurais e indígenas. Destaca, ainda, a ausência das vozes das populações afetadas pelos problemas sociais e aponta que, dessa forma, a imprensa perpetua o próprio processo de exclusão. Um amplo escopo de leituras que tratam da comunicação em uma perspectiva relacional obriga cautela na tomada da imprensa ora refém das lógicas políticas e econômicas e ora senhora da construção de sentidos. Mas é interessante perceber que, na relação imprensa e sociedade civil, a crítica assume frequentemente os contornos delineados por Waisbord (2009a, 2009b).

Nesse contexto, o autor localiza três movimentos de mídia possíveis. O primeiro trata da luta pela reforma da política de comunicação. O segundo aponta para o desenvolvimento das chamadas mídias dos cidadãos ou mídia alternativa e o terceiro indica a tentativa de contribuir para a imprensa de referência. Retemos desse autor aquilo que ele próprio elege para a análise: o jornalismo de defesa civil (JDC), como esse terceiro movimento de mídia. “O JDC se refere às ações de grupos civis para influenciar a cobertura do noticiário sobre questões sociais na imprensa principal” (WAISBORD, 2009a, p.3). Por meio dessa ação, as organizações cívicas teriam por objetivo influenciar a opinião pública e os decisores políticos, promovendo mudanças efetivas em torno de questões específicas. Um aspecto interessante destacado pelo autor diz respeito a uma sensibilidade diferente da parte dos movimentos sociais em relação à mídia, passando de uma oposição à percepção de sua importância na construção de problemas públicos. Arriscamos dizer que a experiência da Rede ANDI Brasil, pelo potencial das conexões realizadas, descortinou para o próprio movimento essa dimensão da imprensa, contribuindo para a maior sensibilidade de que fala Waisbord (2009b). Essa

característica fica bastante realçada na história da ANDI e da Rede ANDI Brasil e também nas ações e nos produtos desenvolvidos. Enquanto uma sugestão de pauta, o boletim “Prioridade Absoluta” indica justamente a crença na necessidade de ter a imprensa como um aliado. Lessa e Garcia (2011) registram conquistas nesse sentido:

Elizabeth Vieira, conselheira dos direitos em Belo Horizonte na década de 1990, hoje representante da Rede ANDI no Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, lembra como era a leitura corrente da atuação da imprensa naquela época: “Nossa visão dos veículos era permeada por mitos e preconceitos. Havia, por parte dos jornalistas, um desconhecimento total sobre a política de garantia dos direitos da infância e adolescência. De um lado e de outro, existia uma desconfiança e uma indisponibilidade para dialogar. Eu mesma nunca havia pensado na importância da informação e da imprensa para a proteção dos direitos da criança e do adolescente antes de me aproximar do trabalho da Rede ANDI”. (LESSA e GARCIA, 2011, p. 65)

Conforme Waisbord (2009a, p. 7), para alcançar suas metas em relação à imprensa, as organizações civis usam três estratégias: tornar-se fonte qualificada, dar treinamento e realizar crítica da imprensa. A Oficina de Imagens permite verificar várias das ações elencadas por Waisbord no que se refere à estratégia de tornar-se fonte. O próprio boletim “Prioridade Absoluta” representa o esforço de distribuição de conteúdo, atuando como uma “agência não-convencional de notícias”, para usar as palavras de Waisbord (2009a, p.7). Tem destaque também a estratégia de fortalecimento das relações com repórteres individuais, outro ponto realçado pelo autor. A Oficina busca manter relação próxima com aqueles jornalistas que se destacam na abordagem da infância e da adolescência em suas matérias. Como apontado, no ano de 2002, a chegada à 100ª edição do boletim “Prioridade Absoluta” foi comemorada com a veiculação de sugestões de pauta dos próprios jornalistas que mantinham essa proximidade com a Oficina. Último aspecto destacado por Waisbord diz respeito a se valer de eventos e datas para obter a cobertura. O boletim “Prioridade Absoluta” é exemplar nesse sentido. A grande maioria das edições articula a abordagem a datas e eventos na área da infância sem, contudo, fixar o relato na mera explicação dessas ocorrências.

A estratégia de tornar-se fonte qualificada já fora tematizada anos antes por Manuel Carlos Chaparro (2001), que chama atenção para uma “revolução das fontes”. O autor destaca a dependência que há desde sempre entre jornalistas e fontes, mas conceitua por revolução um cenário em que as fontes se organizam e se profissionalizam para atuarem enquanto tal, o que ele observa ocorrer em diversos âmbitos: empresarial, governamental e na esfera dos movimentos sociais. Chaparro (2001, p. 43) destaca que “[...] quanto mais competente elas

[fontes] se tornam, mais capazes são de determinar enfoques, relevâncias e até títulos, na narração jornalística”. Importante ressaltar uma especificidade de nosso objeto empírico. A Rede ANDI Brasil não pretende ser, ela mesma, fonte para os temas pautados, mas assume um lugar de intermediação, buscando promover fontes que, ligadas à área da infância, possam contribuir para outros enfoques da cobertura jornalística. Chaparro (2001) aborda a dimensão estratégica de experiências dessa natureza:

Noticiar passou a ser a mais eficaz forma institucional de agir, discursando, e de discursar, agindo. Para o sucesso, as instituições apropriaram-se das habilidades narrativas e argumentativas do jornalismo; assimilaram as rotinas e a cultura da produção jornalística; e no planejamento e controle dos acontecimentos, a dimensão comunicativa ganhou preponderância, para a divulgação dos eventos e a difusão do discurso. (CHAPARRO, 2001, p. 44)

O segundo universo de estratégias destacado por Waisbord chama atenção para o “treinamento” de jornalistas e fontes, a fim de “aumentar o nível de profissionalismo na cobertura das notícias” e “facilitar a comunicação entre os repórteres e as organizações” (WAISBORD, 2009a, p.8). Conforme Waisbord, as expectativas de um e outro lado são muito diferentes: jornalistas buscam “matérias que vale a pena noticiar” e as organizações “têm interesse na disseminação de informações que nem sempre têm valor intrinsecamente jornalístico” (WAISBORD, 2009a, p.8). A Oficina de Imagens investiu, sobretudo nos primeiros anos de atuação junto à Rede, em ações dessa natureza. Promoveu, por exemplo, oficinas de interação entre fontes e jornalistas, em que ambos puderam falar de seus desafios. Mas o próprio boletim tem uma dimensão didática. Entre 2002 e 2003, principalmente, as edições traziam além da pauta, caixas de texto destacadas com informações sobre o Estatuto, outras leis e questões correlatas. A consideração de Waisbord sobre as expectativas de jornalistas e organizações merece, contudo, um breve apontamento. A perspectiva construída nesta pesquisa busca problematizar exatamente a ideia de que as temáticas sociais não são abordadas pela imprensa por lhes faltarem valores jornalísticos. Como o próprio livro da Rede aponta, essa experiência jornalística surge mostrando que a infância, na perspectiva reivindicada, era uma história que “dava foto” (ANDI, 2005a, p. 23), ou seja, também podia ser objeto de cobertura.

Também as reflexões sobre contra-agendamento, como vistas em Elizena Rossy (2007), iluminam a perspectiva de uma defesa civil junto ao jornalismo. Tendo como referência o Terceiro Setor, Rossy (2007, p. 6) mostra que “o contra-agendamento parte do

pressuposto de que o agendamento também pode partir da sociedade para a mídia”. Para a autora, a atuação do Terceiro Setor nessa perspectiva “tem se mostrado decisiva para dar visibilidade e promover a discussão sobre temas de relevância pública”. (ROSSY, 2007, p. 5). Não assumimos a ideia de que em algum momento não tenha havido uma relação de agendamento da sociedade para a mídia, mas ao mobilizar a autora chamamos atenção para uma organização dos movimentos nesse sentido. As questões pontuadas sugerem, portanto, um reconhecimento da grande imprensa, por parte de tais coletivos, como uma arena de visibilidade privilegiada, perspectiva também encontrada em autores dedicados ao estudo dos processos de deliberação pública (MAIA, 2008). De acordo com a ANDI (2005a, p.11), “os meios de comunicação têm um papel central no processo de agendamento de novas temáticas para a sociedade”.

Também nos parece interessante destacar de Rossy (2007) suas considerações de que, para desenvolver ações de contra-agendamento, é preciso mobilizar determinadas condições do processo produtivo da notícia, relacionadas, sobretudo, aos valores-notícias e aos critérios de noticiabilidade. O boletim mobiliza códigos e procedimentos próprios do universo jornalístico para tentar “emplacar” a sua contribuição ao debate. Vale-se de datas comemorativas, atrela discussões mais amplas a eventos, busca dar uma roupagem de novidade para as questões que aborda, além de se constituir, embora sugestão de pauta, como um relato jornalístico em alguma medida pronto. Guarda semelhança, ainda, com o modo de operar das agências de notícias. Tem-se uma produção descentralizada e regionalizada, mas, ao mesmo tempo, com capacidade para indicar problemáticas mais amplas.

Uma última estratégia, na perspectiva de uma incidência junto ao jornalismo, pode ser acrescida à discussão. Além do olhar cuidadoso para a imprensa, há também um enfronhamento no universo do próprio movimento social, o que amplia o acesso das organizações da Rede ANDI às possíveis pautas. A Oficina de Imagens, por exemplo, integra redes e grupos que atuam em temáticas específicas da área da infância. Atualmente, faz parte do Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente, da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, da Rede Comunicação, Educação e Participação, dentre outros. Além disso, a Rede ANDI, em função de parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente para a manutenção de um

portal, acompanha as principais movimentações desse Conselho. É esse enfronhamento, parece-nos, a condição para a atuação no âmbito de uma defesa civil junto à imprensa.

Waisbord (2009a), contudo, não observa nesse processo uma tentativa de revolucionar o jornalismo. Para o autor, o jornalismo de defesa civil dificilmente representa um avanço no fazer jornalístico, sendo inclusive bastante conservador. “Não propõe uma ruptura na produção de notícias, mas no lugar disso oferece uma abordagem criativa para a gestão das notícias [...]” (WAISBORD, 2009a, p.6). A experiência do jornalismo de defesa civil pode, para o autor, “influenciar” a produção das notícias, mas confirma a presença da lógica da mídia, uma vez que se conforma às regras e práticas do jornalismo profissional.

Nesse ponto, vemos a necessidade de uma diferenciação entre o que pretende o boletim e aquilo que ele efetivamente possibilita. Do ponto de vista de um discurso institucional e mesmo do modo de escrita, o boletim pode, realmente, não propor grandes rupturas. Mas parece incoerente pensar que todo o investimento na relação entre a sociedade civil e a imprensa de massa não coloque questões que reformem em alguma medida o campo jornalístico, como faz parecer Waisbord. A ideia de que há apenas uma conformação das questões sociais ao *modus operandi* do jornalismo dito de referência não resiste ao exame cuidadoso de uma produção como o boletim “Prioridade Absoluta”. Embora faça uso do gancho e do modo narrativo do jornalismo de referência não aponta para a mesma lógica de construção de sentidos. O mais elementar indicativo é o próprio fato de que lida com as problemáticas consideradas ausentes da pauta jornalística tradicional por parte dos movimentos sociais. Algum gesto diferente há de se esboçar. É curioso perceber, por meio da observação do ambiente de trabalho da Oficina de Imagens¹⁸, que mesmo ciente da não aceitação de determinados temas pela imprensa, insiste-se na sua veiculação como uma sugestão de pauta. Parece-nos que há nesse gesto algo para além da ideia de uma contribuição ou da crença em uma relação de contra-agendamento direta.

Em alguns aspectos, a análise de Rossy sobre contra-agendamento também parece apontar para uma adequação das ações e dos textos às condições do processo produtivo da notícia, para que “adquiram o estatuto de acontecimentos midiáticos ou fatos jornalísticos” (ROSSY, 2010, p.14). Assim, o jornalismo de referência parece sair ileso de tais leituras.

¹⁸ Essa observação assistemática decorre do trabalho da pesquisadora junto à equipe responsável pelas ações da Rede ANDI Brasil na Oficina de Imagens.

Ainda dentro dessas ressalvas, importante registrar que a Rede ANDI Brasil assume hoje como agenda a reforma política da comunicação.

Pelas questões já pontuadas, vemos que, embora o boletim nasça na perspectiva de contribuir para a imprensa de referência, não deixa de representar uma plataforma própria. Primeiramente, pelo modo de circulação, alcançando a um público que está para além das redações. Em segundo lugar, pelo modo como estrutura seu texto, com traços característicos de uma matéria jornalística. E, em terceiro lugar, por colocar em cena uma plataforma discursiva diferenciada. Todos esses aspectos serão trabalhados na sequência. Por ora, cumpre reconhecer que há uma dimensão de *advocacy*, sobretudo no discurso institucional, mas registrar que sua realização talvez não esteja na ação mais evidente, ou seja, na tentativa de pautar diretamente a imprensa, mas nos caminhos diversos que se abrem por essa iniciativa.

3.1.2. Mídia própria

Uma pauta jornalística indica um projeto, que pode ou não ser executado. Frequentemente, a pauta é um documento circunscrito à esfera de trabalho do jornalista. Ou seja, opera em um bastidor da notícia. O boletim “Prioridade Absoluta” indica uma ação que busca interferir nessa “coxia”, mas, deliberadamente ou não, o faz por caminhos que o colocam de outras maneiras em visibilidade. Considerando, em primeiro lugar, somente os jornalistas como público, vemos que o boletim oferece um texto que o aproxima de uma reportagem, no que cumpre perguntar se o jornalista é visado em sua ação nos bastidores, ou mesmo como um público final. Se olharmos também para o modo de circulação do boletim, fica ainda mais evidente a necessidade de apanhá-lo por outra visada, a de uma plataforma própria. Na parte anterior desta reflexão, nos orientamos pelo discurso institucional e pelas características que corroboram a perspectiva do *advocacy*. Nesta, ao contrário, forçamos os limites do boletim para tomá-lo como uma mídia própria, com base na forma como realiza o que seria, originalmente, apenas uma incidência junto às redações.

Francisco Santa’nna (2009, p. 46) defende que “as estratégias das fontes já ultrapassaram as técnicas tradicionais de sensibilização da *mainstream media*, [...] e passam a atuar em bases mais agressivas de difusão direta à opinião pública”. O autor delineia um cenário em que “novos veículos informativos são ofertados ao público por organizações

profissionais, sociais e inclusive por segmentos do Poder Público” (SANTA’NNA, 2009, p. 17), mídias mantidas e administradas por atores sociais tradicionalmente vistos como fontes de informação. Por isso, Santa’nna as denomina “mídia das fontes” e elenca os vários setores que se valem hoje desse investimento: empresas, órgãos públicos, ONGs, Igrejas, Universidades, movimentos sociais. Para o autor, esse trabalho traz dois benefícios imediatos: garante a transmissão de informações sem o filtro da imprensa tradicional e serve de pressão sobre a agenda desta mesma imprensa. Assim, conforme Santa’nna, a emergência desse fenômeno faz com que pouco a pouco a imprensa perca o monopólio absoluto da paisagem informativa. “Produzir informação jornalística no Brasil deixou de ser uma reserva de mercado das empresas midiáticas, que têm, nesta atividade, a sua razão de ser” (SANTA’NNA, 2009, p. 18), afirma o autor, que continua: “a opinião pública [...] passa a contar com informações coletadas, selecionadas, filtradas, tratadas editorialmente e difundidas por entidades ou movimentos sociais, em outras palavras por corporações detentoras de interesses corporativos” (SANTA’NNA, 2009, p. 18).

Santa’nna (2009, p. 55) destaca que “a linguagem principal desta nova ferramenta de comunicação é a redação jornalística”. Um aspecto importante realçado por esse autor é que a mídia das fontes “não se limita apenas à transmissão de informação *intracorporis*”¹⁹ (2009, p.19), mas visa os acontecimentos gerais e voltam-se a grandes públicos: “buscam uma audiência bem maior do que é comumente definido pelos conceitos das Relações Públicas como público interno” (SANTA’NNA, 2009, p.54). Sant’anna (2009, p. 21) destaca que essas iniciativas devem ser vistas “como uma busca de um lugar no espaço público ou mesmo a ampliação deste”. É possível ver nas problematizações desse autor semelhanças em relação ao contexto delineado por Waisbord, que trata de uma paisagem midiática dominada por grupos políticos e econômicos e de olhar negligente aos temas sociais. Sant’anna (2009, p.38) chama atenção, sobretudo, para o perfil de propriedade dos meios de comunicação, “acentuadamente oligopolizado”. “Devemos conceber as mídias das fontes como uma ferramenta tática para exercer esta comunicação pró mutua compreensão e/ou pró persuasão, para disputar um lugar ao sol, grande ou pequeno, hegemônico ou não; em nossa sociedade contemporânea” (SANT’ANNA, 2009, p.21).

¹⁹ Do total de 429 boletins analisados, 87 (20,3%) fazem referência à Oficina de Imagens no texto da pauta principal ou nas notas secundárias. As menções são, em geral, pontuais.

O boletim Prioridade Absoluta é entendido como uma “sugestão de pauta”, o que, à primeira vista, pode tornar forçada a aproximação com a discussão proposta por Sant’anna. Mas arriscamos a ousadia, com base em aspectos já destacados sobre os modos de circulação e alcance dessa mídia. Essa aproximação nos é útil por permitir certo deslocamento em relação à adesão à imprensa proposta por Waisbord (2009a, 2009b). Embora sugestão de pauta, parece-nos que há ainda ecos de um “outro” jornalismo nessa experiência. Apoiado na ideia de que tais mídias se fazem em contraponto à perspectiva colocada pela mídia de massa, Sant’anna as apreende também por mídias alternativas. “Alternativo não representa, necessariamente, de oposição, mas sim capaz de funcionar como outra proposta, mesmo em coexistência com estruturas hegemônicas” (SANT’ANNA, 2009, p. 23). A referência à mídia alternativa abre um amplo campo de reflexões e exige o exame cuidadoso de algumas noções. Como veremos a partir de Chris Atton (2002), algumas das características atribuídas às mídias alternativas chegam a ser contraditórias com a forma como Sant’anna define a mídia das fontes, sobretudo no que se refere ao profissionalismo. Contudo, entendemos que o olhar para as reflexões sobre as mídias alternativas tem contribuições relevantes a oferecer a esta pesquisa.

Chris Atton (2002), em análise sobre procedimentos teóricos e metodológicos relativos aos estudos das mídias alternativas, faz ver um campo de atuação e de reflexão mais antigo, o que coloca problemas à propalada novidade das mídias que se fazem fora das tradicionais redações. Esse autor busca articular diferentes noções para propor um conjunto de características que ajudem a especificar o entendimento de “alternativo” e chama atenção, sobretudo, para a necessidade de se considerar características do produto e do processo produtivo. O autor inicia sua discussão chamando atenção para o contexto de emergência de tais mídias, que se dá associada às lutas políticas e de resistência, mas mostra que a própria predileção pelo uso do termo alternativo, em lugar de outros que fazem uma referência mais explícita à dimensão política, permitiu ampliar o universo de práticas englobadas. Apesar de compreender a importância desse deslocamento/ampliação, o autor denuncia uma imprecisão no uso do termo “alternativo”, frequentemente caracterizado apenas por uma negativa: não é a grande mídia.

O enfeixamento do conceito poderia se dar, para Atton (2002), pela presença de uma radicalidade. Conforme Atton (2002), Tim O’Sullivan introduz a noção de mudança social “radical” como um objetivo primário da mídia alternativa, na medida em que esta

“declaradamente rejeita ou contesta a política estabelecida e institucionalizada, no sentido de que todas essas experiências defendem uma mudança na sociedade, ou pelo menos uma reavaliação crítica dos valores tradicionais²⁰” (O’SULLIVAN, apud ATTON, 2002, p.15 – tradução livre). E essa radicalidade deve se expressar no conteúdo, nos processos produtivos, na forma, no modo de circulação, enfim, em várias das dimensões implicadas no processo de construção de tais mídias.

Uma dessas dimensões é realçada por Atton: a necessidade de envolver os cidadãos. O autor mobiliza Traber (ATTON, 2002, p.16), para quem é a mídia popular (*grasroots media*) que oferecerá a versão mais profunda de notícias com valores alternativos, uma vez que é produzida pelas mesmas pessoas cujos interesses representam. Conforme Atton (2009, p.265), James Hamilton argumenta que a mídia alternativa deve ser desprofissionalizada, descapitalizada e desinstitucionalizada. “Em outras palavras, as mídias alternativas devem estar disponíveis para as pessoas ‘comuns’, sem a necessidade de formação profissional e de despesas de capital excessivas”²¹ (ATTON, 2009, p. 265 – tradução livre). Vê-se que há, portanto, uma expectativa de que a mídia alternativa seja produzida pelos próprios grupos concernidos. A partir de diversas contribuições, Atton (2002) sugere uma tipologia dos meios de comunicação alternativos e radicais, compreendendo aspectos relacionados então ao conteúdo e aos processos enfeixados, conforme destacado a seguir:

1. Conteúdo (politicamente radical, socialmente e culturalmente radical); novos valores
2. Forma - gráficos, linguagem visual; variedades de apresentação e ligação, estética
3. Inovações/adaptações reprográficas – uso de mimeógrafos, composição IBM, fotocopiadoras offset litográfico, fotocópia
4. ‘Uso distributivo’ (Atton, 1999b) - locais alternativos para a distribuição, redes de distribuição clandestinas/invisíveis, anti-copyright
5. Transformação das relações sociais, papéis e responsabilidades – leitores-escretores, organização coletiva, des-profissionalização por exemplo, do jornalismo, da impressão e da publicação
6. Processos de comunicação transformados - ligações horizontais, redes²²

²⁰ “(...) avowedly reject or challenge established and institutionalised politics, in the sense that they all advocate change in society, or at least a critical reassessment of traditional values”.

²¹ “In other words, alternative media must be available to “ordinary” people without the necessity for professional training and excessive capital outlay”.

²² “1. Content (politically radical, socially/culturally radical); news values
2. Form - graphics, visual language; varieties of presentation and binding; aesthetics
3. Reprographic innovations/adaptations - use of mimeographs, IBM typesetting, offset litho, photocopiers
4. ‘Distributive use’ (Atton, 1999b) - alternatives sites for distribution, clandestine/invisible distribution networks, anti-copyright
5. Transformed social relations, roles and responsibilities - reader-writers, collective organisation, de-professionalisation of e.g., journalism, printing, publishing

A Rede ANDI se constitui no bojo de luta pela mudança de paradigma da sociedade brasileira em relação a crianças e adolescentes. Vemos que o boletim “Prioridade Absoluta” nasce com o propósito de colocar em cena perspectivas e histórias negligenciadas. Além disso, exprime posição hostil em relação a determinados temas arraigados. Têm destaque, sobretudo, aqueles temas que se relacionam com a mudança de paradigma mais elementar colocada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente: a passagem de uma doutrina de tutela e segregação para a doutrina de uma proteção integral. É ainda extremamente conflituoso, por exemplo, o debate em torno da maioridade penal²³, tema recorrente no boletim “Prioridade Absoluta”. Fica evidente a tentativa de colocar novos valores em cena. E essa é uma das dimensões em que vemos uma radicalidade.

Outra característica de tais mídias apontada por Atton (2009, p. 268) está no esforço em dar espaço às vozes que tradicionalmente não têm acesso à mídia de referência, reconhecendo as pessoas comuns como peritas de suas próprias vidas. É importante apontar que o boletim guarda alguma semelhança com esse investimento, uma vez que coloca vozes pouca ouvidas, como conselhos de políticas públicas, no centro das pautas. Mas também privilegia sobremaneira fontes oficiais e não dá conta de colocar os “sujeitos ordinários” como fontes autorizadas em suas pautas, aspectos que serão explorados mais à frente.

Último ponto a destacar das análises de Atton (2009, p. 269) acerca do conteúdo das mídias alternativas se refere à possibilidade de que tenham repercussão na grande mídia, o que, no caso do boletim, é princípio fundante. Atton (2009) faz referência à possibilidade de que tais materiais se tornem fontes para os jornalistas em função da natureza inovadora de muitas histórias e também pelo potencial de fazerem ver outras questões e mesmo problemas antes mesmo que eclodam, além de oferecerem acesso a uma variedade de especialistas.

Contudo, considerando aspectos relacionados à forma, não parece haver uma distanciação da identidade da página jornalística de referência. A questão referente às inovações reprográficas também não aponta para uma radicalidade. O boletim tem acompanhado o modo de ser das próprias redações. Era enviado por fax, quando a redação

6. Transformed communication processes - horizontal linkages, network”

²³ No Brasil, são inimputáveis os menores de 18 anos. A partir dos 12, caso cometa um ato infracional, o adolescente cumpre medidas socioeducativas. Há um amplo debate sobre a redução da idade penal dos adolescentes, uma discussão que se acirra sempre que um deles se envolve em crimes hediondos.

funcionava na base do fax, e opera pelas redes telemáticas hoje, quando essas têm papel de destaque no processo comunicativo. A distribuição também não indica grandes mudanças, se considerados os aspectos destacados por Atton (2002).

Os dois últimos pontos merecem uma atenção especial. A começar pela ideia de que a “profissionalização” surge como inimiga da livre expressão. As diferentes reflexões parecem reforçar a ideia de um amadorismo, o que não poderia ser encontrado no caso do boletim “Prioridade Absoluta”, em que toda a produção é feita por jornalistas e estudantes de jornalismo, ainda que em forte interação com atores especialistas envolvidos com o universo da temática. É curioso constatar que, mesmo estando dentro do movimento, o jornalista pode ser tido por um elemento estranho nesse universo. O problema passa a ser colocado na mediação representada pelo próprio trabalho do jornalista e não apenas na forma de mediação que é realizada. Por essa via, o material da Rede acaba se afastando das perspectivas que consideram alternativo aquele veículo que se aproxima da “*grassroots media*”. Por outro lado, o boletim envolve o público de forma inovadora, realçando seu lugar de fonte diante da grande imprensa. Além disso, considerando a própria circulação, o boletim empreende uma conexão também inovadora: circula junto a jornalistas e fontes, ao mesmo tempo.

A aproximação com as reflexões sobre as mídias alternativas parece-nos fundamental para a compreensão do boletim para além de seu discurso institucional. A ideia de uma radicalidade deixa indicativos interessantes para a leitura proposta pela pesquisa ao modo de textualização do boletim. Cumpre perguntar justamente como esse gesto radical se realiza em uma escrita jornalística. Mas também é importante não perder de vista a forma como Sant’anna caracteriza as mídias das fontes, sobretudo por que esse autor chama atenção para um aspecto fundamental da experiência da Rede ANDI Brasil, que é a profissionalização, a “expertise” no trato com os modos tradicionais de produção jornalística. E não vemos contradição nessas duas leituras. Pelo contrário, a radicalidade que buscamos ver talvez se realize justamente por tal apropriação dos códigos e dos processos jornalísticos. Voltamos, assim, em outra visada, às análises de Waisbord (2009). O reconhecimento da imprensa e a mobilização de suas práticas guardam potenciais justamente para colocar problemas ou radicalizar com essa mesma imprensa, tanto do ponto de vista de uma prática, quanto em relação às reflexões que tomam o jornalismo em perspectiva.

3.1.3. Crítica de mídia

A riqueza do objeto mobilizado para esta análise parece estar justamente em sua natureza híbrida e complexa, permitindo articular diversas noções. Resgatando alguns dos aspectos trabalhados, o nosso “feito em casa” pode ser apreendido, portanto, por um jornalismo de defesa civil ou *advocacy*, mas apontando também para um conteúdo alternativo/radical. No tocante ao modo de produção, guarda familiaridades com os processos das tradicionais redações e, ainda, com estratégias típicas das assessorias de imprensa. Mas a experiência também se apresenta como uma estratégia diferenciada, radicalizando com os fluxos tradicionais, uma vez que dá a ver uma proposta de pauta jornalística, algo que deveria permanecer velado. A se destacar também que a produção é feita por jornalistas que atuam em identificação com a causa e, portanto, trata-se, de uma produção que se dá pelo viés do próprio movimento ou de uma comunidade, entendida de modo mais ampliado, ecoando algumas das características de um jornalismo comunitário ou da *grassroots media*. Último ponto a ser destacado está no fato de que tal experiência lida com questões de interesse público²⁴ e se destina a um público potencialmente ampliado. São várias perspectivas, cada uma delas iluminando alguns aspectos, mas sem dar conta de todos. O boletim parece apontar, assim, não para processos novos, mas para enfeixamentos diferenciados. E é na articulação de vários deles que vislumbramos o boletim também em uma dimensão de crítica de mídia, em uma perspectiva o mais ampla possível.

Como já pontuado, a Oficina de Imagens e as demais organizações da Rede ANDI Brasil monitoram a cobertura da imprensa em seus estados e produzem eventualmente análises de mídia. A Oficina de Imagens, especificamente, produziu cinco análises desde o seu ingresso na Rede, no ano 2000. O boletim “Prioridade Absoluta” também se constituía como um dos espaços de repercussão das leituras de mídia. Além de divulgar o lançamento das análises, trazia informações sobre o conteúdo do material propriamente. Mas vemos a relação do boletim com essa dimensão de crítica também por outra perspectiva. Para além desse apontamento mais direto para a imprensa, a dimensão de crítica que vislumbramos estaria colocada pela própria forma de realização do boletim, em sua natureza híbrida. O

²⁴ Wilson Gomes (2009) mostra que a legitimidade do jornalismo estaria dada pelo fato dele estar voltado para as questões de interesse público, mas problematiza essa vocação como um princípio absoluto da prática jornalística atualmente, visto que o jornalismo está longe de se conter nessa dimensão. Assim, afirmar que o boletim lida com questões de interesse público o aproxima do que se espera do jornalismo, mas não é suficiente para defini-lo como tal.

boletim busca incidir na imprensa e constitui, nesse trabalho, uma arena de visibilidade própria. Nesse gesto, inevitavelmente diz de uma dada leitura do cenário midiático.

As discussões de José Luiz Braga (2006) sobre os dispositivos de interação social sobre a mídia oferecem uma perspectiva interessante nesse sentido. Braga discorre sobre a existência de um terceiro subsistema, ao lado dos da produção e recepção, em que a sociedade interage sobre mídia. Para ele, esse processo se dá de forma difusa e diferida, mas também pode ser apreendido em formas de interação mais evidentes, a exemplo dos dispositivos que se organizam em torno de um trabalho crítico sobre a mídia. O boletim surge no bojo de um conjunto de ações dedicadas a dialogar com a imprensa. Embora não ofereça análises explícitas, guarda as características da leitura crítica da mídia que funda a experiência da Rede ANDI Brasil.

A aproximação com o trabalho de José Luiz Braga (2006) permite ver ainda que o terceiro subsistema de que trata, organizado em torno de um trabalho crítico sobre a mídia, tem a perspectiva de tensionar os demais subsistemas para além da ampliação das temáticas apenas. O autor chama atenção para uma dimensão em que a sociedade se organiza para tratar sua mídia. Para Braga, esse sistema é composto por processos e dispositivos que podem ser reunidos sob a rubrica comum de “trabalhos críticos” sobre produtos midiáticos.

Consideramos, assim, como *processos críticos*, dentro do sistema de interação social sobre a mídia, os que se voltam para os processos de produção midiática e seus produtos em termos de um enfrentamento tensional que, direta ou indiretamente, possa resultar em crítica interpretativa, ou em controle de desvios e equívocos midiáticos, em aperfeiçoamentos qualitativos, na defesa de valores sociais, em aprendizagem e em socialização competentes, na fruição qualificada em termos reflexivos ou estéticos, em informação de retorno, redirecionadora dos produtos, em percepções qualificadas. (BRAGA, 2006, p.46)

A perspectiva de Braga chama atenção para o potencial de retorno de tais experiências e, mais ainda, indica que a dimensão de crítica se dá justamente pela possibilidade de aperfeiçoamentos qualitativos. O boletim, como apontado, coloca em evidência questões e perspectivas que a imprensa comumente negligencia, além de inscrever atores fundamentais ao debate sobre os direitos de crianças e adolescentes, como os conselhos de políticas públicas. Ao atuar dessa forma, essa experiência desnuda os limites da própria imprensa, permitindo ver um pouco sobre as escolhas operadas. A atuação crítica se realiza, portanto, no próprio gesto de mostrar aquilo que frequentemente é reservado à sombra. A existência

mesmo do boletim é testemunha dos limites da cobertura com a qual dialoga, ainda que não realize críticas explícitas e diretas.

3.2. O “feito em casa” entre o direito e o avesso da tessitura jornalística

Com a denominação do “feito em casa”, buscamos chamar atenção para um investimento que, de fato, se organiza fora da redação, ainda que tendo-a em vista. Todas as problematizações mobilizadas realçaram essa dimensão. Mas não se trata de considerar as experiências jornalísticas de organizações do chamado Terceiro Setor como amadoras ou como melhores do que a grande imprensa. Simplesmente, não são feitas em redações profissionais, em organizações jornalísticas, e tão pouco correspondem aos conceitos e princípios que são comumente considerados na definição do jornalismo enquanto uma Instituição (GUERRA, 2005). Têm origem em um contexto de luta, de uma causa declarada e buscam intervir na construção do texto jornalístico, seja em mídias próprias ou pelo apontamento para as grandes redações.

O jornalismo constrói sua legitimidade com base no discurso de que sua tessitura é aquela possível – ou a mais próxima do ideal – diante dos tecidos que lhe são oferecidos. As outras opções, as sobras e mesmo as costuras, são coisas que devem ser mantidas no avesso, fora do campo de visibilidade. Um traço fundante do nosso “feito em casa” é, portanto, a tentativa de tomada da cena pública. Desde sempre, mas talvez agora em proporção nunca antes vista, tais organizações investem esforços na produção de seus próprios dispositivos de informação, para além de continuarem na luta para que as vitrines de maior visibilidade dêem conta de suas causas, tanto por uma ação de *advocacy* quanto pela constituição de dispositivos de crítica de mídia. Trata-se de um insurgir da face outrora vocacionada a ser o avesso da tessitura jornalística, da tentativa de mostrar que as escolhas são tramadas em nós e, portanto, sempre se realizam pelo corte de linhas e por amarrações propositadas.

O discurso institucional da Rede ANDI Brasil aponta para uma ação que se funda na própria imprensa de referência e não contra ou de maneira alternativa a ela. Ou seja, não se trata, em tese, de tomar os tecidos em mãos e fazer da calça uma blusa, mas de mostrar que a calça podia ser diferente. Por isso, diríamos que a Rede opera no universo dos *retalhos*: observa a peça pronta, analisa os excessos e se esforça para fazer retornar as ausências à cena. Mas quando consideramos que o boletim também oferece um relato acabado, em uma

plataforma autônoma, é preciso reconhecer que sua ação não se resume a incidir no que seria a coxia da grande imprensa. Ao operar dessa maneira, a Rede ANDI faz emergir também uma nova tessitura. Construída a partir dos retalhos, a escrita do boletim “Prioridade Absoluta” dá origem, portanto, a novas possibilidades, tanto na conexão com a grande imprensa quanto nas articulações propostas em sua própria tessitura, no que visualizamos a dimensão de uma mídia alternativa. Uma colcha de retalhos permite ver sempre mais do que cada pedaço de pano individualmente.

O dispositivo de informação se organiza, conforme Mouillaud, em torno do gesto de informar, que implica estabelecer, em um mesmo movimento, um dentro e um fora de quadro, e de modo imperativo: “o que pode ser visto e o que deve ser” (MOUILLAUD, 2002, p. 38). Justamente em função disso, verdadeiras batalhas simbólicas se estabelecem para modificar as bordas da cobertura jornalística diária. Mas se assumimos esse mecanismo como válido para o modo de operar de todo e qualquer dispositivo de informação, podemos pensar em um sistema jornalístico que se constitui pelo bordejamento de diferentes campos de visibilidade, sendo todos, ao mesmo tempo, a face invisível do outro. Assim, os boletins oferecem uma face direita que também se faz com o apagamento de uma série de questões. “Parece-nos que toda e qualquer informação engendra o desconhecido, no mesmo movimento pelo qual informa (...)” (MOUILLAUD, 2002, p. 39). E o que está fora de quadro permanece: “é testemunho de uma presença mais inquietante, a qual não se pode mais dizer que existe, mas, preferencialmente, que ‘insiste’ ou ‘subsiste’ (...)” (MOUILLAUD, 2002, p. 41).

Mas como apanhar o boletim “Prioridade Absoluta” entre um direito e um avesso? Embora a analogia possa ser um tentador convite à comparação entre a abordagem do boletim e a cobertura da grande imprensa, a pesquisa não trilha esse caminho. Quando Mouillaud destaca que o fora de quadro permanece, não nos parece que seja em outro lugar: o visível e o invisível são faces de uma mesma moeda. O boletim “Prioridade Absoluta” é avesso e direito, ao mesmo tempo. Para explorá-lo nessa visada, começamos por destrinchar seus pequenos retalhos. Aplicamos à sua face direita os mesmos quadros que a Oficina de Imagens e a Rede ANDI Brasil utilizaram ao longo dos anos para observar a mídia de referência. E não o fazemos, como dito, com o propósito de gerar comparações. Apenas assumimos que há uma relação fundante entre esses diferentes dispositivos. O texto que visamos nasce no bojo dessa relação e a pesquisa se orienta pelo esforço em fazê-lo emergir a partir dessa perspectiva.

4. Boletins, retalhos e colchas

4.1. A identificação dos boletins

A grande maioria dos boletins é numerada, em sequência crescente. Há também edições especiais, sem numeração, e outras com problemas na identificação, como duplicidade de números. Considerando todo esse universo, foi possível localizar 429 edições do boletim “Prioridade Absoluta”. O período considerado vai de setembro de 2000, quando a iniciativa teve início, até a última edição de 2010, que circulou com o número 405. Todo o material está disponível em cópias impressas, mas com origens variadas. Há cópias das versões enviadas por fax, outras geradas do arquivo diagramado e ainda algumas originadas do email. A maior parte dessas cópias foi produzida ao longo dos anos pela equipe da Oficina de Imagens e estavam armazenadas no arquivo físico da organização. Para completar o acervo, providenciamos as cópias do período que se estende de junho de 2008 a dezembro de 2010 a partir das versões disponíveis no email de uma das jornalistas responsável pelas ações da Rede ANDI Brasil na Oficina de Imagens. As 22 edições do intervalo 266 a 287, veiculadas entre agosto de 2006 e junho de 2007, não puderam ser localizadas na formatação utilizada pela Oficina de Imagens para o envio aos seus públicos. Conseguimos localizar apenas as cópias dos textos em arquivo Word, cientes da possibilidade de, na formatação para o envio, terem ocorrido alterações. Considerando todo o material localizado, nos variados formatos, é possível dizer que temos acesso à quase totalidade das edições veiculadas no período considerado. A pequena parcela de dúvida se deve à imprecisão da própria numeração, que não nos permite saber se há números faltosos ou o registro equivocados da contagem.

Diante do expressivo volume de materiais, construímos uma primeira grade de leitura que favorecesse a aproximação com os boletins e nos permitisse uma visão de conjunto, dentre as várias possíveis. A colcha que fazemos ver é, portanto, apenas uma possibilidade diante das potenciais costuras que poderiam ser mobilizados a partir dos 429 boletins. A escolha feita busca ser coerente com a forte conexão dos boletins “Prioridade Absoluta” com a leitura – sistemática ou não – que a Rede ANDI Brasil e suas organizações fazem dos veículos impressos de maior circulação em seus estados. Assim, o primeiro esforço dedicado à empiria foi no sentido de operar uma classificação dos boletins com base nos mesmos

quadros que orientavam o olhar das organizações para a própria imprensa. É o que poderíamos chamar de uma análise de mídia às avessas. Para a construção desse referencial, nos apoiamos em um documento interno da ANDI, de 2005, dedicado a orientar o seu processo de seleção e classificação das matérias e intitulado “Manual D. Antônia de Classificação e Clipagem”. A Oficina de Imagens não conta com material semelhante. Seus procedimentos, sobretudo nos anos iniciais, sempre tiveram por referência as orientações da ANDI, organização que mais esforços investe no processo de monitoramento e análise de mídia. Cumpre registrar que a Oficina de Imagens realizou tais análises no período de 2000 a 2005. Dessa forma, o documento da ANDI, de 2005, não corresponde em sua totalidade à metodologia utilizada pela Oficina em suas análises. Ainda assim, é o único documento ao qual tivemos acesso com a explicação dos procedimentos de seleção e classificação. Consideramos, ainda, que ele representa um compilado das escolhas metodológicas operadas até aquele momento. No que se refere à lista de temas, uma das categorias de análise, buscamos atualizar as opções a partir da lista disponibilizada na seção de busca de notícias no site da ANDI. Outras adaptações e escolhas também foram realizadas, como se verá adiante.

A partir do manual de classificação da ANDI, de 2005, e do estudo das análises de mídia realizadas pela Oficina de Imagens, é possível dizer que a seleção e a classificação das matérias, no período em que tal trabalho foi realizado pela Oficina, se davam com base no método da análise de conteúdo²⁵. Após o recorte dos jornais, as matérias eram digitalizadas e submetidas a uma ficha de classificação, que registrava, dentre outros aspectos, os temas, a citação à legislação, às políticas públicas, a dados estatísticos, a pontos de vista controversos e às fontes de informação. Na análise propriamente, sistematizada em cinco publicações, a Oficina de Imagens articulava a leitura dos dados à conjuntura do tema, mobilizando comentários e artigos de especialistas. As análises sempre tomaram por referência o conteúdo das matérias. Não eram abordados aspectos relativos à apresentação da página, assim como não eram feitas análises das imagens veiculadas nas matérias selecionadas. O ranking quantitativo dos temas também não considerava o tamanho das matérias.

Assim, na primeira etapa de identificação dos boletins, a opção foi, à semelhança da Oficina de Imagens/Rede ANDI Brasil, pela análise de conteúdo. Acreditamos que essa

²⁵ O manual de classificação faz referência explícita à análise de conteúdo (ANDI, 2005b, p.8). Mas é importante registrar que as análises de mídia das organizações da Rede ANDI não se restringem a relatar os dados e informações identificados. Há uma análise mais ampla de ausências e dos posicionamentos privilegiados que aproximam tais leituras de outras dimensões analíticas, como a análise do discurso.

metodologia favorece a aproximação inicial com a empiria, pois ajuda a visualizar um determinado contexto de recorrências e regularidades. As escolhas implicam, evidentemente, em uma simplificação do repertório temático dos boletins, mas oferecem um panorama importante para as etapas seguintes da análise. Com a análise de conteúdo, buscamos, portanto, conhecer um pouco mais da colcha que a costura dos boletins faz ver e ter referenciais para caminhar com a pesquisa e eleger aqueles retalhos que seriam posteriormente analisados de maneira mais detida, sem perder de vista a conexão com a colcha maior. Como indica Bauer, a análise de conteúdo “não pode nem avaliar a beleza, nem explorar as sutilezas de um texto particular” (2008, p.191), mas “pode ser o primeiro passo na ordenação e caracterização dos materiais em um enorme esforço de pesquisa” (2008, p. 213).

A analogia a uma colcha de retalhos permite problematizar uma crítica recorrente à análise de conteúdo: a de que o processo de categorização busca revelar um sentido que repousa nos textos. Quando atribuímos um tema principal aos boletins o fazemos, evidentemente, em uma tentativa de identificar a perspectiva privilegiada por tais textos. Assumimos que há algo que é da ordem de um registro dado, acabado. Mas a imagem permitida pela colcha reforça nosso entendimento de que tais boletins se oferecem sempre a variadas leituras. Como apontam Leal e Antunes, esse olhar toma o texto²⁶ como um tecido e um tecer, ao mesmo tempo:

Trabalhamos, pois, com uma perspectiva de apreensão das mídias como matrizes de textos e como moduladoras dos processos mediáticos, o que implica, de partida, falar de *textos*, assim no plural. Nos processos de significação midiáticos, os textos se dão sempre em um jogo contínuo de fechamento e abertura de/para outras *texturas*.

Trata-se, portanto, de não reduzir o texto, mas de admitir sua complexidade constituinte. Retomar a etimologia como inspiração pode ser um passo nesse caminho: texto que vem de *textu* (tecido) e de *texere* (fazer com fios, tramar, urdir). Logo, um “texto” surge como obra tecida e como um tecer. (LEAL e ANTUNES, 2011, p. 22).

Se buscamos em um primeiro momento uma dimensão que, de certa forma, repousa em que cada um dos boletins, o fazemos com a perspectiva de abri-los para as mais variadas combinações. Aquele que já se deteve observando uma colcha de retalhos certamente

²⁶ Ao longo da dissertação, temos insistido em uma concepção de texto ampliada. Contudo, em alguns momentos, iremos nos referir ao texto da empiria em um sentido mais restrito, como o conteúdo mesmo. Tentaremos, sempre que possível, deixar claras tais diferenciações.

experimentou um olhar curioso e inquieto que busca reconhecer cada pequeno pedaço ao mesmo tempo em que se vê provocado por inúmeras possibilidades de sequências e desenhos.

O apelo visual que propomos à pesquisa talvez não faça jus, contudo, ao privilégio que damos à dimensão verbal. Cumpre ressaltar que a análise não se detém em aspectos que dizem da apresentação visual do boletim. Primeiramente, por uma escolha da própria pesquisa, que se dedica a observar aspectos discursivos em suas dimensões linguístico-textuais. Em segundo lugar, por uma restrição colocada pelo acesso ao *corpus*. Não é possível saber ao certo, como já indicado, se todas as versões de que temos acesso foram originadas a partir do material que foi efetivamente veiculado. Em alguns casos, por exemplo, há duas cópias de um mesmo boletim em bases de programação diferentes, uma para envio via fax e outra para envio pela internet.

Como abordado no primeiro capítulo, os boletins são compostos de um texto principal e notas secundárias, à exceção das primeiras edições e de 16 boletins que apresentam duas sugestões de pauta de igual peso. Não trabalhamos com uma amostragem estatística, todos os boletins foram analisados, mas com unidades de registro diferentes para os conjuntos de itens observados. A possibilidade de erros na classificação, dado o volume de materiais e, como se verá adiante, dada também a extensa lista de temas, foi minimizada com a realização de duas leituras de todos os boletins, em momentos diferentes da pesquisa. Além disso, com o auxílio de uma planilha de *excel*, foi possível aplicar filtros para visualizar temas próximos, que poderiam gerar dúvidas, e, assim, realizar uma terceira reflexão com base nos dados da planilha. Importante destacar ainda que, à exceção do “gancho”, todas as categorias mobilizadas, que serão explicadas a seguir, foram também utilizadas pela Oficina de Imagens em suas análises de mídia.

A partir, portanto, das referências mencionadas – manual de 2005 da ANDI, análises da Oficina de Imagens e site atual da ANDI, construímos uma grade de leitura contemplando três universos de categorias. O primeiro registra características formais – edição, mês, ano, e foi aplicado a todos os boletins. Esse mapeamento foi fundamental para a montagem da “colcha de retalhos” que se verá mais à frente. O segundo universo observa se há presença de ilustrações, a citação da Oficina de Imagens e a referência explícita ao universo midiático. Essas três categorias foram observadas em relação a todo o conteúdo – textos e notas – dos 429 boletins. No caso da Oficina de Imagens, o objetivo era perceber a presença da organização em uma mídia que, de alguma maneira, guarda proximidade com um veículo

institucional. Julgamos que seria interessante observar esse aspecto considerando que a vocação declarada do boletim é contribuir para a mídia de referência, sem desconsiderar, evidentemente, que tal vocação se manifesta em todo o conteúdo e não apenas em citações explícitas.

O terceiro universo de categorias busca apreender características do texto da sugestão de pauta principal de cada boletim. Para isso, foram desconsideradas 56 edições, que apresentam apenas notas, e o segundo texto das 16 edições que trazem duas sugestões. Com esse recorte, passamos a contar com 373 sugestões de pauta, tomadas como a unidade de texto. Esse volume de materiais foi observado de acordo com os seguintes aspectos: o elemento mobilizado na abertura como gancho, o assunto tratado, as fontes mobilizadas, a citação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, a outras legislações e a dados estatísticos, a presença de pontos de vista contraditórios e os temas abordados, sendo um principal e até dois secundários. Atrelamos, portanto, procedimentos que observaram a presença de determinadas palavras e outros atentos aos sentidos preferenciais do texto. Em relação a esse terceiro universo, como se vê, algumas categorias possibilitavam como resposta apenas “sim” ou “não”. É o caso da citação ao ECA, a outras legislações, a dados estatísticos e a pontos de vista contraditórios. Não será operada, adiante, uma leitura detida do resultado apurado em relação a esses itens. O mapeamento aparecerá articulado à leitura mais geral.

Em relação ao “gancho”, buscamos ver o que era destacado na abertura dos boletins como o “evento” que justificava a própria existência do texto, muito embora saibamos que tais ocorrências funcionem como pretextos para a abordagem de problemáticas outras. Para isso, foi feita uma classificação sem lista *a priori*. A classificação das fontes, outro aspecto observado, foi realizada com uma lista inicial, construída com base no Manual D. Antônia (ANDI, 2005). Mas novas categorias foram acrescentadas ao longo da classificação. Em relação ao assunto tratado, para cada boletim foi feita a breve descrição da sugestão de pauta. Em nossa análise, o assunto correspondeu, portanto, àquilo que foi objeto de discussão na matéria²⁷. Por exemplo: a criação de varas especializadas ou a realização de uma audiência

²⁷ Ao discutir as estruturas temáticas das matérias, de um ponto de vista discursivo, van Dijk (1990) não diferencia assuntos e temas. Nesse autor, os temas correspondem a macroproposições e o procedimento de classificação temática resulta em resumos das notícias, que podem se dar por diferentes operações. Em nossa pesquisa, optamos por diferenciar tais dimensões. Tomamos por temas as rubricas mais gerais em que podem ser inscritos os boletins e, por assunto, a especificação do tema em uma ocorrência. Mais à frente, quando trabalharmos com um conjunto restrito de boletins, nos aproximaremos de uma análise mais discursiva, em que serão realçadas as macroproposições que ajudam a definir/compreender os assuntos tratados.

pública. Esse procedimento permitiu observar as “ações” colocadas em evidência e foi fundamental para o desenrolar da leitura, além de permitir o trabalho com a planilha com maior autonomia em relação às cópias impressas.

A lista de temas foi a que certamente exigiu mais esforços e, portanto, dedicaremos uma explicação mais detida sobre o processo de construção das opções. Primeiramente, cumpre destacar que estamos considerando por “temas” rubricas mais gerais, especificadas por uma ou duas palavras, mantendo a lógica de análise temática utilizada pela própria Rede ANDI Brasil. Para a aplicação dos temas, foi observado um sentido preferencial dos textos, considerando marcas que assinalam tais escolhas no âmbito jornalístico, como o título, as chamadas secundárias e o próprio “gancho” da matéria.

Para a construção do quadro de temas articulamos três referências. A primeira delas, como já colocado, é o Manual D. Antônia de Clipagem, Inserção e Classificação, que detalha a metodologia de análise de mídia adotada pela ANDI. Essa versão do manual indica um universo de 50 temas e subtemas detalha os critérios para a classificação das matérias em cada um deles. A outra referência foi buscada no site da ANDI. A lista de temas oferecida para a busca das matérias selecionadas dos jornais soma 84 temas e subtemas. A terceira referência corresponde às próprias análises de mídia da Oficina de Imagens, em que são apontadas as categorias temáticas consideradas para a classificação das matérias.

A leitura das análises de mídia realizadas pela Oficina de Imagens permite observar um pouco das mudanças no processo de análise operadas no âmbito da representante mineira da Rede ANDI Brasil. A primeira análise (OFICINA DE IMAGENS, 2001) observou o comportamento de sete jornais mineiros no período de julho a dezembro de 2000. Foram recortados 3.953 textos classificados em 17 temas, com a possibilidade de 20 subtemas. Cada título, inclusive de retranca, era considerado uma inserção. A publicação que sintetiza essa análise indica que fotografias não computavam pontos. As matérias também eram observadas a respeito das fontes, tipo de texto e ótica (busca de soluções ou denúncia). Sobre as fontes, não eram observadas as pessoas efetivamente entrevistadas. A metodologia compreendia por fonte a instância que havia originado a informação. Na segunda pesquisa (OFICINA DE IMAGENS, 2002), relativa a todo o ano de 2001, foi também observado um índice de proatividade, que procurava avaliar a iniciativa do jornalista/veículo em construir reportagens mais amplas e contextualizadas. Foram 7.877 inserções classificadas em 17 temas. A terceira pesquisa (OFICINA DE IMAGENS, 2003) foi relativa ao ano de 2002 e contabilizou 11.108

inserções classificadas em 20 temas e 105 subtemas. Na terceira pesquisa, passaram a ser registradas todas as fontes citadas nas matérias e não apenas aquelas que teriam gerado a cobertura. A quarta análise (OFICINA DE IMAGENS, 2004), referente a 2003, foi realizada com base em 12.498 inserções selecionadas de oito jornais, mantendo-se o mesmo quadro de temas e subtemas. A última análise (OFICINA DE IMAGENS, 2006), referente a 2004, teve por foco o aniversário de 15 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e, por isso, não traz uma lista de classificação. A seguir, um quadro síntese com a indicação dos temas considerados no período de realização das pesquisas na Oficina de Imagens. O quadro não considera os subtemas.

Tabela 1: Distribuição dos temas das análises de mídia da Oficina de Imagens

2000	2001	2002	2003
Julho a dezembro	Janeiro a dezembro	Janeiro a dezembro	Janeiro a dezembro
3.953 inserções	7.877 inserções	11.108 inserções	12.498 inserções
7 jornais	7 jornais	7 jornais	8 jornais
TEMAS	TEMAS	TEMAS	TEMAS
		Acidentes	Acidentes
Comportamento	Comportamento	Comportamento	Comportamento
		Consumo	Consumo
Cultura e Esportes	Cultura e Esportes	Cultura e esportes	Cultura e esportes
Deficiências	Deficiências	Deficiências	Deficiências
Desaparecidos	Desaparecidos	Desaparecidos	Desaparecidos
Direitos e Justiça	Direitos e Justiça	Direitos e justiça	Direitos e justiça
Drogas	Drogas	Drogas	Drogas
Educação	Educação	Educação	Educação
Exploração do trabalho	Exploração do trabalho	Exploração do trabalho	Exploração do trabalho
	Exploração e abuso s.	Exploração e abuso s.	Exploração e abuso s.
		Internacional	Internacional
Lixo			
Meio ambiente	Meio ambiente	Meio ambiente	Meio ambiente
	Mídia	Mídia	Mídia
Mortalidade infantil	Mortalidade infantil	Mortalidade infantil	Mortalidade infantil
Saúde	Saúde	Saúde	Saúde
Saúde/Aids			
Terceiro setor	Terceiro setor	Terceiro setor	Terceiro setor
Situação de rua	Situação de rua	Situação de rua	Situação de rua
Trabalho	Trabalho	Trabalho	Trabalho
Violência	Violência	Violência	Violência

Nas páginas seguintes, apresentamos um quadro que sintetiza as escolhas operadas nesta pesquisa. Na primeira coluna, são listados todos os temas originalmente indicados no Manual D. Antônio, no site da ANDI e na análise de mídia referente a 2003 da Oficina de Imagens, a última a apresentar uma lista de temas. À direita dessa coluna, é indicada a fonte do tema, em que 2005 corresponde ao Manual ANDI, 2011 ao site da ANDI e 2003 à lista da Oficina de Imagens. Na coluna seguinte, indicamos os temas escolhidos/adaptados para serem utilizados nesta pesquisa. Pela tabela, será possível ver que alguns temas da ANDI/2011 foram descartados, em função de se referirem a outras áreas, o que decorre do fato da ANDI ter ampliado nos últimos anos seu escopo de atuação, passando a atuar em três frentes: infância e juventude, inclusão e sustentabilidade, e políticas de comunicação. Alguns também foram descartados por não termos subsídios para compreender a proposta do tema, como é o caso de “pais e filhos”. Os temas contemplados no Manual D. Antônio contam todos com explicações sobre sua aplicabilidade.

Na última coluna à direita da tabela, indicamos áreas de concentração dos temas. Esse enfeixamento foi operado para favorecer a leitura posterior do mapa proporcionado pela classificação. O agrupamento tomou por referência os nomes dos próprios temas: aqueles que indicam algum tipo de violência, como abuso sexual, foram agrupados em “violação de direitos”; os nomes que tratam de direitos, de maneira positivada, como saúde e educação, foram agrupados em “afirmação de direitos”; os que indicam a preocupação com certa espacialidade territorial foram agrupados em “ocupação do espaço”; aqueles que indicam atores, instrumentos, dispositivos legais e iniciativas positivas da “rede de atenção” foram agrupados sob esse nome; por fim, foram agrupados em “outros” os temas restantes. Com base nessa divisão, os subtemas de um determinado tema que estavam em uma mesma área foram agrupados. É o caso dos vários subtemas das políticas de comunicação. Quando um tema apresentava subtemas referentes a violações e outros referentes a direitos, tais subtemas foram mantidos. Vejamos a tabela a seguir:

Tabela 2: Listas originais de temas e escolhas da pesquisa

CATEGORIA ORIGINAL	ORIGEM	CATEGORIA ADOTADA	ÁREA
Abandono, abrigo e situação de rua Abandono Situação de rua	2005 2011 2003, 2011	Abandono e situação de rua	Violações de direitos
Acidentes	2003; 2005; 2011	Acidentes	
Educação – Subtema: analfabetismo Analfabetismo	2005 2011	Analfabetismo	
Desaparecidos	2003, 2005, 2011	Desaparecidos	
Drogas	2003, 2005, 2011	Drogas	
Exploração e abuso sexual Abuso sexual Exploração sexual Pedofilia	2003, 2005 2011 2011 2011	Exploração, abuso sexual e pedofilia	
Pobreza e exclusão social Exclusão social Pobreza	2005 2011 2011	Pobreza e exclusão social	
Trabalho infantil Exploração do trabalho	2005, 2011 2003	Trabalho infantil	
Violência Subtemas: conflitos armados, gangues, atos violentos – agente e vítima, atos violentos – agente, atos violentos – vítima, institucional e outro Subtemas: castigos físicos, violência doméstica, violência institucional, violência nas escolas, violências nas ruas Conflitos armados Tráfico humano	2003, 2005, 2011 2005 2011 2011 2011	Violência	
Saúde Subtemas: AIDS; malária, hanseníase e tuberculose; mortalidade infantil; saúde materna Subtemas: AIDS/HIV, epidemias Mortalidade infantil	2003, 2005, 2011 2005 2011 2003, 2011	Saúde Subtemas: AIDS/HIV; epidemias; mortalidade infantil	
Cultura Cultura e esportes	2005, 2011 2003	Cultura	Afirmação de direitos
Educação	2003, 2005, 2011	Educação	

Subtemas: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação profissionalizante, supletivo/jovens, acesso ao ensino superior, vários níveis de ensino, outros Subtemas: ensino infantil, ensino básico, ensino médio, educação para jovens e adultos, ensino superior	2005 2011		
Esporte e lazer Cultura e esportes	2005, 2011 2003	Esporte e lazer	
Saúde Subtemas: desnutrição; saúde materna Subtemas: saúde materna Nutrição	2003, 2005 2005 2011 2011	Saúde Subtemas: nutrição, saúde materna	
Convivência familiar e direitos de família Adoção Convivência familiar Direitos de família	2005 2011 2011 2011	Acolhimento e convivência familiar	
Políticas públicas	2011		
Políticas de comunicação Subtemas: responsabilidade social da mídia, regulação de mídia e infância, regulação de infraestrutura, publicidade, regulação de conteúdo, mídia e política, mídia e democracia, liberdade de expressão, acesso à informação, autorregulação, classificação indicativa, história da comunicação	2011	Políticas de comunicação	
Medidas socioeducativas	2005, 2011	Medidas socioeducativas	
Trabalho legal Trabalho	2005, 2011 2003	Trabalho legal	
Conselhos Tutelares	2011	Conselhos e atribuições	
Terceiro setor	2003, 2011	Terceiro Setor	
Orçamento	2011	Orçamento	Rede de atenção
Boas práticas Inclusão social Responsabilidade social	2005 2011 2011	Boas práticas	
		Participação social	
Direitos e justiça	2003, 2005, 2011	Direitos e justiça	
Estatuto da criança e do adolescente	2011	Estatuto da Criança e do Adolescente	
Questões demográficas	2005	Questões demográficas	Ocupação do espaço
Internacional	2003, 2005	Internacional	

Subtemas: América Latina e outros países			
Migração/deslocamento	2005	Migração	
Migração	2011		
Meio ambiente	2003, 2005	Meio ambiente	
Subtema: mudanças climáticas	2011		
Agricultura	2011		Outros
Deficiências	2003, 2005, 2011	Deficiências	
Ciência	2011		
Direitos humanos	2011		
Igualdade/ desigualdade de raça/etnia	2005	Questões de raça/etnia	
Desigualdade de cor/etnia	2011		
Igualdade/ desigualdade de gênero	2005	Questões de gênero	
Gênero	2011		
Internet	2011	Internet	
Comportamento	2003, 2005, 2011	Comportamento	
Comportamento – sexualidade	2005		
Sexualidade	2011		
Comportamento – consumo	2005		
Consumo	2003, 2011		
Desenvolvimento	2011		
Subtema: desenvolvimento sustentável			
Mídia	2003, 2005, 2011	Mídia	
População	2011		
Pais e filhos	2011		
Tecnologia	2011		
Tecnologias sociais	2011		

A escolha por importar rubricas temáticas de outras metodologias implica em aceitar também as limitações colocadas por tais referenciais. Em primeiro lugar, reconhecemos que se trata de um volume grande de temas, o que traz desafios em relação à segurança da classificação. Mas é importante, para os propósitos da pesquisa, manter a conexão com o modo como a Oficina de Imagens/Rede ANDI Brasil observa a cobertura midiática. Além disso, é possível observar que os temas dizem também de certo modo de organização do campo sociopolítico da infância, o que permite, portanto, observar a inscrição da Oficina de Imagens em tal campo ou o campo dado a ver pela Oficina de Imagens. Também por isso, portanto, optamos por manter os temas originalmente propostos nas referências acionadas.

Um segundo desafio se refere à natureza dos temas. Alguns nomes, como abuso sexual, trabalho infantil e medidas socioeducativas, remetem a situações do universo da infância e da adolescência, ao passo que outros, como boas práticas e responsabilidade social, dizem de modos de atuação dos que se dedicam a lidar com esse universo. Há, ainda, nomes que são demasiadamente vagos, como orçamento. Reconhecendo tais problemas, acreditamos, contudo, que a possibilidade de classificação em até três temas ajuda a compor o universo temático de cada sugestão de pauta. Evidentemente, se a análise se restringisse ao tema principal traria sérios problemas à compreensão dos boletins. Há que se considerar, ainda, que esse mapeamento geral tem o propósito de oferecer subsídios para o segundo momento da pesquisa. Assim, apesar dos desafios destacados, confiamos na capacidade da metodologia em fazer ver um panorama satisfatório dos campos/universos temáticos mobilizados/dados a ver pelos boletins “Prioridade Absoluta”.

Conforme Charaudeau (2010), as operações de distribuição em rubricas e de repartição temática, operadas pelas mídias informativas, dizem de uma configuração temática do espaço público. “Revelam como cada organismo de informação trata os temas, os subtemas e os atores que integram uma mesma notícia, logo, a maneira pela qual cada um desses organismos constrói a ‘cobertura temática’ do acontecimento”. (CHARAUDEAU, 2010, p. 147). Pontuamos a ressalva de que o boletim não opera, ele próprio, com base em categorias ou editorias *a priori*, diferentemente do que se observa nos veículos informativos comerciais. O quadro de leitura proposto pela ANDI também não visa identificar matérias em editorias específicas. Um tema como o do “trabalho infantil” pode figurar em diferentes páginas. Mas a recorrência dos temas diz de certa configuração proposta ao debate público. Assim, ainda que o boletim não opere a partir de rubricas específicas, faz ver um mapa em que a distribuição dos temas indica um entendimento do debate.

4.2. Uma grande colcha

Neste primeiro momento da pesquisa, tomamos contato com um conjunto de retalhos dispersos. Fora preciso organizá-los, colocá-los em sequência, buscar as peças faltosas para, então, dar início ao trabalho de costura da colcha. Atribuídos os temas (um principal e até dois secundários) às 373 sugestões de pauta analisadas, a matéria-prima da colcha ficou distribuída como se vê abaixo. Nas colunas dois, três e quatro são indicadas as somas correspondentes aos números de vezes em que o tema foi citado como tema principal, secundário ou terciário.

Tabela 3: Recorrência dos temas entre os anos de 2000 e 2010

TEMAS / CONTAGEM	Tema principal	Tema 1	Tema 2	TOTAL	PORCENTAGEM
Boas práticas	29	33	10	72	11,25%
Educação	37	14	6	57	8,91%
Direitos e Justiça	15	26	6	47	7,34%
Participação social	20	22	5	47	7,34%
Conselhos e atribuições	36	3	0	39	6,09%
Medidas Sócio-Educativas	28	9	2	39	6,09%
Orçamento	24	13	2	39	6,09%
Saúde (geral, nutrição, materna)	23	11	1	35	5,47%
Exploração, abuso sexual e pedofilia	27	4	2	33	5,16%
Trabalho Infantil	20	3	2	25	3,91%
Violência	15	8	2	25	3,91%
Comportamento	9	12	1	22	3,44%
Acolhimento e convivência familiar	17	2	1	20	3,13%
Mídia	12	4	1	17	2,66%
Pobreza & Exclusão Social	3	9	2	14	2,19%
Cultura	7	6	0	13	2,03%
Questões de gênero	1	4	5	10	1,56%
Meio Ambiente	5	2	2	9	1,41%
Saúde (AIDS/HIV, mortalidade infantil)	7	1	1	9	1,41%
Estatuto da Criança e do Adolescente	5	3	0	8	1,25%
Terceiro Setor	8	0	0	8	1,25%
Trabalho Legal	4	4	0	8	1,25%
Esporte e Lazer	3	3	1	7	1,09%
Deficiências	4	2	0	6	0,94%
Outros	0	4	2	6	0,94%
Questões de raça/etnia	2	2	0	4	0,63%
Internet	2	2	0	4	0,63%
Políticas de comunicação	3	1	0	4	0,63%
Abandono e situação de rua	3	0	0	3	0,47%
Acidentes	3	0	0	3	0,47%
Drogas	1	1	1	3	0,47%
Analfabetismo	0	1	0	1	0,16%
Desaparecidos	0	0	1	1	0,16%

Internacional	0	1	0	1	0,16%
Migração	0	1	0	1	0,16%
TOTAL	373	211	56	640	100%

Considerando os conjuntos temáticos, têm-se a divisão a seguir:

Tabela 4: Recorrência dos temas entre os anos de 2000 e 2010 por áreas

Rede de atenção	Boas práticas	72	260 (40,63%)
	Participação social	47	
	Direitos e Justiça	47	
	Conselhos e atribuições	39	
	Orçamento	39	
	Estatuto da Criança e do Adolescente	8	
	Terceiro setor	8	
Afirmação de direitos	Educação	57	183 (28,59%)
	Medidas socioeducativas	39	
	Saúde (geral, nutrição e materna)	35	
	Acolhimento e convivência familiar	20	
	Cultura	13	
	Trabalho legal	8	
	Esporte e lazer	7	
	Políticas de comunicação	4	
Violações de direitos	Exploração, abuso sexual e pedofilia	33	117 (18,28%)
	Violência	25	
	Trabalho infantil	25	
	Pobreza e exclusão social	14	
	Saúde (AIDS/HIV, mortalidade infantil)	9	
	Drogas	3	
	Acidentes	3	
	Abandono e situação de rua	3	
	Desaparecidos	1	
	Analfabetismo	1	
Ocupação do espaço	Meio ambiente	9	11 (1,72%)
	Internacional	1	
	Migração	1	
	Questões demográficas	0	
Outros	Comportamento	22	69 (10,78%)
	Mídia	17	
	Questões de gênero	10	
	Deficiências	6	
	Outros	6	

	Questões de raça/etnia	4	
	Internet	4	
Total			640 (100%)

A partir da própria planilha seria possível observar a recorrência de cada tema ao longo dos anos. Mas a referência aos retalhos nos inspirou a ir além e efetivamente construir uma colcha. Para isso, atribuímos uma predominância temática para cada uma das áreas indicadas na TABELA 5, com variações de tonalidades para cada um dos temas.

Tabela 5: Distribuição de cores por temas de análise²⁸

Rede de atenção	Afirmação de direitos	Violações de direitos	Espaço	Outros
Boas práticas	Educação	Exploração e abuso sexual	Meio Ambiente	Comportamento
Participação social	Medidas socioeducativas	Violência	Migração	Mídia
Direitos e justiça	Saúde Direitos (geral, nut., mater)	Trabalho infantil	Internacional	Gênero
Conselhos e atribuições	Acolhimento e convivência familiar	Pobreza e exclusão social		Deficiências
Orçamento	Cultura	Saúde Violação (AIDS, mortalidade)		Raça/etnia
ECA	Trabalho legal	Drogas		Internet
Terceiro setor	Esporte e lazer	Acidentes		
	Políticas de comunicação	Abandono e situação de rua		
		Desaparecidos		
		Analfabetismo		

Posteriormente, ainda com o auxílio de uma planilha, os “retalhos” foram distribuídos ao longo dos anos. Para os boletins aos quais foram atribuídos dois ou três temas, montamos retalhos estampados. Aqueles que apresentaram apenas um tema de maneira predominante foram representados de maneira monocromática. A seguir, a composição da colcha, em que cada cruzamento de linha e coluna representa um boletim e cujos temas são representados por suas iniciais.

²⁸ As iniciais destacadas em negrito indicam as letras utilizadas para identificar os temas na montagem da colcha, como se verá na figura 8.

Figura 8: A colcha de retalhos

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Jan			57. Aco Boa	106. Boa Edu	155. Exp	202. Edu	239. Exp		314. poli dir		
Jan			58. Vio Exp	107. Aco	156. Edu	203. Vio Gen	240. Edu		315. cons		
Jan			59. Boa Cul	108. Com Saud	157. Dir Vio	204. Par	241. Edu Def		316. aban vio		
Jan			60. Aco						317. boa pob		
Fev			61. Vio Saud	109. Mei	158. Med	205. Cons	Cons		318. edu	365. orç edu	
Fev			62. notas	110. Cons Orç	159. Poli Dir	206. Dir	242. edu Pob		319. saud	366. edu boa	
Fev			63. notas	111. Aci	160. Cons	207. Exp Gen	243. Edu Vio		320. orç boa	367. edu	
Fev			64. Saud	112. Def Cul			244. Sau Comp		321. edu		
Mar			65. Exp	113. Cul Comp	161. Cult	208. Saud	245. Vio Gen	274. Boa	322. exp		
Mar			66. Med Vio	114. Vio Int	162. Med	209. Dir	246. Sau Boa	275. trai	323. raç edu		
Mar			67. Edu	115. Cons	163. Cul Boa	210. Boa	247. Mei Edu	276. mei	324. saud boa		
Mar			68. Boa	116. Esp Boa	164. Edu Mig	211. Par Dir	248. Par	277. Med	325. pob	371. cons	
Mar				117. Edu Cul	165. Cons ECA				326. boa	372. edu saud	396. dir
Mar									327. dir saud		
Abr			69. Dir Vio	118. Edu Cul	166. Saud Boa	212. Ter	249. Med Exp	278. Med Dir	328. edu		
Abr			70. Mid	119. Cons	167. Saud	213. Boa Par	250. Par Mei	279. Med Dir	329. vio saud		
Abr			71. Exp	120. Edu Cul	168. Aco	Exp Par Mid	251. Par	280. Med Par			
Abr			72. Sau Boa	121. Trai	169. Def Anal	214. Exp Boa	252. Boa	281. Med Dir			
Abr						215. Ter					
Abr						Exp Mid					
Mai			73. Edu	122. Saud Boa	170. Sau Esp	216. Exp	253. Mid Boa	282. Cons Par	Orç boa	373. edu boa	
Mai			74. notas	123. Exp Saud	171. Exp Par	Exp	254. Exp	283. Exp	330. mid	374. exp	
Mai			75. Exp	124. Saud	172. Exp	Ter	255. Vio	284. Cons Med	Exp	375. cons edu	397. edu med
Mai			76. Vio Dro	125. Saud Dir	Exp. Exp	Exp		285. Raç Pob			
Mai			77. Pol Mei		173. Saud	218. Ter		286. Trai Saud			
Jun			78. Edu	126. Com Mid	174. Vio	219. Trai	256. Cul Esp	287. Trai Pob	334. aco dir	376. cons par	
Jun			79. SauV	127. Edu Boa	175. Ter Dir	220. Saud	257. Trai	Boa	Par	377. trai gen	
Jun			80. Trai Pob	128. Saud	176. Ter	221. Par Orç	258. Orç	Boa Orç Par	335. trai	378. saud dir	
Jun				129. Edu Dir	177. trai	Ter	259. Med Dir	288. Cons Par	Ter Dir	379. dir	
Jun				130. Saud Comp		222. Boa Par			337. edu orç		
Jun				131. Mid Cons				Aban Trai			
Jul			81. Int Edu	132. Med ECA	178. ECA	223. Dir Des	260. Dir Aco	291. Orç Edu	338. med		
Jul			82. Ge Boa	133. Pot Mei	179. Edu Dir	224. ECA	261. ECA	Boa Orç Par	orç par		
Jul			83. Cons	134. Aco	180. Edu	225. Dir Vio	262. Cons Par	Trai Dir Trai	eca	380. orç med	
Jul			84. Boa	135. Par Cons	181. Saud		263. Mid Exp	Aban trai	mid eca		
Jul			85. SauV Comp					292. edu Pob	342. dir orç		
Jul								293. Mei Pob			
Ago			86. Cons Boa	136. Cor Gen	182. Med		264. Edu	294. cons	saud boa	381. poli	
Ago				137. Boa	183. Boa		265. Aco Saud	295. par	344. dir vio	382. def trai	
Ago			87. Bo SauV	138. Trai	184. Edu		266. Exp	296. Orç	345. saud	383. aci	398. aci dir
Ago			88. Com Saud		185. Aco		267. Aco	Boa	346. trai edu	384. med vio	
Ago			89. Trai Pob					297. Med			
Ago								298. orç par			
Set			90. Aco Dir	139. Gen Aco	187. Exp	226. Cons Par	268. Int Dir	299. com dir	347. par		
Set			91. Par	140. Saud Boa	188. Med Trai	Orç Par Boa	269. saud	300. boa	348. def boa	385. orç par	
Set			92. Vio Comp	141. Med	189. Cons		270. par	301. boa	349. aco	386. edu	
Set			93. Med Boa	142. Med Cons			271. par	Mid Boa	350. edu boa		400. dir med
Set			94. Mid Boa	143. Med Orç				Cons Par			
Set								302. Exp			
Out			95. Cor Boa	144. Edu Trai	190. Trai	227. Def Comp	272. Cons Orç	303. cul	351. par med		
Out			96. Edu Int	145. Orç	191. Cul Boa	228. Vio Gen	273. Med	boa	352. boa vio		
Out			97. Dir	146. Cons	192. Comp	229. Boa Par		304. vio dir	353. edu	387. boa	
Out			98. Orç Par	147. Edu Med	193. Boa	Boa Par		Orç	354. aco boa	388. orç par	401. edu
Out					194. Trai	300. Trai		305. cons	355. cons orç		402. cons dir
Out								Boa			
Nov			99. Saud Boa	148. Par	195. Dir	231. Vio Dir		306. orç med	356. orç par	389. orç	
Nov			100. Inte Comp	149. Trai Boa	196. Orç	232. Edu Par		307. orç par	357. exp boa	390. esp edu	403. mid boa
Nov			101. Edu Raç	150. Med Dir	197. Cons Orç	233. Edu Par		308. exp gen	dir orç	392. dir orç	404. cons
Nov			102. Mid Exp	151. Med Dro	198. Trai Boa	234. Par		309. edu boa	359. boa mid		405. sauv
Nov						Cons Boa		boa			
Dez			103. Edu	152. Cons	199. Sauv	235. Sauv		310. orç mei	360. med		
Dez		54. Exp	104. Sau Comp	153. Pob	200. saud pob	236. Boa		par med aco	361. com dir		
Dez		55. Aco Boa	105. Esp Comp	154. Comp	201. Par Exp	237. Med Trai		311. dir	362. boa		
Dez		56. Cor Orç				Pob		boa med par dir edu		394. cons	
Dez						238. Aco Boa		312. aco boa	363. med edu		
Dez								mei			
Dez								par			
Dez								313. mid edu			

Uma colcha colorida, de tonalidades diversas e retalhos bem distribuídas. Essa é a visão geral oferecida pela montagem proposta aos boletins “Prioridade Absoluta”. Mas como quem admira uma colcha em uma cama, passamos agora ao destaque das correlações, das predominâncias e ausências, a começar pelos intervalos em branco. Como dito, foi possível localizar quase todos os boletins veiculados no período analisado. Assim, os espaços em branco não representam boletins faltosos. Tais espaços constam na montagem para que fosse possível abranger todos os boletins veiculados em meses que contaram com mais de quatro edições. É o caso, por exemplo, de outubro de 2007, com seis edições. O mesmo mês, em 2003, contou com as tradicionais quatro edições, uma por semana. Com tal distribuição, é possível observar os períodos de maior intensidade, notadamente 2007, assim como a fase em que a iniciativa começa a perder força, o que se dá na passagem de 2009 para 2010, em função da falta de recursos para a manutenção das ações. Dessa visão mais geral, destacamos, ainda, que os anos de 2000 e 2001 não foram representados por se tratar de um período em que os boletins veiculavam um conjunto de notas.

Apesar de diversa, a montagem da colcha oferece predominâncias. A opção por agrupar os temas por áreas busca, justamente, favorecer a visão dos universos temáticos. Se nos concentrássemos no ranking de temas, unicamente, teríamos dificuldade em apreender os campos de debate constituídos ao longo do período analisado. Evidentemente, tal agrupamento responde já a um olhar sistematizador da pesquisa, sendo, portanto, um de seus resultados.

4.2.1 Mapa geral dos temas

4.2.1.1. Rede de atenção

Os boletins “Prioridade Absoluta” compõem uma colcha em que predomina fortemente a atenção à rede de recursos humanos e materiais implicados na garantia dos direitos de crianças e adolescentes, que compreendem os seguintes temas, com os respectivos números de ocorrências: boas práticas (72), participação social (47), direitos e justiça (47), conselhos e atribuições (39), orçamento (39), Estatuto da Criança e do Adolescente (8), terceiro setor (8). Quatro universos são articulados nessa área: o jurídico, o orçamentário, o das iniciativas positivas e aquele relacionado aos Conselhos. A decisão de agrupá-los sob uma mesma rubrica decorre do entendimento de que tais temas se relacionam a uma instância de ação e incidência na política pública e na realidade de meninos e meninas. São todos temas transversais e, justamente em função disso, certamente

aparecem em maior número. A abordagem dos boletins passa fortemente, portanto, pela discussão das estruturas implicadas na garantia e defesa dos direitos.

O grupo é puxado pelas “boas práticas”, que, apesar da presença significativa em todos os anos, é marcante, sobretudo, entre 2007 e 2008. Nessa rubrica temática, encontram-se boletins que abordam iniciativas de ONGs, do setor privado, de organizações internacionais e, em pouquíssimos casos, do setor governamental. Têm destaque as ações do UNICEF, desenvolvidas na região semiárida mineira. Cabe registrar que a Oficina de Imagens é responsável pela execução das ações do Selo UNICEF Município Aprovado²⁹ em Minas Gerais.

As iniciativas abordadas no tema “boas práticas” não chegam a ser problematizadas ou questionadas sobre sua efetividade. Por outro lado, como apontado, as ações positivas dos governos recebem pouca atenção. O acompanhamento de palestras e debates da Oficina de Imagens relacionados à atuação da organização na Rede ANDI Brasil, decorrente da atuação profissional da pesquisadora junto à instituição, permite dizer que há uma forte filiação dessa iniciativa à perspectiva de que a imprensa deve atuar como um cão de guarda, tendo por vocação a vigília dos demais poderes, se considerando ela própria um deles. Os boletins realçam sobremaneira essa perspectiva, mas definitivamente não colocam a ação da própria sociedade civil no centro dessa vigilância.

No grupo da rede de atenção, o segundo tema mais recorrente é o da “participação social”, abrangendo boletins que tratam, dentre outros assuntos, da constituição de grupos de participação, do processo de debate em torno da construção e monitoramento dos orçamentos públicos e da participação em audiências, conferências e outros espaços e instâncias dedicadas ao debate das políticas públicas. Um aspecto interessante nessa categoria é a referência à participação da população jovem. Os boletins não tratam de ações de participação de crianças, especificamente. Outro aspecto a se destacar é que eles passam a compor a colcha majoritariamente de 2005 em diante.

O terceiro tema mais recorrente, “Direitos e Justiça”, é composto de boletins bem distribuídos ao longo dos anos e que tratam do andamento de projetos de lei, aprovação de planos e resoluções, denunciam decisões tidas como equivocadas e abordam positivamente algumas

²⁹ O projeto Selo UNICEF Município Aprovado é uma iniciativa desenvolvida pelo UNICEF dedicada a incentivar as administrações municipais a melhorarem os indicadores das condições de vida de crianças e adolescentes. O trabalho é desenvolvido na Amazônia Legal e em todo o semiárido brasileiro, no que se inclui o Norte de Minas Gerais, os Vales do Jequitinhonha e Mucuri, regiões que registram os piores indicadores sociais brasileiros. Em Minas Gerais, a Oficina de Imagens é a secretaria executiva do Selo UNICEF, sendo responsável pelo desenvolvimento de todas as ações.

mudanças. Assim como se dá com a maior parte dos temas dessa área, “Direitos e Justiça” aparece predominantemente associado a outros temas, sendo o mais recorrente o das “medidas socioeducativas”, universo em que se concentra boa parte das propostas de mudanças nas leis referentes aos direitos de crianças e adolescentes. Todos os boletins que articulam “Direitos e Justiça” e “medidas socioeducativas” se referem à polêmica em torno da redução da maioridade penal e do aumento do tempo de internação dos adolescentes, questões que serão abordadas mais à frente.

Em quarto lugar no ranking, dentro da área “Rede de atenção”, está o tema “Conselhos e atribuições”, com uma distribuição uniforme ao longo dos anos. Parte dos boletins se concentra na denúncia de situações relacionadas aos Conselhos Tutelares, como falta de estrutura, de investimento, inadequação do sistema de plantão, dentre outros. Outra parte se refere aos processos relacionados às Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente e às eleições dos Conselhos Tutelares, ambos de responsabilidade do Conselho dos Direitos. Uma terceira parte aborda, ainda, questões relacionadas à gestão do Fundo da Infância, que também é uma prerrogativa do Conselho dos Direitos. Como se percebe, os boletins dão considerável destaque aos Conselhos, mas a abordagem se concentra na própria estrutura desse órgão. Quando consideramos as fontes ouvidas em todos os boletins, como se verá adiante, os Conselhos, dos Direitos e Tutelares, não registram um número expressivo se comparado, por exemplo, aos governos e à própria sociedade civil.

Ainda na quarta posição, também se encontra o tema “orçamento”. A maior parte dos boletins trata do balanço da execução do orçamento do Governo de Minas Gerais e, dentro disso, da denúncia dos baixos investimentos em ações relacionadas a crianças e adolescentes. Na pauta das denúncias, aparecem sempre os investimentos relacionados às medidas socioeducativas e à educação. Parte dos boletins trata, ainda, do Fundo da Infância e de formações do Programa Novas Alianças, uma iniciativa coordenada pela Oficina de Imagens que tem foco na preparação dos conselhos de políticas públicas e de outros atores sociais para o monitoramento e incidência nos orçamentos. Os boletins permitem ver que o “orçamento” é, portanto, uma agenda política da Oficina de Imagens. Em função disso, inclusive, tornam-se presentes nas sugestões de pauta a partir de 2007, ano em que a Oficina de Imagens passou a coordenar o Programa Novas Alianças.

Ao final da lista dos temas que integram a área da “Rede de atenção” estão o “Estatuto da Criança e do Adolescente” e o “Terceiro Setor”. O “Terceiro Setor” aparece pautado com esse nome somente em função de eventos. Importante registrar que aplicamos o tema “Terceiro Setor” apenas quando o boletim coloca o próprio Terceiro Setor, assim nomeado, em perspectiva. Quando

o assunto era, por exemplo, uma boa prática de alguma organização do chamado Terceiro Setor, foi classificada apenas como “boa prática”.

No caso do Estatuto da Criança e do Adolescente, o foco privilegiado a essa legislação se dá, na maior parte dos casos, em função do seu aniversário, são sete de oito boletins com essa perspectiva. Considerando todo o conteúdo (textos e notas) de todos os 429 boletins, 144 deles citam, em algum momento, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o que corresponde a 34% dos boletins, contra outros 66% que não fazem tal menção. As menções se concentram nos boletins que tratam dos “Conselhos e atribuições” e das “medidas socioeducativas”.

Em resumo, essa área aponta para o protagonismo da sociedade civil nas ações e iniciativas tematizadas pelo boletim. Indica uma postura crítica em relação ao governo, mas condescendente em relação às organizações que integram o chamado Terceiro Setor e ao próprio movimento social. Coloca em cena os Conselhos dos Direitos e Tutelares, mas faz ver certa dificuldade de escuta quando os próprios conselhos não estão em perspectiva. E, por fim, indica forte preocupação com o monitoramento dos orçamentos, políticas públicas e processos legislativos.

4.2.1.2. Afirmação de direitos

O segundo universo temático mais recorrente é composto dos boletins que tratam do universo dos direitos que devem ser garantidos à população de crianças e adolescentes: educação (57), medidas socioeducativas (39), saúde (35), acolhimento e convivência familiar (20), cultura (13), trabalho legal (8), esporte e lazer (7), políticas de comunicação (4). A decisão de agrupá-los, como já indicado anteriormente, decorre da forma como os temas são nomeados, indicando campos de organização da própria política pública. Saúde, educação e cultura são considerados direitos básicos. As medidas socioeducativas são previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e correspondem ao conjunto de medidas que devem ser aplicadas/proporcionadas ao adolescente que comete um ato infracional. Como a responsabilização e a ressocialização são entendidas como direito desses adolescentes, fizemos a opção por manter o tema “medidas socioeducativas” ao lado dos demais direitos. A política de acolhimento e convivência familiar é detalhada em um Plano Nacional e na Lei da Adoção. Ambos os documentos destacam o direito da criança e do adolescente de crescer no âmbito de uma família e apontam que todos os esforços devem ser feitos para garantir a manutenção dos vínculos familiares e comunitários. As condições de exercício do “trabalho legal” são detalhadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Por último, as “políticas de

comunicação” correspondem a alguns direitos garantidos em lei e a outras demandas que ainda são objeto de discussão e dissenso.

O grupo é puxado pela “educação”, que imprime suas cores de maneira forte em todos os anos, com exceção de 2005. Dois assuntos são significativamente recorrentes: situação das creches conveniadas e educação integral. A educação infantil destaca-se no universo das matérias e concentra as críticas relativas à falta de estrutura e de vagas. A educação integral e as atividades extracurriculares, por sua vez, aparecem como objeto de debates e boas iniciativas. Nesse último caso, os projetos da Oficina de Imagens desenvolvidos no ambiente escolar ganham visibilidade no boletim. A região semiárida também se destaca no universo dos boletins, mas dando corpo a denúncias de precariedade nas condições das escolas. Outra crítica recorrente é ao Governo de Minas, em função dos balanços da execução orçamentária, como apontado anteriormente.

O segundo tema mais recorrente no grupo é representado pelas “medidas socioeducativas”, que, como dito, correspondem às medidas que podem ser aplicadas aos adolescentes que cometem ato infracional. São basicamente três os assuntos dentro desse tema: a luta contra a redução da maioridade penal, a denúncia da não oferta das medidas socioeducativas de meio aberto e a denúncia da precariedade da oferta das medidas socioeducativas de meio fechado. Há uma significativa concentração de boletins sobre as “medidas socioeducativas” nos anos de 2003 e 2007. As iniciativas abordadas nesse tema são relativas à movimentação da sociedade civil para incidir na oferta da política. Realça-se, sobretudo, o protagonismo das organizações sociais nesse processo.

Em terceiro lugar na lista, encontra-se o tema da “saúde”, abrangendo questões gerais de saúde, saúde materna e nutrição. Grande parte dos boletins classificados nesse tema denuncia situações que representam a violação do direito à saúde, como as dificuldades dos bancos de leite materno, deficiência da rede de atendimento psicológico ou o fato dos profissionais da saúde não notificarem suspeitas de agressão contra crianças e adolescentes, dentre outras situações. Cabe lembrar que, no caso específico da “saúde”, optamos por manter as subcategorias propostas nas listas originais para que fosse possível desvincular uma situação nomeada de maneira positiva – saúde materna – de outra já nomeada na forma de uma violação – desnutrição infantil, por exemplo. Contudo, embora o nome do tema – “saúde” – se refira a um direito, de maneira positivada, as matérias classificadas tratam, em sua maioria, da violação. Há uma distribuição equilibrada ao longo dos anos, à exceção de 2010, quando o tema sai da agenda.

Na sequência, em quarto lugar na lista, tem-se o tema do “acolhimento e convivência familiar”. Com distribuição uniforme ao longo dos anos, predominam boletins que colocam em

discussão a situação da própria rede e da oferta das políticas. É o que se vê, por exemplo, nos boletins que discutem a importância do programa de família acolhedora, das dificuldades de convivência entre mães e filhos na penitenciária e dos desafios enfrentados pelos abrigos de Belo Horizonte. A questão dos vínculos familiares tem destaque nos boletins, mas a adoção, propriamente, é tema pouco recorrente. A discussão nos boletins parece significativamente alinhada à atual referência normativa na área, representada pela Lei da Adoção (Lei 12.010, de 2009), que coloca em destaque a manutenção dos vínculos familiares e comunitários e trata a adoção como última opção.

Os temas que ocupam as últimas posições na lista registram uma ocorrência pouco expressiva, indicando universos temáticos um tanto invisíveis na colcha que se desenha. A “cultura” e o “esporte e lazer” são representados por um conjunto de boletins que tratam de iniciativas na área, mas que não se dedicam a discutir os contornos da política propriamente. Ambos dão cor à colcha nos anos iniciais. No âmbito do tema “trabalho legal”, tem destaque a questão da aprendizagem e da inserção no mercado de trabalho do adolescente que comete ato infracional. O último tema da lista, políticas de comunicação, parece indicar uma agenda nova de trabalho da Oficina de Imagens, visto que predomina nos anos de 2008 e 2009.

Os boletins agrupados nessa área têm por foco principal discutir a situação da rede e da oferta da política, denunciar precariedades nessa oferta e repercutir iniciativas interessantes na área. Apenas no caso da cultura, do esporte e do lazer, o foco maior é pela divulgação dessas boas iniciativas. De maneira geral, fica ressaltada a preocupação com a estrutura de oferta das políticas e o tom acirrado em relação ao Estado. Diferentemente, contudo, do primeiro grupo, não há uma tendência de abordagem dos temas de maneira articulada. Como se tratam de campos específicos da própria política, os boletins tendem a centrar o foco em aspectos internos a cada um dos campos temáticos. Não se vê, por exemplo, uma discussão sobre os processos de educação formal nos centros de internação, onde adolescentes cumprem as medidas socioeducativas previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

4.2.1.3. Violação de direitos

A terceira tonalidade da colcha é marcada pelos temas nomeados como “violações”: exploração e abuso sexual (33), violência (25), trabalho infantil (25), pobreza e exclusão social (14), saúde – AIDS/HIV e mortalidade infantil (9), drogas (3), acidentes (3), abandono e situação de rua

(3), desaparecidos (1) e analfabetismo (1). Seguindo a tendência das demais áreas, os boletins não se detêm na discussão de situações individuais.

O grupo das violações é puxado pelo tema “Exploração, abuso sexual e pedofilia”, que além de somar mais ocorrências, chama atenção na colcha por sua concentração entre os meses de abril e maio, embora com uma distribuição equilibrada ao longo dos anos. A aparição nesse período é motivada pela data 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes. O debate privilegia a denúncia da gravidade do problema, de maneira mais ampla, e destaca ações diretas de enfrentamento, como campanhas e investimentos nas ações, mas não chega a abordar as causas do fenômeno propriamente. O tema também não aparece articulado a outras temáticas.

Em segundo lugar, o tema da “violência” apresenta padrão um pouco diferenciado em relação ao primeiro. A começar pelo fato de que aparece predominantemente associado a outros temas. Nesse sentido, alguns boletins focam, por exemplo, questões de gênero (agressão contra mulheres grávidas), de idade (destaca maior gravidade entre jovens) e de direito e justiça (proibição da “palmada”). O debate do tema é motivado também por eventos dedicados a discutir o fenômeno da violência. Mais uma vez, importante destacar, casos localizados não são abordados.

Em terceiro lugar, o tema do “trabalho infantil” se apresenta em padrão semelhante ao da “Exploração, abuso sexual e pedofilia” no que se refere à ausência de outros temas articulados. Contudo, dentre os temas que aparecem associados, um se destaca: a “pobreza e a exclusão social”. Seminários, mobilizações e pesquisas são, em linhas gerais, as questões que mobilizam as discussões dos boletins em torno do trabalho infantil. As pesquisas, em especial, têm lugar de destaque. A distribuição dos boletins é uniforme ao longo dos anos.

“Pobreza e exclusão social”, em quarto lugar no ranking, aparece associado, predominantemente, a outros temas. Dentre esses, tem destaque o “trabalho infantil”, aspecto já ressaltado. A grande maioria dos boletins tenta pautar a denúncia de situações gerais de violações, como a precariedade das escolas da região norte de Minas Gerais.

O tema seguinte, “Saúde”, nas variantes AIDS/HIV e mortalidade infantil, se apresenta em maior parte articulado a outros temas, notadamente “comportamento”. O tema concentra boletins que articulam a denúncia da gravidade de determinadas situações, como o aumento do HIV entre adolescentes meninas, e a afirmação da importância da prevenção e dos desafios implicados nesse trabalho.

Os temas do final da lista apresentam pouca recorrência, embora tratem de graves situações: drogas, acidentes, abandono, situação de rua, desaparecidos e analfabetismo. Além de tímida, a aparição do tema “abandono e situação de rua” se concentra em 2007 e 2008. No caso das drogas, especificamente, chama atenção a pouca menção a uma problemática cada vez mais presente na pauta do debate público.

Em linhas gerais, a abordagem mobiliza discussões mais amplas. Mesmo quando casos específicos são abordados é na perspectiva de chamar atenção para o problema de uma maneira mais geral. Há dois caminhos que se evidenciam nessa área temática: denunciar o contexto de violação e dar visibilidade às iniciativas de enfrentamento, notadamente tendo como “gancho” eventos na área. Observa-se, ainda, que os temas tendem a ser abordados de maneira isolada, sem relação entre as próprias violações e delas com o conjunto de direitos representados na área temática anterior.

4.2.1.4. Ocupação do espaço

A quarta área da lista reúne um pequeno conjunto de boletins que se dedicam a discutir questões relacionadas a certa espacialidade: meio ambiente (9), internacional (1) e migração (1). No caso do meio ambiente, o foco maior é para a região do semiárido: mobilização para apoiar vítimas de abalos sísmicos, crítica à transposição do rio São Francisco, baixo investimento e falta de água na região são alguns dos assuntos tratados. O boletim classificado com o tema “internacional” discutiu, em 2003, o impacto das guerras para as crianças, com foco no Iraque. O tema da “migração”, por sua vez, apareceu em um boletim de 2004 dedicado a discutir o despreparo das escolas para lidar com a realidade rural e, assim, motivar a continuidade da população no campo. Contudo, para além dos boletins identificados nessa área, é possível indicar que no geral os boletins abordam de maneira privilegiada a realidade urbana, com foco em Belo Horizonte. O interior retratado nos boletins corresponde, na maior parte dos casos, à região norte de Minas Gerais.

4.2.1.5. Outros

Os temas classificados em “outros” são aqueles que não permitem, de saída, um julgamento sobre o fato de remeterem ao universo de violações, de direitos básicos ou da rede de atenção: comportamento (22), mídia (17), questões de gênero (10), deficiências (6), questões de raça/etnia

(4), internet (4). Não tentaremos indicar características comuns a temas tão distintos, passando diretamente à breve análise de cada um deles.

O tema “comportamento”, primeiro na lista, aparece predominantemente associado a outros temas (20 boletins do total de 22), compondo, portanto, retalhos estampados e com uma ligeira concentração no ano de 2002. “Boas práticas” e “saúde” são os principais temas associados. São abordadas questões como a sedução da indústria do tabaco, os riscos dos transtornos alimentares, dificuldades dos adolescentes gays para assumir sua sexualidade, comportamento dos jovens em relação à AIDS, importância das brincadeiras, dentre outros. O tema “mídia”, em segundo lugar, será abordado posteriormente. Em terceiro lugar, têm-se os boletins classificados como “Questões de gênero”, com volume pouco expressivo de materiais. Todos eles aparecem associados a outros temas. Crescimento de mortes entre jovens meninos, programa dedicado a pais adolescentes e trabalho infantil feminino são alguns dos assuntos abordados. Na sequência, o tema “deficiências” apresenta padrão semelhante, aparecendo sempre associado a outros temas. Dentre os assuntos abordados, tem-se a sexualidade de adolescentes com deficiência e a dificuldade de inserção de jovens com deficiência no mercado de trabalho. O último tema da lista, “questões de raça e etnia”, também aparece sempre associado a outros temas, notadamente à “educação”, com discussões em torno do preconceito nas escolas. A internet, também em último lugar na lista, aparece em matérias dedicadas a discutir o acesso a essa tecnologia.

4.2.1.6. Um destaque: mídia

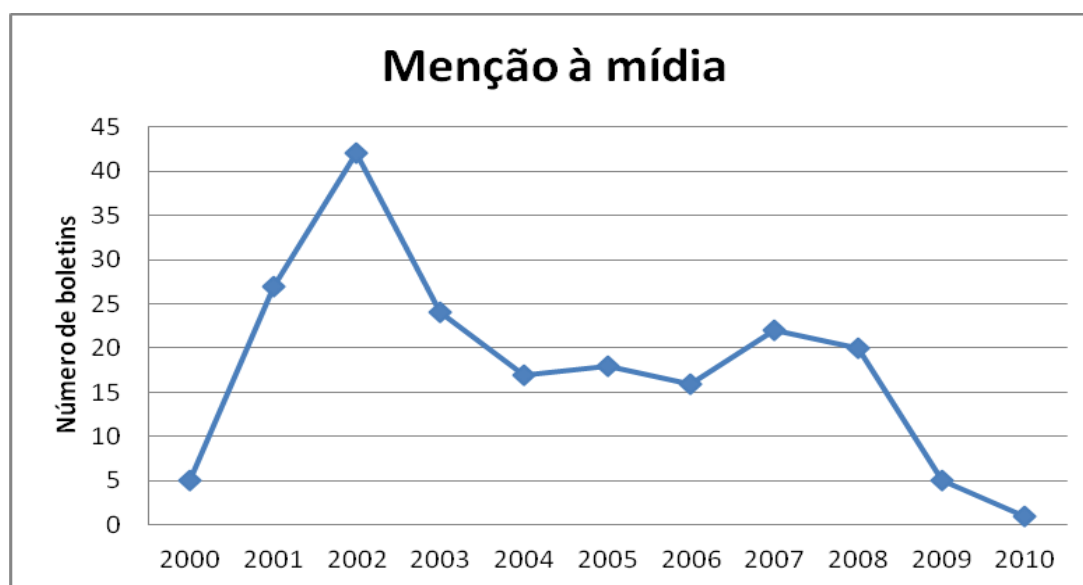
No tema “mídia” foram reunidos os boletins que repercutem pesquisas e prêmios na área de jornalismo, abordam ações dedicadas a qualificar a cobertura da imprensa e tratam de iniciativas nas interfaces educação e mídia, e mídia e promoção dos direitos de crianças e adolescentes. Assim, “boas práticas” e “educação” são dois temas que se destacam na correlação com a “mídia”.

Para além, contudo, dos boletins que tratam diretamente dessas questões, foi observado também em relação ao conteúdo (textos e notas) de todos os 429 boletins a menção ao universo midiático. Em 197 boletins, há alguma referência à mídia, contra 227 sem nenhuma referência. Há ainda cinco boletins sobre os quais não foi possível fazer essa observação em função de não termos acessado as notas. Em geral, são abordados: prêmios, eventos, entrevistas com jornalistas colocando em discussão algum aspecto da cobertura, repercussão de análises e críticas de mídia. Em alguns deles, as sugestões de pauta são acompanhadas de sugestões de abordagem, o que aponta

diretamente para uma dimensão do trabalho do jornalista. Em outras, o jornalista chega a ser interpelado com dicas, orientações e provocações.

A distribuição ao longo dos anos dos boletins que fazem menção à mídia permite ver um declínio do recurso a essa estratégia:

Gráfico 1: Menção explícita à mídia



Colocamos duas observações sobre esse comportamento. Por um lado, parece indicar uma tendência em privilegiar a vocação de uma mídia própria. Pouco a pouco, o boletim deixa de estabelecer um diálogo direto e explícito com a imprensa. Por outro lado, há que se considerar também que a vocação institucional de uma contribuição à imprensa não é abandonada, o que exige pensar que tal relação passa a se dar de maneira diferenciada. Apaga-se os indicativos da “conversa” e o jornalista talvez se torne um dentre outros públicos do boletim.

4.2.2. O mapa geral das fontes de informação

A colcha de retalhos dada a ver pelos boletins “Prioridade Absoluta” é construída a partir da costura de diversos relatos e fontes de informação. Embora tais amarrações não pudessem ser representadas visualmente, oferecem elementos que certamente enriquecem a leitura do mapa geral de temas dos boletins. Como indicado anteriormente, os 373 boletins analisados quanto aos temas das sugestões de pauta foram também descritos a partir das fontes utilizadas. Para isso, foi

considerada, inicialmente, uma lista de fontes propostas no Manual D. Antônia (ANDI, 2005), a partir da qual adaptações, acréscimos e cortes foram realizados.

O trabalho de etiquetagem das fontes, realizado nesta pesquisa, implicou na redução da complexidade de muitos casos, quando, por exemplo, uma determinada fonte era identificada como funcionária do Governo Estadual e, ao mesmo tempo, representante de um Conselho. Ou seja, a cada fonte identificada na matéria foi atribuída apenas uma vinculação. Tendo em vista que o propósito era visualizar um mapa geral, acreditamos que tais procedimentos não ocasionaram sérios comprometimentos aos resultados obtidos. Além disso, é importante lembrar que essa análise se deu com um volume considerável de materiais, o que também contribui para atenuar possíveis desvios.

Outro desafio, imposto pelo material, foi o modo de mobilização das fontes do próprio boletim. De maneira geral, as pessoas entrevistadas ao longo do texto são listadas ao final, como sugestões de fontes, com os respectivos contatos. Mas em 214 dos 373 boletins analisados, a lista de sugestão de fontes traz também pessoas que não foram “ouvidas” ao longo do texto. Por limites do próprio processo de pesquisa, foram assinaladas apenas as fontes efetivamente apresentadas ao longo do texto do próprio boletim. Outra escolha foi pela não contabilização de fontes documentais e de outras naturezas. Mais uma vez, destacamos que o interesse nesse mapeamento, mesmo com suas restrições, foi pela visualização de um mapa aproximado das fontes mobilizadas pelos boletins a fim de constituirmos um horizonte de questões e perspectivas para a análise que se apresenta na etapa seguinte.

Feitas as ressalvas e justificativas, o quadro final é o que se vê a seguir:

Tabela 6: Ranking das fontes

Fontes	
Executivo estadual (76), municipal (64) e federal (29)	169
ONG	138
Especialistas	112
Fóruns/Frentes/Comitês/Redes	76
Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente	52
Ministério Público	42
Profissionais e gestores da saúde	41
Legislativo	40
Conselho Tutelar	30
Organizações internacionais	26
Programas de atendimento	22
Adolescente	20

Profissionais e gestores da educação	18
Judiciário	18
Família	16
Empresas	15
Artistas e agentes culturais	13
Polícia	12
Outros conselhos de políticas públicas	12
Movimento/coletivos	11
Igreja	11
Jovem	10
Fundações empresariais	10
Sindicatos	8
Jornalistas	8
Outros	8
Ministério Público do Trabalho	7
Conselho de Classe	7
Procuradoria	6
Cidadão comum	6
Sociedade de Pediatria (brasileira e mineira)	5
Candidato político	4
Criança	3
Defensoria Pública	2
Lideranças comunitárias	2

O quadro mostra que o diálogo proposto pelo boletim é estabelecido, basicamente, entre o executivo, as organizações não-governamentais e os especialistas, essa última categoria abrangendo pesquisadores e estudiosos, vinculados a centros de pesquisa ou não. Logo na sequência, a categoria Fóruns/Frentes/Comitês/Redes também acentua essa perspectiva. Nesse grupo, foram consideradas articulações entre organizações, com ou sem a participação do executivo e de outras instâncias do poder público. No bloco seguinte, têm-se o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, formado por representantes do governo e da sociedade civil, e o Ministério Público, também vinculado às esferas de poder formal. Na sequência, vê-se uma forte presença dos profissionais e gestores da área da saúde, que em grande parte dos casos aparecem como autoridades “especialistas”. Também na sequência tem-se uma presença significativa do “legislativo”.

O miolo da lista aponta para atores importantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e com uma presença modesta, se comparada a das fontes anteriores. Nesse conjunto, destacamos, por exemplo, a pouca recorrência de adolescentes, jovens e famílias e de outros conselhos de políticas públicas. Ao final da lista, consta o que poderíamos nomear por

fontes quase invisíveis, como é o caso das crianças, da defensoria pública, dos cidadãos comuns e das lideranças comunitárias. Há, como se vê, o privilégio às fontes oficiais, especialistas e institucionalizadas.

4.3. Tessituras entre o direito e o avesso do boletim

O mapa geral da colcha oferece indicativos importantes do universo temático inscrito pelos boletins “Prioridade Absoluta”, ou seja, da leitura de mundo que ele oferece na forma de um relato em alguma medida pronto e também das questões que ele reserva ao seu avesso. Muito embora, para a categorização dos “retalhos”, os temas tenham sido atribuídos a intervalos textuais específicos, registramos, novamente, que a leitura da colcha – entre sua face avessa e direita – toma por pressuposto um conceito de texto alargado, que não se esgota no registro verbal organizado em cada boletim. Por isso, buscamos explorar uma face visível que se realiza, ao mesmo tempo, em cada edição, no conjunto delas e na relação com um avesso que cada uma dessas edições ou desse conjunto necessariamente criam.

As 373 edições analisadas oferecem um repertório temático amplo, diversificado e relativamente bem distribuído, com concentrações motivadas por datas ou pela atuação da Oficina de Imagens por meio de projetos em determinados momentos. Os boletins convergem na atenção dada às políticas públicas, sobretudo na perspectiva de denunciar precariedades e insuficiências na oferta. As denúncias de violações se dirigem a contextos mais amplos. Nesse sentido, as edições se oferecem como uma arena de encontro de vozes, declarações, posicionamentos, justificativas.

Nessa perspectiva, parece natural que o executivo figure em primeiro lugar na lista das fontes jornalísticas mobilizadas pelos boletins. O protagonismo que os boletins atribuem às organizações da sociedade civil, coletivos e articulações diversas na incidência para a efetivação das políticas públicas necessárias à garantia dos direitos de crianças e adolescentes também se evidencia pela lista de fontes. Os especialistas completam o quadro em que se debatem conjunturas maiores. Mas não há, como visto, o questionamento das ações da própria sociedade civil, em suas múltiplas formas de organização. Além disso, embora os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente sejam tema recorrente nos boletins, não aparecem como fontes prestigiadas no conjunto deles. Outro aspecto que chama atenção diz respeito à escuta de crianças, adolescentes e jovens, que registram 31 ocorrências. Esse quantitativo sugere a dificuldade em considerar a população infanto-

juvenil como fonte autorizada quando se coloca em debate as políticas públicas e as violações de maneira geral.

Na análise de cada tema, em específico, é possível observar que não predomina uma abordagem articulada das políticas públicas, destas com as violações e das violações entre elas. É por esse caminho que a exploração sexual não aparece, por exemplo, problematizada como uma situação de trabalho infantil e com as exigências que o debate em torno do “trabalho” colocaria ao tema. A analogia à colcha chama atenção, contudo, para a necessidade de se considerar que tais imbricamentos podem se dar de maneira difusa, uma vez que não restringimos o texto ao intervalo entre o início e fim do relato verbal de cada boletim. Por essa perspectiva, tem-se um texto – em sentido ampliado – que articula diferentes dimensões das questões implicadas na garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Essa perspectiva é fundamental para a leitura que realizaremos na sequência de uma temática específica. De maneira isolada, a leitura dos boletins de um único tema poderia sugerir análises equivocadas sobre o universo temático colocado em discussão.

No esforço de resumo dos principais pontos, destacamos, ainda, que a mídia é também tema e interlocutor recorrente nos boletins, mas perde destaque em menções explícitas ao longo dos anos. Essa face direita dada a ver pelos 429 boletins analisados quanto à referência ao universo midiático pouco a pouco deixa de conversar diretamente com a imprensa, com as implicações que propusemos logo acima, em especial na ideia de que essa face direita cada vez mais se oferece como tal, ou seja, como um relato acabado.

Do ponto de vista das temáticas, é curioso observar o quanto se evidencia a forte conexão dessa iniciativa com a imprensa por ela mesma monitorada. Para além da tentativa de colocar a ação da sociedade civil em cena, um diferencial importante, o boletim também trata com destaque das rubricas temáticas privilegiadas pela imprensa, a exemplo da educação e da violência. “De acordo com o monitoramento de mídia realizado pela Rede ANDI Brasil, os principais assuntos sobre infância e adolescência abordados pela imprensa brasileira nos últimos 10 anos foram Educação, Violência e Saúde”. (LESSA e GARCIA, 2011, p. 57). As análises de mídia da Oficina de Imagens apontam a “violência” como o tema mais recorrente ao longo dos anos. Já na primeira pesquisa (OFICINA DE IMAGENS, 2001), realizada com referência ao ano 2000, a violência aparece em primeiro lugar. Nos anos seguintes, disputa os primeiros lugares com o tema educação.

Em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, a análise referente a 2004 indica uma maior concentração em julho, com quase 17% do conteúdo publicado (OFICINA DE IMAGENS, 2006, p. 11), comportamento observado também nos boletins da Oficina de Imagens. A pesquisa

atribui essa concentração às iniciativas do movimento social. “De maneira geral, as estratégias de divulgação e consolidação do Estatuto junto à sociedade obtém uma boa repercussão na imprensa”. (OFICINA DE IMAGENS, 2006, p.11). A pesquisa também aponta que em mais da metade das vezes em que o ECA foi mencionado, os textos referiam-se a alguma questão relacionada a Direitos & Justiça (19,5%), às medidas socioeducativas (16,5%) ou à violência (15,6%). E muito embora tal comportamento também possa ser observado nos boletins “Prioridade Absoluta”, a análise de mídia da Oficina de Imagens aponta: “mesmo levando-se em conta que essas temáticas concentram grande parte dos casos de violação aos direitos de crianças e adolescentes, é uma visão limitadora associar o ECA, fundamentalmente, a essas questões” (OFICINA DE IMAGENS, 2006, p.13).

A partir dessa primeira leitura, buscamos compreender também um pouco do avesso que essa face visível constitui. E até mesmo em relação a alguns dos temas pouco abordados a conexão com a imprensa se evidencia. Lessa e Garcia (2011) chamam atenção, por exemplo, para a invisibilidade na grande imprensa de temas como a inclusão social de crianças e adolescentes com deficiência, crianças em situação de rua e drogas. É curioso observar que reiteradamente as análises da Oficina de Imagens chamam atenção para algumas dessas ausências também nos veículos analisados. Em relação ao ano de 2004, a Oficina de Imagens aponta que: “outras questões, como as iniciativas de protagonismo juvenil e a discussão sobre os problemas relacionados à raça e etnia, também foram deixados de lado pela imprensa mineira” (OFICINA DE IMAGENS, 2006, p.14). É interessante observar que nesse mesmo ano nenhuma sugestão de pauta versou sobre questões relacionadas à raça e à etnia. Na mesma análise, a Oficina reconhece a gravidade de algumas desigualdades:

A realidade brasileira revela um abismo entre meninos e meninas brancos, negros e índios; moradores da zona rural e urbana; com e sem algum tipo de deficiência; que pertencem a famílias de diferentes níveis econômicos, entre outras características específicas. A inclusão social de crianças e adolescentes no Brasil é um tema complexo, sujeito a muitas variáveis, e que exige um grande esforço da sociedade para que se diminuam os estragos causados pela ausência de oportunidades iguais de desenvolvimento para todos. (OFICINA DE IMAGENS, 2006, p.34).

Mas seria evidentemente injusto observar tais conexões apenas do ponto de vista das rubricas temáticas. A face visível dada a ver pelos boletins dialoga com alguns dos temas que também ganham visibilidade na grande imprensa, mas o faz em uma perspectiva muito diferenciada. A partir da leitura dos assuntos efetivamente tratados observamos que há um privilégio ao que poderíamos chamar de dimensão contextual, materializada na preocupação em

colocar em debate as políticas públicas e as suas lacunas. A atuação da sociedade civil no enfrentamento dos desafios identificados é também pauta recorrente.

Nesse sentido, os boletins se afastam de uma característica recorrentemente criticada pelas análises de mídia da Rede ANDI Brasil e da própria Oficina de Imagens: a chamada cobertura factual. Sobre a violência, a análise referente a 2001 aponta: “a cobertura da *Violência* é, de modo geral, uma sucessão de casos policiais (...). Os textos em geral não discutem causas e soluções para a Violência e não colaboram para que a sociedade compreenda as várias dimensões do problema” (OFICINA DE IMAGENS, 2002, p.34). Na terceira pesquisa produzida pela Oficina de Imagens, referente ao ano de 2002, apenas 2,68% das matérias sobre violência teriam trazido a busca de soluções (OFICINA DE IMAGENS, 2003, p. 17).

Quando a violência está em pauta, a Polícia é a principal fonte ouvida pela imprensa. Depois da Polícia, os envolvidos, parentes, testemunhas e os próprios adolescentes (agrupados como ‘Pessoa Física’) são os que mais falam aos jornalistas. Contraditoriamente, o Poder Público, as universidades e os Conselhos estão ausentes na discussão do problema na mídia” (OFICINA DE IMAGENS, 2003, p.17).

Os casos localizados são uma notável ausência nos boletins, como já destacado. Assim, se a violência figura nas páginas dos veículos de referência como o relato de ocorrências violentas, no boletim assume a faceta de uma agenda pública de debate.

A atenção dada aos temas foi um primeiro passo para o entendimento do universo temático colocado em cena pelos boletins. Leal e Antunes (2011) destacam que, na análise de conteúdo, os textos são tomados como expressões de um contexto, indiciando características da vida social. Em nosso caso específico, a relação dos boletins com o universo temático mobilizado responde fortemente à leitura que a Oficina de Imagens/Rede ANDI Brasil opera em relação à imprensa, no que justificamos mais uma vez a opção por tomar os boletins nos mesmos quadros que orientam as análises de mídia das organizações. Retomando a nossa analogia, poderíamos dizer que o pano de fundo em que se realiza a amarração da colcha está dado pela “realidade” da infância e da adolescência oferecida pela mídia. O panorama do debate midiático sobre a infância é, portanto, ponto de partida e, ao mesmo tempo, se constitui como um avesso; aquilo no que se baseiam os boletins, mas que será reservado à sombra. É com tal perspectiva que esta primeira leitura nos oferece elementos para avançar no propósito que orienta esta pesquisa, o de compreender melhor o lugar desse investimento jornalístico que se dá “em casa”. Não se trata de comparar a cobertura neste ou naquele lugar, mas de ver como essa colcha se constrói com base em direitos, avessos,

panos de fundo, costuras, enfim, uma série de processos que dizem de um texto cujos limites não estão dados pelo explícito e manifesto no registro verbal dos boletins.

A tessitura delineada a partir da análise temática dos boletins indica, portanto, caminhos interessantes, a partir dos quais tiramos consequências para o prosseguimento da análise. Várias das características apontadas chamam atenção para determinados modos de inscrição dos atores: protagonismo da sociedade civil, ausência de voz de crianças, adolescentes e famílias, questionamento à ação do Estado, dentre outras possibilidades. Além disso, articula tais atores em uma dimensão contextual e não privilegia a abordagem de casos localizados. Assim, pareceu-nos que uma maneira fecunda de especificar a análise temática e compreender melhor o texto visado passaria por explorar os atores e suas funções inscritas pelos boletins. Para isso, buscamos referências na noção de actantes narrativos tais como propostos por Charaudeau (2009, p.160), para quem o actante participa na esfera da ação e sua função se define no contexto em que se dá o enunciado. Importante destacar, portanto, que os actantes não se confundem aqui com a fonte jornalística. Em muitos casos, um determinado sujeito – institucional ou individual – pode sequer ter sido ouvido, mas existe pela ação / colocação de outros sujeitos e mesmo pelo modo como é inscrito pelo boletim. Evidentemente, sua aparição como fonte também compõe sua presença. A função actancial também não se define na frase, nela mesma. Tratamos aqui com categorias de discurso, o que exige considerar, como mostra Charaudeau (2009), que tais papéis só podem ser definidos em um dado contexto.

5. A escrita

5.1. Escolhas

Para compreender melhor o cenário visado, optamos por selecionar uma das temáticas trabalhadas na classificação. Acreditamos que a aproximação dos boletins que deram destaque a uma mesma temática favorecerá a compreensão da escrita, propriamente. É importante destacar que, ao reunir um determinado conjunto de boletins, não os consideramos necessariamente em uma sequência cronológica³⁰. Embora os boletins sejam datados, a imagem oferecida pela colcha nos permite considerar uma disposição mais atemporal. Difícil dizer, por exemplo, onde começa uma colcha de retalhos, em que sentido foi costurada.

Dentre o universo de cores e conexões oferecidas pelos retalhos, selecionamos o tema que mais provocações ofereceu às indagações da pesquisa. Foram escolhidos, para o segundo momento de análise, os boletins classificados no tema “medidas socioeducativas”, universo em que o adolescente infrator ganha destaque no conjunto dos boletins.

A escolha do tema é resultado de uma série de razões. A começar pelo próprio nome e pela área temática em que optamos por inseri-lo, a da “afirmação dos direitos”. O nome “medidas socioeducativas” se refere a um conjunto de medidas que devem ser aplicadas aos adolescentes que cometem atos infracionais. Como dito, optamos por entender tal nomeação como referente a um direito, visto que as medidas devem ser oportunizadas a todos os adolescentes que cometem tais atos. Mas é importante considerar que essa estrutura existe para responder a situações de violações protagonizadas por adolescentes.

A segunda razão decorre da presença recorrente das “medidas socioeducativas” em algumas das áreas observadas no primeiro momento da análise. Dentre os temas associados a “Direitos e Justiça”, o das medidas é o mais presente, por concentrar boa parte das propostas de mudanças nas leis referentes aos direitos de crianças e adolescentes. Na pauta das denúncias aos baixos investimentos do Governo de Minas Gerais, as medidas também são sempre abordadas. As menções ao Estatuto da Criança e do Adolescente, considerando o universo de textos e notas dos 429

³⁰ Temos consciência de que esse gesto metodológico corresponde à primeira etapa na análise pragmática da narrativa, tal como trabalhada por Motta (2005), embora já tenhamos destacado que o boletim não privilegia uma narratividade. Nesta escolha, tratamos apenas de “juntar o que a dinâmica da atividade jornalística separa” (MOTTA, 2005, p.3).

boletins, se concentram também nos boletins que tratam das “medidas socioeducativas”. Os boletins sobre as medidas aparecem associados ainda ao tema da “participação social”, uma vez que a discussão privilegia as ações de organizações da sociedade civil para o enfrentamento das situações denunciadas.

Uma terceira razão não está dada pela leitura dos boletins, unicamente. Por uma proximidade da pesquisadora com a área da infância, em razão da atuação profissional junto à Oficina de Imagens, vemos que a questão das medidas socioeducativas é, dentre os temas elencados na pesquisa, o que melhor representa a mudança de paradigma colocada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. A legislação anterior, denominada Código de Menores (Lei nº 6.697, 1979), estabelecia as condições de recolhimento e guarda de crianças e adolescentes abandonados, órfãos e autores de atos infracionais.

A adoção dessa doutrina em substituição ao velho paradigma da situação irregular (Código de Menores – Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979) acarretou mudanças de referenciais e paradigmas com reflexos inclusive no trato da questão infracional. No plano legal, essa substituição representou uma opção pela inclusão social do adolescente em conflito com a lei e não mais um mero objeto de intervenção, como era no passado. (CONANDA, 2006, p.13)

“Não há dúvidas: uma das grandes novidades trazidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é a proposição que faz de um sistema de justiça juvenil, com alterações profundas no enfoque dado, nos procedimentos metodológicos sugeridos e nas instituições” (LESSA e GARCIA, 2011, p. 118). Apesar dos vários avanços mais de duas décadas depois, o envolvimento dos adolescentes com atos infracionais ainda motiva debates acalorados sobre a efetividade do Estatuto. Não há grande dificuldade em reconhecer o direito de crianças e adolescentes à escola, à saúde, à educação, ao lazer e à cultura. Mas quando transgredir a lei, é como se o adolescente perdesse tais direitos e mesmo o direito de ser devidamente responsabilizado. Soares (2011, p.25) lembra que, pela perspectiva dos direitos humanos, se um sujeito transgredir seus deveres, tem de assumir a responsabilidade, “mas isso não autoriza a sociedade ou o Estado a imitá-lo e desrespeitar a dignidade humana”. Nosso entendimento de Justiça, contudo, ainda é impregnado da ideia de punição, do castigo e não do princípio da verdadeira ressocialização, aponta Soares (2011). Assim, o próprio nome “medidas socioeducativas”, e não punitivas ou algo do gênero, já é um ingrediente explosivo no universo das críticas ao Estatuto. Assim sendo, é fácil imaginar que tal temática é a que mais motiva embates públicos e muitas vezes a atenção jornalística.

A polêmica é um elemento que nos interessa particularmente, principalmente quando lembramos que a experiência em análise tem por vocação institucional contribuir para o trabalho da imprensa de referência. Assim sendo, confiamos no potencial do tema eleito em indiciar traços importantes desse jornalismo que se faz “em casa”, no âmbito de uma organização da sociedade civil, pelos motivos elencados: representatividade, articulação dos temas e referência a um debate ainda central na área da infância. Considerando ainda a escolha por avançar na leitura dos boletins a partir da análise das funções actanciais inscritas, a escolha pelo tema das medidas se mostra ainda mais instigante. Como dito, a questão do envolvimento dos adolescentes com atos infracionais sintetiza como nenhuma outra a oposição criança e adolescente versus “menor”.

5.2. Um pouco sobre as medidas socioeducativas

O nome “medidas socioeducativas” remete a um conjunto de medidas determinadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente para a responsabilização dos adolescentes que cometem atos infracionais. Quando o ato é praticado por criança, os pais devem responder pela infração. Aos maiores de 12 anos, são seis as medidas: Advertência, Obrigação de Reparar o Dano, Prestação de Serviços à Comunidade, Liberdade Assistida, Semiliberdade e Internação. Crianças e adolescentes são considerados inimputáveis perante a lei, ou seja, não são responsabilizados de acordo com o Código Penal. O quadro a seguir descreve cada uma das medidas:

	Medida	Onde está no ECA	O que acontece
Medidas em meio aberto	Advertência	Art.115	Repreensão verbal, feita por um juiz ou autoridade legal, que é transformado em documento e assinado pelas partes envolvidas.
	Obrigação de Reparar o Dano	Art.116	Para casos de danos patrimoniais, o adolescente pode restituir o bem material ou compensar o prejuízo à vítima de alguma outra forma.
	Prestação de Serviços à Comunidade	Art.117	O adolescente realiza tarefas gratuitas junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas ou estabelecimentos similares; a jornada não deve exceder oito horas semanais, e o período máximo dessa medida é de seis meses; ela não pode prejudicar a frequência do adolescente à escola ou à jornada normal de trabalho.
	Liberdade Assistida	Arts.118 e 119	Um orientador voluntário acompanha o jovem, com o apoio de autoridade competente; caso necessário o adolescente é inserido em programas de auxílio e assistência; também é acompanhada a frequência escolar e, em caso de maiores de dezesseis anos, há encaminhamento para cursos profissionalizantes.
Medidas em meio fechado	Semiliberdade	Art. 120	O adolescente deve pernoitar ou seguir determinada rotina em instituições especializadas; pode realizar atividades externas, como estudos e cursos profissionalizantes.
	Internação em estabelecimento	Arts. 123 a 125	Medida privativa de liberdade; o jovem deve participar de atividades pedagógicas, profissionalizantes e esportivas; a internação não pode

	socioeducativo		exceder três anos e só deve ser aplicada em último caso – quando houver grave ameaça ou violência à pessoa, reiteração no cometimento de infrações graves ou pelo descumprimento de outra medida socioeducativa.
--	----------------	--	--

(REDE ANDI BRASIL, 2011, páginas 58 e 59)

As regras para aplicação das medidas são detalhadas em uma resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), denominada Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase³¹). O Conanda, assim como os Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, tem a função de deliberar a política para a população de 0 a 18 anos. Dessa forma, o documento estabelece os parâmetros para aplicação das medidas em todo o país. O documento foi construído coletivamente, envolvendo diversas áreas de governo, representantes de entidades e especialistas. Também colheu frutos de encontros regionais realizados em todo o País para a construção da proposta.

“Tendo como premissa básica a necessidade de se constituir parâmetros mais objetivos e procedimentos mais justos que evitem ou limitem a discricionariedade, o SINASE reafirma a diretriz do Estatuto sobre a natureza pedagógica da medida socioeducativa” (CONANDA, 2006, p.13). Ainda sobre a natureza do Sistema, o documento esclarece:

O SINASE é o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa. Este sistema nacional inclui os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todas as políticas, planos, e programas específicos de atenção a esse público. (CONANDA, 2006, p.23)

O Sinase se constitui enquanto uma política pública. Dentre seus princípios, destaca-se o respeito aos direitos humanos, a responsabilidade solidária da Família, Sociedade e Estado, o entendimento do adolescente como pessoa em situação peculiar de desenvolvimento, sujeito de direitos e responsabilidades, o respeito ao devido processo legal, o respeito à capacidade do adolescente em cumprir a medida e a municipalização do atendimento. Um último princípio deve ser ainda ressaltado: “a mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade” (CONANDA, 2011, p.34).

³¹ O Sinase foi sancionado na forma de lei (Lei nº 12.594) pela Presidente Dilma Roussef em 18 de janeiro de 2012. O documento ao qual fazemos referência na dissertação corresponde ao texto da resolução do Conanda, de 2006, que, além de especificações sobre o Sistema propriamente, também traz a contextualização do cenário de aplicação das medidas socioeducativas.

O documento destaca que devem ser priorizadas as medidas de meio aberto, em detrimento das restritivas de liberdade, a serem aplicadas em caráter excepcional e breve. O desenho proposto pelo documento também destaca a municipalização das medidas de meio aberto, o que já era uma diretriz do Estatuto da Criança e do Adolescente. Atualmente, em Minas Gerais, a gestão das unidades de internação fica a cargo do Governo Estadual, ao passo que compete aos municípios a oferta das medidas de meio aberto.

O documento base do Sinase apresenta um panorama das desigualdades sociais brasileiras, destacando a situação de vulnerabilidade a que estão submetidos os adolescentes pobres do país. Dentre informações específicas sobre a população juvenil, aponta que a proporção de mortes por homicídios na população jovem é muito superior à da população não jovem. E destaca que a realidade dos adolescentes em conflito com a lei não difere desse quadro:

Estes [adolescentes em conflito com a lei] também têm sido submetidos a situações de vulnerabilidade, o que demanda o desenvolvimento de política de atendimento integrada com as diferentes políticas e sistemas dentro de uma rede integrada de atendimento, e, sobretudo, dar efetividade ao Sistema de Garantia de Direitos. (CONANDA, 2006, p. 18)

Sobre a realidade específica dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, o documento traz uma série de informações referentes a levantamentos realizados entre 2002 e 2004, dados que são mobilizados com frequência pelos boletins “Prioridade Absoluta”. Sobre a situação dos adolescentes internados, o Sinase destaca:

Segundo Rocha (2002), havia no país 9.555 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação e internação provisória. Destes, 90% (noventa por cento) eram do sexo masculino; 76% (setenta e seis por cento) tinham idade entre 16 e 18 anos; 63% (sessenta e três por cento) não eram brancos e destes 97% (noventa e sete por cento) eram afrodescendentes; 51% (cinquenta e um por cento) não freqüentavam a escola; 90% (noventa por cento) não concluíram o Ensino Fundamental; 49% (quarenta e nove por cento) não trabalhavam; 81% (oitenta e um por cento) viviam com a família quando praticaram o ato infracional; 12,7% (doze vírgula sete por cento) viviam em famílias que não possuíam renda mensal; 66% (sessenta e seis por cento) em famílias com renda mensal de até dois salários mínimos, e 85,6% (oitenta e cinco vírgula seis por cento) eram usuários de drogas. (CONANDA, 2006, p. 19)

Dentre os problemas referentes às unidades de internação, o documento aponta o déficit de vagas, a superlotação, a inadequação dos espaços, com problemas como ausência de locais para atividades esportivas e de convivência e péssimas condições de manutenção e limpeza. Em relação às medidas de meio aberto, um boletim impresso da própria Oficina de Imagens, em edição dedicada ao tema, denuncia a reduzida oferta de tais medidas em Minas Gerais. “Dos 853

municípios mineiros, apenas 47 teriam concluído em 2007 a municipalização das medidas socioeducativas de meio aberto” (NOVAS ALIANÇAS, 2009, p.1). Como resultado, a publicação aponta o crescimento exagerado das medidas de internação, frisando “que os crimes cometidos contra a vida representam uma pequena parcela dos atos infracionais da população de 12 a 18 anos” (NOVAS ALIANÇAS, 2009, p.1). Esse é, portanto, um pouco do cenário da atenção dada aos adolescentes que cometem ato infracional no Brasil. As problemáticas brevemente elencadas dizem muito do contexto desenhado pelos boletins “Prioridade Absoluta”.

5.3. Os boletins

Somam 39 as edições classificadas no tema “medidas socioeducativas”, das quais 28 receberam tal rótulo como tema principal. Esse número corresponde a pouco de mais de 10% dos boletins analisados. Em 5º lugar no ranking quantitativo, o tema aparece empatado com “orçamento” e “conselhos e atribuições”. Em nossa colcha, está representado por um verde “amarelado”, com as iniciais “med”. Em abril de 2007, a concentração de quatro boletins na sequência favorece a identificação de sua cor. O ano de 2007 é o que registra maior número de boletins sobre o tema, seguido do ano de 2003. Um dado de contexto a se considerar é que 2007 foi o ano do assassinato do menino João Hélio. De acordo com sugestão de pauta veiculada no site da ANDI³², o número de matérias publicadas sobre maioridade penal nos veículos monitorados pela organização saltou de uma média de 370 por ano para 3.970 em 2007.

Para avançar na leitura, procuramos, inicialmente, identificar agendas de debates centrais, em torno das quais orbitassem os boletins sobre as medidas. Voltamos-nos, portanto, para os assuntos efetivamente tratados, no esforço de identificar proposições³³ centrais e, dentro delas, explorar as funções actanciais inscritas. Pela leitura das 39 edições, destacamos três agendas: a luta

³² Disponível em <http://www.andi.org.br/infancia-e-juventude/pauta/reducao-da-maioridade-penal-por-dentro-do-parlamento>. Acesso em 30 de janeiro de 2012.

³³ Em uma perspectiva discursiva, van Dijk (1990) considera as proposições como aquilo que organiza a estrutura do texto. Para esse autor, os temas podem ser tomados como macroproposições. Neste ponto da pesquisa, a noção colocada por van Dijk nos é particularmente interessante. Acreditamos que o esforço de identificar o que chamamos de agendas centrais se aproxima ao que van Dijk nomeia por macroproposições. É dentro de tais macroproposições que buscaremos explorar as funções actanciais. Como se observa, estamos articulando procedimentos de visam lógicas diferenciadas de um texto. Os actantes se apresentam, na perspectiva de Charaudeau (2009), como componentes da lógica narrativa, ao passo que a proposição é frequentemente considerada no estudo da organização argumentativa. Cientes disso, ressaltamos que nosso intuito é justamente não tomar o modo preferencial de organização textual dos boletins como definidor de seu modo de abordagem. Embora o boletim privilegie uma organização argumentativa, o faz também pelo modo como inscreve determinados atores.

contra a redução da maioridade penal; a denúncia da não-oferta das medidas socioeducativas de meio aberto; e a denúncia da precariedade das medidas socioeducativas de meio fechado. Elegemos dois boletins em cada um dos eixos, disponíveis, nos anexos, para caminhar na análise proposta.

5.3.1. A luta contra a redução da maioridade penal

Parte dos boletins classificados no tema “medidas socioeducativas” se dedica a colocar em evidência ações de mobilização contra a redução da maioridade penal. Os boletins informam sobre campanhas, protestos, debates, quase todos capitaneados por organizações da sociedade civil. Eles se concentram em 2000, 2001, 2003 e 2007. Nesses dois últimos anos, casos específicos mobilizaram a atenção da cobertura midiática em geral. Em 2003, a morte de um casal de namorados em São Paulo e, em 2007, a morte do menino João Hélio, contaram com a participação de adolescentes. Tais casos chegaram a ser brevemente mencionados nos boletins. Mas, de maneira geral, os boletins se concentram em apresentar os argumentos contrários à redução. A seguir destacamos a leitura feita a partir de dois boletins:

Boletim 18, fevereiro de 2000³⁴

A edição de número 18 (anexo 1), veiculada em fevereiro de 2000, é composta de três unidades de texto. Encabeçando a edição, uma das caixas destaca:

De acordo com o Estatuto, o adolescente que comete ato infracional necessita cumprir medidas sócio-educativas de internação. Porém, o Estado não possui locais adequados para acolhê-los e, contraditoriamente, o governo, juntamente com a sociedade, acredita que a redução da idade penal seja a solução para o problema. (Boletim 18, 2000)

Não temos o propósito de esmiuçar a construção de cada frase, mesmo porque, como destacado, buscamos ver a lógica argumentativa que se desenha no conjunto. Mas a pequena passagem destacada é exemplar em relação ao privilégio dado pelo boletim a uma dimensão argumentativa.

³⁴ O boletim de número 18 não foi oficialmente incluído na contagem, por se constituir apenas de notas. Contudo, após a definição das agendas temáticas tal edição pareceu-nos significativa. Em razão disso, optamos por incluí-la na leitura que se realiza nesta parte da pesquisa.

À esquerda do boletim, um pequeno texto denuncia a ausência de estrutura para o cumprimento das medidas socioeducativas na cidade de Montes Claros. À direita, em uma caixa, o texto destaca a mobilização da sociedade contra as propostas de redução da idade penal. O título deixa claro o posicionamento colocado em evidência: “Minas se mobiliza contra a redução da idade penal”. A análise que se segue toma por referência essa caixa de texto.

O texto ainda era organizado à semelhança de uma agenda e não reporta a fala de nenhum entrevistado. As informações são extraídas de um documento que ainda estava sendo elaborado por “mais de 200 instituições de Minas Gerais”. Mesmo não finalizado, esse material deu base para a construção do boletim, que destaca:

o documento que ainda está sendo elaborado pelas instituições alega a ineficácia e a inconstitucionalidade da redução, já que esta proposta não reconhece a condição peculiar do adolescente como pessoa em desenvolvimento e não oferece mudanças nas condições sociais que o levaram a transgredir. (Boletim Prioridade Absoluta, 18, 2000)

A partir da nota, destacamos os seguintes atores:

Instituições: com uma denominação genérica, as mais de 200 instituições são apontadas como responsáveis pela ação em curso – a mobilização contra a proposta de redução. Trechos do documento, cuja autoria é creditada a tais instituições, são reportados em discurso direto e indireto. De acordo com o material, os adolescentes não ficam impunes, “o que ocorre é a negligência do governo e da sociedade em geral que não dispõem, e nem se empenham em dispor, dos meios necessários para a realização das medidas legais que possibilitam a inclusão social desses cidadãos”. Na lista de fontes, colocada ao final da nota, é indicada a Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que reúne organizações da sociedade civil com atuação na área, e a Visão Mundial, também uma organização não governamental.

Governo: figura como negligente e omissor, visto que não se empenha para oferecer os meios necessários à execução da medida.

Sociedade em geral: também figura como negligente e omissa, visto que não se empenha para oferecer os meios necessários à execução da medida.

Adolescente: reportado, no relato do documento citado, como pessoa em condição peculiar de desenvolvimento e sujeito a condições sociais que o levam a transgredir.

Boletim 279, abril de 2007

A edição de número 279 (anexo 4) circulou em abril de 2007 com um título taxativo: “10 de abril: dia de dizer não à redução da maioridade penal”. Em três chamadas subsequentes, o boletim destaca:

Terça-feira, 10, é Dia Nacional de Mobilização Contra a Redução da Maioridade Penal;
Implementação do Sinase é uma das bandeiras;
Faltam informações sobre medidas socioeducativas em meio aberto no estado.
(Boletim 279, 2007)

O boletim tem início situando uma mobilização de fóruns e entidades contra projetos de lei em discussão no Senado que propunham a redução da maioridade penal. Tal mobilização ainda está por vir e, de acordo com o boletim, também tem por objetivo pedir a efetiva implementação do Sinase, com prioridade para as medidas de meio aberto. Em uma caixa de texto destacada, o boletim lista uma série de dados, apontando o crescimento da internação e o perfil dos adolescentes internados. Na sequência, apresenta dados sobre a internação em Minas Gerais e critica a ausência de informações sobre as medidas de meio aberto, com ressalva para o pioneirismo de Belo Horizonte.

O boletim também apresenta um quadro explicativo sobre as medidas socioeducativas e outro em que se propõe a abordar o que chama de “a outra face da redução da maioridade penal”. Em um intertítulo, intitulado “Falácias da redução”, divulga uma nota veiculada pelo Conanda em solidariedade à família do menino João Hélio. O boletim destaca trechos da nota que questionam a efetividade da redução e é finalizado com um panorama das votações legislativas.

O boletim localiza um evento específico, a mobilização, a partir do qual desenvolve uma discussão mais ampla. Sobre o evento, propriamente, em apenas uma frase informa como será a atividade em Brasília. Não há informações sobre as atividades em Minas Gerais. Para além dessa ocorrência, o texto se aproxima quase a um dossiê. Embora haja breve menção ao episódio do menino João Hélio, a abordagem é direcionada a um cenário mais amplo.

O texto proposto nos permite identificar pelo menos seis atores centrais, caracterizados a seguir:

Fóruns estaduais e entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente: são responsáveis pela ação em vias de se concretizar: “estarão mobilizadas na organização de diversos eventos”. Pretendem “marcar” um posicionamento e “pedir” a implementação do Sinase. Mas não há referência no texto à escuta efetiva de tais fontes.

População em geral: a menção explícita é breve: “A discussão sobre o aumento do período de internação e sobre a redução da maioridade penal evidencia o desconhecimento de grande parte da população sobre as medidas socioeducativas de meio aberto”. Mas indica um ator que insiste na mudança por desconhecer o que propõe a lei. A perspectiva de um didatismo em relação a esse ator pode ser percebida no esclarecimento sobre as medidas, com a reprodução de trecho do Estatuto da Criança e do Adolescente. Algumas expressões parecem responder diretamente a esse cenário, como no intertítulo “Falácias da redução”.

Governo: o modo de representação das três esferas de governo é diverso. O executivo federal oferece informações, o executivo municipal de Belo Horizonte é exemplo bem sucedido, os demais executivos municipais são inadimplentes, ao passo que o executivo estadual é negligente e violador. Em um dos trechos, o boletim destaca o desconhecimento da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais a respeito do número de cidades mineiras com a oferta das medidas de meio aberto. Além disso, com base em dados do Governo Federal, o boletim destaca o aumento da internação em Minas Gerais, o que contraria a lógica do Sinase. Uma representante da prefeitura de Belo Horizonte, apontada como “uma das primeiras cidades mineiras a implementar medidas socioeducativas em meio aberto”, aponta que o desafio maior para os municípios é o interesse político, visto que é preciso contar com uma rede de atendimento estruturada. Apesar das variações, há uma crítica generalizada à falta de estrutura de oferta das medidas, o que coloca o executivo, de maneira geral, na mira das acusações.

Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente: o Conselho Nacional é mencionado apenas como corresponsável pelo debate a ser realizado em Brasília. Em semelhança ao executivo estadual, o Conselho Estadual é questionado sobre o não conhecimento da realidade dos municípios. A fala do Conselho Municipal de Belo Horizonte, por sua vez, se confunde com a fala da prefeitura, visto que compartilham a mesma fonte. Na primeira aparição, a identificação da fonte contempla os dois lugares. Na segunda, contudo, apenas o cargo no executivo é realçado:

“Você pode levar o adolescente a cumprir a medida, mas o que você precisa é garantir a ele seus direitos: alguns que precisam ser restituídos e outros aos quais ele nunca teve acesso”, defende a gerente de Medidas Socioeducativas da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social (SMAAS) e presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte, Lúcia Helena Rodrigues. Para a gerente, um dos grandes desafios (...). (Boletim 279, 2007)

Legislativo: é o responsável pela decisão sobre as mudanças na lei. O boletim não deixa claro o posicionamento dos Senadores, casa em que tramitavam as propostas. Apenas indica que a Frente

Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Congresso Nacional promoveria um debate sobre o tema, juntamente com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e o Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Adolescente: é dele que se fala todo o tempo, muito embora não tenha voz autônoma no boletim. Em nome dos direitos dos adolescentes, o movimento combate a redução da maioridade penal e defende a implementação do Sinase. Dados extraídos do próprio Sinase dão conta de que esses adolescentes são, em sua maioria, do sexo masculino, pobres, com baixa escolaridade e negros. Não têm acesso a direitos básicos e tão pouco às medidas cabíveis para sua ressocialização quando cometem atos infracionais. No intertítulo “Falácias da redução”, o boletim faz referência ao assassinato do menino João Hélio, oferecendo indicativos de que o adolescente em debate poderia ser também esse que comete atos hediondos. Nesse trecho, aponta que a redução não resolveria “o problema do envolvimento de meninos e meninas no crime organizado”, oferecendo mais um elemento para o entendimento do perfil de tais jovens. Em outra caixa de texto, contudo, apresenta dados segundo os quais a maioria dos delitos que levam adolescentes à internação não envolve crimes contra a pessoa e apenas 10% das infrações cometidas no país teriam a participação de adolescentes.

5.3.2. A denúncia da não-oferta das medidas socioeducativas de meio aberto

As medidas de meio aberto foram tema dos boletins nos anos de 2002, 2004 e 2007. A primeira edição dedicada de forma mais direta ao tema questiona o município de Belo Horizonte por não se responsabilizar pela medida de prestação de serviços à comunidade. Já na sequência, o boletim denuncia a falta de estrutura no interior e Belo Horizonte é citado como único município mineiro com estrutura para aplicação das seis medidas. Os boletins seguintes tratam da ampliação da medida de Liberdade Assistida em todo o país e do lançamento da medida de PSC em Belo Horizonte. Note-se que as informações referentes à capital mineira são um tanto contraditórias. Dois outros boletins tratam mais especificamente da medida de Liberdade Assistida, também com referência ao bom exemplo de Belo Horizonte. A seguir, destacamos dois boletins para uma leitura mais detida.

Boletim 93, setembro de 2002

O boletim de número 93 (anexo 2), veiculado em setembro de 2002, se mostra taxativo já no título: “Adolescentes que cumprem medida de prestação de serviços à comunidade não têm acompanhamento adequado”. Em uma chamada secundária, o boletim destaca que o município é o responsável pela execução das medidas e que, em Belo Horizonte, o Juizado da Infância e Juventude acumula esta função. A sugestão de pauta não aborda uma ocorrência específica: não há um por vir e tão pouco o relato de uma ocorrência passada. Ao contrário, o boletim trata de uma situação cotidiana. A tentativa de instaurar uma ruptura é colocada pelo não cumprimento da política pública, ou seja, por uma inversão no que seria esperado: em lugar do município, é o Juizado que executa a medida. Duas caixas de texto destacadas trazem informações sobre as medidas socioeducativas e dados sobre a natureza dos atos infracionais cometidos pelos adolescentes.

O texto proposto nos permite identificar pelo menos cinco atores centrais, caracterizados a seguir:

Poder Judiciário: O boletim detalha as atribuições do Judiciário, a quem cabe decidir e controlar o processo de execução das medidas socioeducativas e aponta que, no cenário desenhado, esse ator estaria desempenhando funções que são de competência do município. Em função disso, as medidas de meio aberto não estariam ocorrendo da maneira adequada. Uma técnica do Juizado é entrevistada pelo boletim. Em discurso indireto, é relatada sua fala de que o Juizado “**aguarda** (grifo nosso) que o município crie os programas para aplicação das medidas conforme previsto em lei”. A técnica também é colocada justificando a falta de acompanhamento adequado: “Ela argumenta que os três funcionários do seu setor não têm como acompanhar, com o rigor necessário, os cerca de 560 adolescentes que hoje cumprem a PSC na Região Metropolitana de Belo Horizonte”.

Governo: o boletim coloca em evidência o executivo municipal, na perspectiva de uma crítica à não-oferta das medidas socioeducativas de meio aberto. O texto não relata falas desse ator, apenas constata o não desempenho de suas funções.

Conselho dos Direitos: é colocado em evidência o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Não são reportadas falas desse ator. O texto indica apenas que o Conselho publicou resolução estabelecendo a criação de núcleos de execução das medidas de Prestação de Serviços à Comunidade nas regionais da cidade. É interessante perceber que na sequência dessa informação, o texto utiliza verbos no condicional, indicando certa descrença com a efetividade de tal ação: “o que regularizaria o processo de execução e possibilitaria um acompanhamento mais qualificado do adolescente em conflito com a lei”.

ONG: diante do cenário desenhado, a ONG é colocada como exemplo bem sucedido, o que se evidencia já no intertítulo: “ONG executa medida com sucesso”. O trecho aborda a ação do Projeto Marista Crescendo, responsável pelo encaminhamento dos adolescentes que prestam serviços à comunidade da Regional Leste. Por meio do relato em discurso indireto da fala da coordenadora, o texto aponta o percurso do adolescente atendido pelo projeto:

Mariluce Gelais, coordenadora do Crescendo, conta que os adolescentes enviados à instituição pelo Juizado são acolhidos, dispõem de atendimento realizado por assistentes sociais e psicólogos, conhecem as diversas oficinas desenvolvidas pelo projeto (capoeira, hip-hop, teatro, dança, entre outras) e posteriormente são encaminhados para algum estabelecimento, onde prestarão os serviços. (...) O cumprimento da medida é monitorado a cada 10 dias por telefone e, uma vez por mês, um funcionário da Crescendo visita o adolescente. (Boletim 93, 2002)

Adolescentes: os adolescentes não têm voz autônoma no boletim. São colocados na condição ora de vítimas da falta de estrutura da política ora como assistidos adequadamente por uma ONG. No relato indireto da fala da técnica do Juizado, são oferecidas informações sobre o perfil dos jovens: “Muitos deles têm escolaridade baixa e, por isso, realizam serviços gerais. Apenas os mais preparados executam tarefas em áreas ligadas à informática e em bibliotecas”.

Boletim 338, junho de 2008

“Municípios brasileiros assumem medidas socioeducativas” é o título da edição (anexo 5), que não se organiza em torno de uma ocorrência clara. Como quem resistiu por muito tempo, os municípios finalmente assumem o seu papel. Nas chamadas secundárias, contudo, a certeza se transforma apenas em uma previsão: “até 2010, todas as cidades com mais de 50 mil habitantes **devem** (grifo nosso) oferecer esses programas”. A incerteza se completa com a “previsão” de que “sejam investidos mais de R\$ 6 milhões na municipalização das medidas”.

A informação, digamos, mais concreta é colocada na abertura, quando o boletim chama atenção para o aumento das internações. Contudo, a revelação é resultado da comparação de um levantamento realizado em 2004 com outro de 2006. A ruptura é explicada com a afirmação de que há uma inversão do que prevê o Estatuto.

Na sequência, o texto informa sobre investimentos do Governo Federal para apoiar os municípios e aponta que, “com essa expansão, os adolescentes que cometem atos infracionais devem ter mais chances de serem atendidos”. Em um intertítulo, o texto destaca o pioneirismo de

Belo Horizonte e, em outro, detalha o funcionamento da medida de Liberdade Assistida. Em um box, traz dados sobre o perfil dos adolescentes.

A seguir, destacamos três atores inscritos pelo boletim:

Governo: o governo federal figura na condição de um apoiador para que os municípios cumpram o seu papel na oferta das medidas. A prefeitura de Belo Horizonte é exemplo no assunto, mas nos demais municípios mineiros a situação ainda é precária.

Ministério Público: figura como um especialista, oferecendo dados sobre a realidade do estado, apurados pelo próprio Ministério Público.

Adolescentes: os adolescentes não têm voz autônoma no boletim. Caso as medidas sejam de fato implementadas, eles serão beneficiados com a adequada execução da política. Dados de uma pesquisa, apontados pelo boletim, informam sobre o perfil dos adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas: “92% desses adolescentes são do sexo masculino; 46% possuem entre 17 e 18 aos; 54% têm nível fundamental de ensino (só 4,9% possui Ensino Médio); e a maioria cometeu algum ato infracional contra o patrimônio, preponderantemente roubo”.

5.3.3. A denúncia da precariedade da oferta das medidas socioeducativas de meio fechado

Os boletins dedicados mais diretamente às medidas de meio fechado se concentram nos anos finais do período analisado, entre 2007 e 2008. Basicamente, colocam em discussão a precariedade da oferta das medidas, denunciando superlotação, falta de estrutura nos espaços, dentre outras violações. Há abordagens mais localizadas em torno de denúncias de mortes nos Centros de Internação. Um aspecto que chama atenção é a referência constante aos dados da execução orçamentária do estado de Minas Gerais. A seguir, apresentamos a leitura detalhada de dois boletins.

Boletim 143, setembro de 2003

O boletim 143 (anexo 3) anuncia no título um evento promovido pela Assembleia Legislativa dedicado a discutir a superlotação dos centros de internação, informação que será retomada no texto principal apenas no terceiro parágrafo. A abertura é dedicada a repercutir dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) sobre as unidades de internação de todo o

país. Sobre Minas Gerais, o boletim destaca que os centros excedem em 70% a capacidade de lotação e os centros de internação provisória ultrapassariam 105%. O boletim aponta que a pesquisa era inédita e havia sido divulgada naquele mês. Na sequência, o boletim informa sobre a realização da audiência pública e já adianta proposições que serão tomadas pela Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ao final, repercute declarações de um promotor. Destacamos, a partir do boletim, quatro atores principais, caracterizados a seguir:

Legislativo: figura como o responsável pela iniciativa de realização de uma audiência pública para debater os dados negativos apresentados pelo IPEA. De acordo com o boletim, a Frente Parlamentar promove o encontro para “discutir e buscar soluções para essa situação”. O deputado coordenador da Frente, André Quintão, é entrevistado e reforça o propósito de busca de uma solução. O texto informa que a Frente irá criar um grupo de trabalho para monitorar os investimentos orçamentários na área.

Ministério Público: o boletim reporta falas de um promotor da Vara da Infância, que, em tom indignado, acusa de imoral a situação dos adolescentes nas cadeias públicas. O promotor também defende a aplicação das medidas em meio aberto e a regionalização dos centros de internação.

Governo: o boletim não reporta falas de representantes do executivo, mas considerando que o texto traz falas que criticam veementemente a situação dos centros, pode-se dizer que o executivo figura como agente de uma violação. Como o boletim trata da situação de internação, especificamente, a crítica se volta ao governo estadual.

Adolescente: o boletim destaca, com dados do IPEA, que muitos dos jovens internados no país vivem em condições subumanas. Em Minas Gerais, cerca de 250 estariam presos em cadeias comuns. “Eles são tratados como presos comuns e não encontram nos centros de internação condições para recuperação e reinserção social”. Ao final, o boletim informa ainda, na voz do promotor, da necessidade de permitir aos adolescentes receber atendimento próximo das famílias.

Boletim 384, agosto de 2009

O boletim 384 (anexo 6), veiculado em agosto de 2009, aborda um caso localizado de denúncia contra as precariedades do Centro de Internação Provisória Dom Bosco, localizado na região leste de Belo Horizonte. Ao contrário das edições detalhadas anteriormente, a edição 384 relata uma situação que acaba de eclodir, o que se observa já pelo título: “Agentes denunciam

precariedade no CEIP Dom Bosco”. O texto não indica ações por vir, uma característica marcante do boletim. Também nas chamadas secundárias, são colocadas ações em desenvolvimento ou passadas:

Centro de Internação provisória funciona com praticamente o dobro da capacidade
Agentes afirmam que atuais condições impedem garantia de segurança dos adolescentes
Governo Estadual não gastou, até agosto, nenhum centavo do previsto para reforma em 2009
(Boletim 384, 2009)

Na abertura, o tempo verbal é o passado: “Um manifesto de repúdio à superlotação e à situação precária do Centro de Internação Provisória (CEIP) Dom Bosco (...) **veio** (grifo nosso) à tona recentemente revelando inúmeras violações aos direitos dos adolescentes que aguardam a definição da medida socioeducativa”. Na sequência, são indicadas algumas das situações denunciadas e os caminhos do documento, assim como são relatadas reações. Na sequência, é apresentado um histórico da situação. O texto é finalizado com uma manifestação de revolta de uma das fontes. Como se verá adiante, a edição oferece descrições minuciosas, o que não é uma estratégia recorrente nos boletins. Nesta edição, a abordagem de um caso específico, bem localizado, certamente favoreceu tal abordagem.

O texto proposto nos permite identificar pelo menos cinco atores centrais, caracterizados a seguir:

Agentes socioeducativos: são os responsáveis por colocar as denúncias em evidência. Ao mesmo tempo em que fazem ver o cenário de violações a que estão sujeitos os adolescentes, os agentes também figuram como vítimas dessas condições. “De acordo com o manifesto, a precariedade da estrutura do CEIP Dom Bosco dificulta aos agentes zelar pela integridade física, mental e emocional dos jovens internados”. Todas as colocações são extraídas do manifesto, não há relato de falas individuais.

Adolescentes: novamente, o boletim não apresenta falas dos adolescentes. A partir do manifesto, oferece descrições das condições de vida dentro dos centros, de forma a permitir a visualização mesmo desse ambiente:

Cada alojamento abrigaria, em média, nove adolescentes, onde cabem três. De acordo com o documento, eles vivem amontoados e sem acesso a condições básicas de higiene. As atividades externas são prejudicadas pela superlotação e, por isso, os adolescentes passam a maior parte do tempo trancados nos alojamentos. Segundo o documento, os banheiros não têm luz, são pouco higienizados e tampados por cobertores, não há lixeiras nos alojamentos e, com isso, os adolescentes jogam o lixo no corredor dos núcleos. Os agentes denunciavam

ainda que, por falta de alojamentos, os adolescentes não são separados por diferença de idade, compleição física ou gravidade da infração nas primeiras 48 horas, quando chegam à unidade.
(Boletim 384, 2009)

Mais uma vez, portanto, o adolescente figura como vítima. Ao mesmo tempo, o boletim oferece um conjunto de falas que indicam a tentativa de providências para a situação relatada, o que também coloca o adolescente como objeto de uma intervenção.

Governo: a crítica ao executivo estadual, responsável pelo centro, é evidente. Interpelado, o governo se posiciona: “Em nota, a Suase não comentou o manifesto e se limitou a informar os investimentos que vêm sendo feitos na ampliação, melhoria e reordenamento dos alojamentos, e também na capacitação dos adolescentes”. A essa resposta, o boletim contrapõe informações referentes à execução orçamentária do estado, segundo a qual o governo não teria gasto de janeiro a julho daquele ano “nenhum centavo” na reforma dos centros e “apenas 1,1% do crédito autorizado para a modernização do sistema socioeducativo”. Mais à frente, o texto informa que a situação de precariedade não é recente e indica que três adolescentes foram assassinados dentro do CEIP no intervalo entre 2008 e 2009.

Conselho dos Direitos: aparece em dois momentos. Em um primeiro, na fala reportada em discurso direto de um dos conselheiros do Conselho Estadual: “aquilo lá é um verdadeiro campo de concentração”. Vê-se apenas uma confirmação da situação descrita. Em um segundo, na fala reportada também em discurso direto de uma conselheira do Conselho Nacional, que também se resume a confirmar a situação colocada pelos agentes.

Ministério Público: aparece no texto pelas falas de um promotor, que apontam para um amplo entendimento da situação. Além de reforçar as denúncias, o Ministério Público também é colocado como responsável pela tentativa de resolução pelas vias judiciais.

5.3.4. Actantes

A partir da caracterização dos atores, por meio de uma descrição simples sobre o modo de aparição de tais sujeitos no boletim, buscamos distinguir seus papéis a partir da ação em que são predominantemente inscritos. No quadro a seguir, sintetizamos o modo de aparição preferencial dos atores em cada eixo e sugerimos suas funções actanciais:

Tabela 7: Actantes

	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Actante
Fóruns e entidades / ONGs	Estão empenhados em evitar a redução e reivindicar a implementação do Sinase.	Exemplo no enfrentamento do problema		Benfeitor
Governo	Federal: oferece informações. Estadual e municipais: Negligente, omissa e violador Executivo de Belo Horizonte: exemplo bem sucedido	Representação contraditória: o executivo municipal de BH é criticado em uma edição e tratado como exemplo em outra. Demais municípios são criticados.	Não oferece as condições adequadas de execução da política	Agressor
Adolescente	Sujeito a condições sociais que o levam a transgredir, sem acesso a direitos básicos e às medidas cabíveis de ressocialização	Vítima da ausência da política, mas beneficiado pela ação da ONG.	Vítima das precariedades.	Vítima e beneficiário
População	Negligente e omissa – não oferece os meios adequados ao cumprimento das medidas / desconhece as medidas.			Oponente
Conselhos	Questionado sobre desconhecimento da realidade dos municípios	Tomou uma atitude, com impacto questionável.	Assiste e valida as denúncias	Espectador
Ministério Público		Especialista, aponta dados	Valida denúncias, busca alternativas, critica gravidades	Aliado
Legislativo	Responsável por decisão a ser tomada sobre a redução da maioria		Responsável por iniciativa de debate da situação precária dos centros.	Benfeitor
Judiciário ³⁵		Exerce inadequadamente uma função que não lhe cabe enquanto aguarda uma providência		
Agentes socioeducativos ³⁶			Responsáveis pela denúncia	

Agressor

³⁵ Considerando a amostragem utilizada, a presença do judiciário não foi significativa. Em decorrência disso, não atribuímos uma função actante.

³⁶ Idem anterior.

A edição 279 chamava atenção para a mobilização de grupos de defesa dos direitos de crianças e adolescentes contra a proposta de mudança no Estatuto da Criança e do Adolescente e em favor da efetiva implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). O texto contrapõe ao argumento da impunidade o cenário de precariedade da oferta das medidas socioeducativas, com o aumento excessivo da internação e o baixo investimento financeiro nesses adolescentes. Além de dados sobre os centros de internação, o boletim também traz informações sobre o perfil dos adolescentes internados, sendo a maioria do sexo masculino, negros, sem escolaridade, de famílias pobres e usuários de drogas. É por essa perspectiva que se desenha o Estado, na figura do executivo, como um agressor. Além de não oferecer direitos básicos, também seria omissa na resposta aos atos infracionais praticados pelos adolescentes. Cumpre lembrar que os boletins sobre as medidas são parte de uma tessitura maior, em que é marcante a reivindicação de direitos básicos nas áreas de saúde, educação e assistência social.

O agressor é aquele que age e o faz pelo cometimento de um “malefício” (CHARAUDEAU, 2009, p.162). Mas note-se que a atuação do executivo, enquanto uma agressão, está justamente na falta de ação. Além da ausência de direitos básicos, essa omissão chega a ter repercussão física, com o relato de mortes ocorridas em um espaço de responsabilidade do executivo estadual.

Observa-se que há no material o cuidado em ouvir o executivo, o que soa curioso em um material que não tem, a princípio, o compromisso de oferecer um texto publicado/acabado. A fala do Governo é, contudo, quase sempre contraposta a um dado ou a outra fala, que deslegitima, via de regra, o argumento colocado pelo executivo. É importante observar que ele não chega a ser convocado para dizer o que pretende fazer para evitar o envolvimento dos adolescentes com o ato infracional, mas para justificar o que não fez e indicar as correções e ajustes em função da negligência anterior no atendimento aos adolescentes depois que a situação do ato infracional está colocada. A ação do executivo é posicionada, portanto, em um nível de constatação.

Benfeitor

Um segundo ator central na trama e que figura em segundo lugar no ranking das fontes é representado pela sociedade civil, organizada por meio de Fóruns e Frentes na área e pelas próprias organizações da sociedade civil. Esses atores figuram como os protagonistas das ações dedicadas a enfrentar a situação de negligência em relação aos adolescentes. São também os responsáveis pelas

boas iniciativas retratadas. Em resumo, figuram como benfeitores na luta por melhores condições de atendimento aos adolescentes que cometem atos infracionais. Enquanto o executivo não cumpre o seu papel, tais atores estão empenhados na promoção do debate e mesmo no atendimento direto – adequado – aos adolescentes. Neste último caso, a definição de Charaudeau (2009, p.162) – benfeitor como aquele que transmite um benefício – encontra uma correspondência bem direta.

O boletim nos conta que a ação em desenvolvimento é aquela protagonizada pela sociedade civil: diante da negligência do estado, as organizações e articulações se mobilizam para buscar reverter o cenário. Importante lembrar que a marcação de data, local e hora se dá em função dessas iniciativas: elas irão ocorrer em um futuro próximo, distante no máximo uma semana da data de veiculação do material. Trechos de três outros boletins ilustram bem essa afirmação:

A Rede de Medidas Socioeducativas de Belo Horizonte lança, no próximo dia 13 de novembro, um vídeo que retrata parte do universo dos adolescentes que cumprem medidas. Além de ser um importante documentário sobre a realidade desses jovens, o vídeo é um instrumento de sensibilização de empresários mineiros para que sejam parceiros no processo de reinserção desses jovens. (Boletim 149, 2003)

Nesta terça-feira, 10 de abril, fóruns estaduais e entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente de todo o país estarão mobilizados na organização de diversos eventos para a discussão da redução da maioridade penal e do aumento do tempo de internação para adolescentes em conflito com a lei. (...). A mobilização não pretende apenas marcar o posicionamento do movimento de defesa dos direitos de meninos e meninas – contrário às duas propostas –, mas também pedir a implementação efetiva do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). (Boletim 279, 2007)

A redução da maioridade penal continua na pauta dos belo-horizontinos. Dessa vez, as discussões acontecem em duas casas do Poder Legislativo: na Câmara Municipal de Belo Horizonte e na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. A pedido da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do estado e do Conselho Regional de Psicologia, a Assembleia irá realizar audiência pública amanhã, dia 24, às 9h15 da manhã. (Boletim 281, 2007)

O legislativo também figura, considerando o terceiro eixo, como um benfeitor na luta pela mudança do cenário de violações. Ele aparece como responsável pela promoção de um debate e pela iniciativa de buscar o monitoramento dos gastos públicos. Em outros boletins, esse papel também fica evidenciado.

Aliado

Um terceiro ator central na trama corresponde ao Sistema de Justiça, mas prioritariamente na figura do Ministério Público. Esse ator aparece como um observador crítico e como um agente de

acusação, como é próprio da atuação do Ministério Público. A cobrança é direcionada ao Estado e, em momento algum, os agentes do Sistema de Justiça são mobilizados a abordar a situação do ato infracional propriamente. A inscrição do Sistema de Justiça se dá, sobretudo, na perspectiva de uma validação das críticas e das cobranças realizadas pela sociedade civil.

Oponente

Apenas dois dos boletins analisados fazem menção explícita à população de uma maneira geral, chamando atenção para o seu desconhecimento a respeito das medidas socioeducativas. Contudo, o didatismo que marca os boletins, no esforço de fazer compreender, permite considerar a população como um oponente na luta pela efetivação dos direitos desses adolescentes. Importante considerar ainda que o boletim se destina a jornalistas, na expectativa de que repercutam a discussão a um público mais amplo.

Espectador

Pode parecer contraditório incluir uma função actancial que parece dizer de uma não ação ou de uma passividade. Contudo, pareceu-nos a nomeação mais coerente para indicar a situação dos Conselhos dos Direitos da Criança. Embora valide denúncias, assumindo também um papel de aliado, fica realçada sua função de espectador. A figura do Conselho concorda em alguns casos, em outros, não sabe fornecer a informação solicitada e, mesmo quando toma uma atitude, sua ação é descreditada pelo próprio boletim. Além disso, no conjunto, sua presença é tímida, considerando o papel fundamental do Conselho na formulação das políticas públicas.

O adolescente entre vítima e beneficiário

Um último ator é representado pelo próprio adolescente, que embora seja o pivô de toda a discussão, não chega a ter voz autônoma nos boletins. Ora figura como vítima do executivo e da sociedade, ora como objeto da ação de enfrentamento dos Fóruns, Frentes e ONGs. Há, evidentemente, uma dificuldade maior de acesso aos adolescentes para a realização de entrevistas. Além disso, como o boletim não chega a discutir casos localizados parece não criar condições para a colocação das vozes desses adolescentes. Por essa perspectiva, contudo, o adolescente não figura

como interlocutor em um debate que privilegia a política pública. Os trechos a seguir são ilustrativos das questões colocadas. No primeiro, embora seja possível supor que o relato se baseia na conversa com o adolescente, em nenhum momento sua fala é reproduzida por meio de discurso direto ou indireto. No segundo, a condição de entrevista fica ressaltada, mas o discurso direto também não é utilizado:

Em pichações incompreensíveis para a maior parte das pessoas, o estudante Júlio César Fernandes, 17, exprimia sua revolta com a sociedade e também tentava conquistar fama e reconhecimento no grupo de amigos. A atitude, no entanto, o levou a ser flagrado pela polícia e, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente, foi punido com a medida de prestação de serviços à comunidade. A situação abriu uma perspectiva para Júlio. Ele foi encaminhado ao projeto CrerSendo, onde aprendeu a substituir as pichações por linhas bem traçadas e pelas cores vibrantes do Grafite. (Boletim 149, 2003)

Com 19 anos, ela já passou quatro vezes por centros de internação, por assalto a mão armada, tráfico de drogas, porte ilegal de armas e formação de quadrilha. A última internação terminou no ano retrasado. Durante a entrevista, com o filho de dois meses no colo, a jovem conta que, desde que saiu, está buscando uma vida sem complicações. Ia voltar a estudar, mas a gravidez adiou os planos. Com a ajuda do programa *Tocando em frente*, do qual participa há um ano, Pablina está reformando a casa da mãe, onde vai morar com seu filho. Ela fala que, sem a ajuda do projeto, não sabe para onde iria. (...)

O *Tocando em frente*, programa pioneiro em Minas Gerais no apoio a egressos de centros de internação, chama atenção para essa e outras necessidades das famílias e jovens que vivem essa realidade. A iniciativa é realizada pela Pastoral do Menor da Arquidiocese de Belo Horizonte em parceria com a Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais. (Boletim 237, 2005)

6. Profecias

6.1. Entre a promessa e a realização, um convite

O boletim toma como ponto de partida a ação de negligência da sociedade e do Estado em relação ao adolescente. Posiciona, portanto, tal situação em um nível de constatação. Em função desse cenário, a sociedade civil organizada em Frentes e Fóruns se mobiliza em ações de denúncia, mobilização e enfrentamento. O boletim nos conta que essa é a ação em desenvolvimento. Diante dessa informação, o jornalista pode optar por dar repercussão à ação relatada pelo boletim e os demais leitores podem, inclusive, optar por participar dessas ações. Desse engajamento, poderá ocorrer uma maior responsabilização do Estado e, conseqüentemente, o atendimento adequado aos direitos dos adolescentes que cometem atos infracionais. A consequência maior esperada é o não envolvimento desses adolescentes com tais atos e a não reincidência.

Com base nesses actantes centrais e nas ações por eles inscritas, visualizamos a seguinte orientação funcional, em que a área cinzenta é o quadro de visibilidade privilegiado pelo boletim:

Fora de campo	Passado	Presente	Futuro possível
Adolescente comete ato infracional	Estado é negligente em relação a esse adolescente	A sociedade civil se mobiliza	Adolescente ressocializado
	Adolescente vítima	Adolescente beneficiário	

Como pôde ser observado, o boletim não se detém em casos localizados. Mesmo quando se volta para uma ocorrência específica – manifesto dos agentes, por exemplo – o coloca na perspectiva de inscrever uma discussão mais ampla. Dizemos, portanto, que o boletim privilegia certo quadro de particularização. O ato infracional do adolescente, nele mesmo, é um fora de campo que existe, mas que não é efetivamente enfrentado. A ação dos adolescentes parece situar-se em um antes e um depois. O boletim parte da negligência de que são vítimas enquanto autores de ato infracional. Isso implica haver o reconhecimento de que, antes da negligência, há uma ação dos adolescentes. Na outra ponta, essa ação aparece como uma possibilidade: sua superação depende do engajamento da sociedade e do Estado. Note-se que tal rol de iniciativas não aparece como dependente do próprio adolescente. Tais situações permanecem em um fora de campo do mundo de referência apontado, o que acaba por ser coerente com a ausência das vozes dos adolescentes: eles não estão no campo de visibilidade privilegiado pelo boletim, embora nele ressoem.

É importante perceber, contudo, que todas as dimensões elencadas coexistem. A negligência do Estado, a mobilização da sociedade civil, o engajamento dos cidadãos e o envolvimento dos adolescentes com os atos infracionais estão imbricados em um mesmo passado, presente e futuro. Estão, todos, em desenvolvimento. Contudo, observamos um jogo interessante em que a esfera de ação do adolescente é colocada fora de campo, ou como algo para o qual não se olha ou como uma situação passível de ser modificada.

Como já havíamos assinalado, observamos que o boletim privilegia um sentido argumentativo. A lógica argumentativa se fundamenta em uma relação de causalidade e seus procedimentos se inscrevem numa finalidade racionalizante. “Problematiza os acontecimentos, constrói hipóteses, desenvolve teses, traz provas, impõe conclusões. Aqui não se é chamado a projetar-se no mundo contado, mas a avaliar, medir, julgar o comentário, para tomar a decisão de aderir ou rejeitar, seguindo a razão” (CHARAUDEAU, 2010, p.176). Assim, com base nos actantes trabalhados e na forma como desenhemos uma possível orientação funcional, observamos que o

boletim nos permite ver a proposta³⁷ de que o adolescente envolvido com atos infracionais é vítima da negligência e do desconhecimento do Estado e da sociedade. E a tomada de posição do boletim é evidentemente em favor de tal proposta. A negligência é evidenciada com recurso a dados sobre o perfil dos adolescentes e sobre a execução orçamentária do Estado. Aliado a isso, o boletim mobiliza o ECA e o Sinase de forma a reforçar qual seria o papel do Estado e da sociedade. Com certo didatismo, reitera várias vezes as explicações sobre as medidas socioeducativas. Diz a todo tempo: existe previsão legal de responsabilização, mas faltam investimentos e estrutura. Logo, reduzir a maioria penal não resolverá o problema do envolvimento dos adolescentes com o ato infracional. É interessante observar, neste ponto, o quanto o boletim se conecta ao debate público sobre o tema, de maneira geral. Parece-nos que, ao privilegiar a perspectiva das medidas socioeducativas, busca responder justamente à recorrente crítica de que os adolescentes não são responsabilizados.

A persuasão assume, contudo, contornos especiais no boletim. Não se trata apenas de provar com números e informações jurídicas que o cenário atual está errado. Deixa-se um convite ao leitor. O boletim privilegia, como ação em desenvolvimento, o engajamento da sociedade civil e as ações em favor da efetiva mudança de tal cenário. Nessa perspectiva, o adolescente, como dito, ora é vítima, ora figura como beneficiário. Retomando novamente a orientação funcional expressa no quadro anterior, mas agora com conectivos lógicos, visualizamos o seguinte encadeamento, em que aparecem destacados os elementos privilegiados pelo boletim:

*Adolescente comete ato infracional / não é responsabilizado >porque> o **Estado é negligente (constatado)** >> **diante do que, a sociedade civil se mobiliza (em desenvolvimento)** >> em busca de um engajamento dos cidadãos (mobilização esperada) >> com potencial para evitar o envolvimento dos adolescentes com os atos infracionais e oferecer atendimento efetivo caso ocorra. (futuro em que se pode intervir).*

A mecânica argumentativa se inscreve em um circuito comunicativo, em que um sujeito se engaja em relação ao um questionamento e o outro pode aceitar ou não. Para isso, é preciso que haja partilha de determinados valores. No caso do boletim, ele toma como ponto de partida a negligência

³⁷ A proposta corresponde, em Charaudeau (2009), a um dos elementos do dispositivo argumentativo. A apropriação realizada dessa noção mantém o enfoque discursivo. Assim, a proposta apresentada decorre do sentido global do discurso. Baseia-se em elementos textuais, mas não será encontrada formulada dessa maneira de forma explícita ao longo dos boletins analisados.

do Estado, ou seja, apela para uma inversão ao papel do executivo, o que guarda potencial interessante para mobilizar a opinião da imprensa e dos demais leitores. Com dados sobre a precariedade da oferta das medidas e sobre a falta de investimento financeiro, por parte, sobretudo, do executivo estadual, o boletim procura explicar / justificar sua proposição. Mas deixa em aberto os possíveis desdobramentos. Tenta dar gancho para os debates e, assim, aceitar a proposta, neste caso, significa, na verdade, se inscrever na continuidade da história. A dimensão de pauta fica bastante evidenciada nesse gesto.

Com isso, o boletim faculta aos seus leitores a possibilidade de uma intervenção na ação do próprio adolescente. O olhar “interessado” se particulariza em uma escrita que se propõe com um encadeamento que tenta projetar um futuro, colocando as condições presentes para a sua concretização ou modificação. Ele emerge chamando atenção para um passado de negligências, tenta instaurar descontinuidades e aponta consequências possíveis com base na leitura do presente: a ressocialização ou a continuidade do adolescente na trajetória de criminalidade. Nesse investimento jornalístico, a persuasão assume os contornos de uma tentativa em fazer irromper a ideia de que os adolescentes envolvidos com atos infracionais são vítimas da negligência do Estado e da sociedade e deixar em aberto a possibilidade de que os leitores – jornalistas ou não – se engajem na superação do cenário colocado.

Essa leitura se mostra convergente com o modo de vislumbrar a emergência do movimento social como visto em Mendonça (2007) e Melluci (2001). Conforme Mendonça (2007, p.124), [...] “é o próprio emergir da coletividade que permite a constituição do passado como marcado por práticas desrespeitosas e do futuro como espaço de construção de *outros mundos possíveis*”. Melluci (2001) chama atenção para a importância de, no plano metodológico, separar a análise de uma condição social da ação coletiva, de forma que esta não seja tomada como resultado/consequência de um cenário que ela própria funda e dá a ver. Assim, aponta Mendonça (2007), a ação dos movimentos sociais pode ser analisada como uma proposta de refundação em que a emergência de interpretações imprevistas, que propõem novos modos de convívio, promove a interrupção daquilo que seria um fluxo automático da vida.

Mendonça (2007, p.138) propõe entender os movimentos sociais, eles próprios, como acontecimentos, como potências de ação que “profetizam sobre o passado e o futuro, permitindo a permanente construção da realidade”. Melluci (2001, p.21) nos diz que os movimentos sociais das sociedades complexas são como profetas, “falam à frente”, mas profetizam sobre uma mudança possível para o presente da nossa vida, “não para um futuro distante”. O que caracteriza tais

movimentos, para Melluci (2001), é a vontade de tornar presente o possível, de operar para a mudança no hoje. Colocando outras dimensões de particularização como chaves para o entendimento dos acontecimentos, o boletim “Prioridade Absoluta” propõe uma escrita que emerge, à semelhança do próprio movimento social, de maneira profética: é possível intervir na realidade desses adolescentes, mas se a violação constatada se mantém, esses jovens continuarão se envolvendo com atos infracionais.

Não dizemos, portanto, que essa situação representa, ela própria, um acontecimento, mas, no boletim, é mobilizada por uma dimensão acontecimental, que se realiza em dois gestos. No primeiro, por uma tentativa de atualizar a situação mais geral por meio de ocorrências específicas protagonizadas ou destacadas, em grande medida, pela sociedade civil organizada em Frentes e Fóruns. O segundo gesto se coloca no esforço em fazer emergir a questão central mais ampla como um desvio, uma anormalidade, algo que não deveria ser invisível, afinal representa uma inversão na lógica de que o Estado e a sociedade devem proteger e não violar. Diríamos, portanto, que o acontecimento no boletim não é a situação que irrompe, surpreende e mobiliza um processo coletivo de significação. O esforço é, justamente, em colocar situações que não são vistas pela sociedade como problemáticas.

Em relação à noção de *advocacy*, vemos que a incidência se realiza não apenas por oferecer ao jornalista um material que diz de ocorrências localizadas em um futuro próximo, ou por lhe apoiar na busca das fontes de informação. A narrativa construída deixa em aberto um desfecho que não se resolve com a cobertura apenas. A repercussão a ser dada pela mídia não é fim do processo de *advocacy*, mas o seu início. O boletim se esforça, afinal, para que situações tidas como normais sejam tomadas em dimensão acontecimental. Isso implica ver que, a possível repercussão, deve ser, portanto, o início do inquérito, do debate, dos desdobramentos. O jornalista tem a possibilidade de contribuir para o desfecho da história, à medida que amplia sua repercussão.

Do ponto de vista de uma mídia alternativa, considerando a dimensão de um relato “publicado”, parece-nos que o boletim aponta justamente para o passado, em que as relações causais propostas ganham a força do “já dito”. Trata-se justamente do registro da dimensão profética proposta, em que se deixa um lastro para as situações que poderão surgir mais à frente, mas que já são, na verdade, presentes. Como sugestão de pauta, ele afirma que há algo a ser executado, anuncia uma mudança possível, aponta para um adolescente que estaria à jusante. Mas como um texto publicado e irrevogável, se oferece também como um anúncio cumprido. O adolescente se envolve em atos infracionais ou não é responsabilizado porque o Estado e a

sociedade não lhe deram a atenção adequada. Vemos algo como um “eu avisei”. Essa é uma das dimensões em que podemos tomar o boletim “Prioridade Absoluta” como abertura e fecho, ao mesmo tempo. O boletim não representa, em um dado momento, uma promessa e, em outro, o registro. Ele é as duas coisas ao mesmo tempo.

A condição de um discurso profético parece estar justamente nessa dubiedade. Oliva (2001, p. 54) nos mostra que a condição da palavra profética está em articular, ao mesmo tempo, o anúncio e a realização, que adquire, assim, “o caráter de manifestação não casual”. É interessante observar que o boletim se oferece como promessa e realização e, nisso, possibilita a constituição de uma palavra profética. Por essa perspectiva, tal experiência permite justamente tornar não casual aquelas ocorrências que tendem a mobilizar a atenção de grandes audiências. Diríamos, portanto, que o texto do boletim, ao responder a acontecimentos passados inaugurando novas perspectivas, torna previsíveis aqueles acontecimentos futuros de mesma natureza. Outro aspecto interessante colocado por Oliva (2001, p.56), é que para exceder os limites de um povo, “os dois eventos (profecia e realização) devem estar em povos diferentes, de preferência inimigos, de modo que um não queria confirmar a verdade do outro”. Tal noção nos inspira a pensar que as faces direita e avessa do texto que visamos talvez se dêem como inimigos e, por consequência, testemunhos um do outro. O boletim não trata diretamente dos atos infracionais, reserva a factualidade ao seu avesso, mas é essa presença inquietante, como diz Mouillaud (2002), que atesta sua palavra profética.

6.2. No insurgir de um avesso, os jornalisismos às avessas

Já nas primeiras páginas desta dissertação, propomos colocar o jornalismo às avessas, quando reivindicamos a fecundidade de se considerar os investimentos jornalísticos do terceiro setor como tais, ou seja, como experiências jornalísticas. Para além, contudo, de corroborar críticas ou elogios aos produtos e processos jornalísticos “feitos em casa”, buscamos ao longo de nosso estudo compreender um pouco mais sobre as especificidades dessas experiências e abrir caminhos interessantes para futuras reflexões. Neste tópico, tentamos, portanto, colocar ainda mais às avessas os jornalisismos.

Como vimos, os boletins não abordam diretamente os atos infracionais praticados pelos adolescentes. Tomar o adolescente como vítima implica enxergá-lo em um contínuo que teria início com a ação de negligência e desconhecimento do Estado e da sociedade. Contudo, para que essa omissão ocorra, houve antes uma violação protagonizada pelo próprio adolescente. Ou seja,

poderíamos considerá-lo também como um agressor. Na outra ponta, tem-se o exemplo de que se algo for feito, há esperança. A ação do adolescente parece situar-se, portanto, em um antes e um depois. Contudo, como nos mostra Mouillaud (2002, p.39): “(...) produzir uma superfície visível induz um invisível como seu avesso (...)”. Essa região de sombra é parte daquilo que se mostra. A partir dessa perspectiva, observamos que há um privilégio do boletim a uma dimensão de contextualização e que esse gesto se conecta a um mundo não diretamente tematizado, mas que é parte de sua narrativa. Na verdade, para indicar que o boletim incide em um determinado quadro de particularização é necessário considerar que ele parte de ocorrências singulares, embora não as tematize diretamente. Afinal, a condição de existência do contexto é haver tal referência primeira. No caso do boletim, essa referência é tanto uma ocorrência já “acontecida” quanto a expectativa de novas ocorrências, com base na leitura de um padrão de acontecimentos na área.

Sobre a perspectiva de enfocar o contexto, vemos que esse discurso é forte em outros materiais, como nas análises de mídia. Um indicativo de qualidade observado pelas análises era a capacidade das matérias em abordar a busca de soluções e indicar a existência de debates na sociedade sobre os temas, esclarecendo dimensões legais e éticas a eles relativos. Sobre a cobertura midiática das medidas socioeducativas, Lessa e Garcia (2011, p. 132) apontam que, se por um lado, os casos individuais contribuem para a humanização da cobertura, por outro, “há sempre o risco de se ater ao factual, reforçando tons sensacionalistas e sem contextualização”. As autoras apontam ainda que a descrição pormenorizada da situação da criança e do adolescente cria uma falsa sensação de contextualização. Como recomendação,

a Rede ANDI Brasil aposta na contextualização dos casos e das histórias de vida dos adolescentes em conflito com a lei; de recortes que tracem o perfil socioeconômico (incluindo relação familiar e formação escolar) dos adolescentes; e em uma análise aprofundada sobre o que o ECA preconiza e o que o poder público tem feito para colocá-lo em prática de fato. (LESSA e GARCIA, 2011, p. 133).

Considerando essa escrita pela perspectiva de que há sempre um direito e um avesso, vê-se que estão também presentes nos boletins os casos localizados, o “menor” que comete “crimes” e os grandes acontecimentos em torno do tema, como o caso do menino João Hélio. Essas situações não estão em outro lugar, elas fazem parte também dessa escrita, como essa face avessa à qual se reserva a sombra. Também por isso é possível dizer que a escolha feita é por mostrar dados de contexto, que só são contexto porque também têm em perspectiva esses casos isolados. Essa face

que se mostra privilegia uma dimensão da problemática – o Estado e a sociedade negligente –, mas que só podem ser assim considerados por que alguma outra coisa também acontece.

Dizemos, assim, que o boletim trata de acontecimentos. Ele nasce com os acontecimentos que irrompem, responde a eles, se inscreve no inquérito aberto. Mas ao fazê-lo da perspectiva do movimento social, inaugura outras perspectivas. E, em uma escrita profética, acaba por tornar previsíveis e, portanto, ainda mais problemáticos, aqueles acontecimentos que irrompem. Se persiste o cenário de carência de políticas públicas e de atendimento inadequado aos direitos desses meninos – pobres, negros, com baixa escolaridade – não há razão para supor que o problema será superado. Por essa perspectiva, situações como o caso do menino João Hélio podem ser surpreendentes, chocantes, imprevisíveis em sua singularidade, mas são altamente previsíveis enquanto um fenômeno mais amplo.

O esforço em destacar certo contexto de referência por uma dimensão acontecimental se reveste, nessa perspectiva, de uma interessante dimensão de *advocacy*. Conforme Quéré (2005), o acontecimento pode ser compreendido como uma ruptura, como aquilo que desestabiliza e provoca um inquérito coletivo com vistas a domesticá-lo e reintegrá-lo ao curso normal da vida. O boletim não trata diretamente de tais acontecimentos, mas mobiliza o jornalismo enquanto uma processualidade que se define, em grande medida, pelo esforço em tomar o mundo em uma dimensão acontecimental. Agindo assim, dá a ver um esforço em provocar rupturas que possam mobilizar entendimentos, ações, mudanças. Para isso, ao contrário de domesticar, forja uma história aberta, sem desfecho, algo como um “você (também) decide”. A noção de acontecimento aponta que o “acontecer” implica uma desestabilidade que mobiliza a produção de sentidos, demandando, portanto, que as pessoas se localizem diante daquela situação. A escolha pelo jornalismo e, dentro disso, por investir em fazer ver “rupturas” cumpre o objetivo – intencional ou não – de convocar os sujeitos a uma postura diante do que é colocado.

Contraditoriamente, operando de tal maneira, o boletim talvez forje continuidades, a fim de que os acontecimentos posteriores pareçam decorrer desse outro cotidiano que sempre esteve ali. Uma vez publicado, o boletim já aconteceu, de alguma maneira. Um universo de possibilidades de relações causais vai sendo costurado aos poucos, com o envio constante das sugestões de pauta. Quase como um jornalismo de causas. De causas para as consequências que serão noticiadas depois. E só o perito conhece as causas.

Mas que consequências tirar de tais afirmações? Parece-nos que tal experiência coloca em questão justamente os limites do que se entende por acontecimento no jornalismo, tanto do ponto de

vista da prática jornalística quanto da reflexão sobre essa prática. Ao se oferecer profético, o boletim chama atenção para a previsibilidade dos acontecimentos, o que parece-nos indicar a dificuldade do jornalismo em dar conta do cotidiano, em enfrentar a latência, uma latência que é, contudo, pura potência. Uma latência que, nos mostra o boletim, guarda uma grande força acontecimental, visto que representa a própria condição das rupturas. O jornalismo, por esse ponto de vista, não dá conta do desvio, do anormal, como um fenômeno complexo e cotidiano, se deixando impregnar, na maior parte das vezes, apenas por aquilo que, para o nosso “feito em casa”, é desenlace.

Como nos mostra Quéré (2005), o acontecimento irrompe inaugurando questões antes não imaginadas. Nesse sentido, emerge, de fato, com um poder hermenêutico, faz ver, mas é ponto de partida para o entendimento da ação e não o ponto de partida da própria ação. Na tentativa de domesticar o acontecimento, o texto jornalístico frequentemente forja uma espessura temporal em que o acontecimento se integre no espectro passado, presente e futuro. É o que Charaudeau (2010, p. 135) chama de “blefe”: “o acontecimento é convertido em notícia através de um processo narrativo que o insere numa interrogação sobre a origem e o devir, conferindo-lhe uma aparência (ilusória) de espessura temporal”. O boletim não se furta desse gesto, como vimos. Mas ao privilegiar o contexto como uma dimensão fundamental do acontecimento nos mostra relações causais cujos elementos podem ser visados como coexistentes em um mesmo tempo.

Do ponto de vista da prática, há uma crítica mais óbvia, que não está dada apenas pelo boletim, mas pelo modo como realiza seu texto, a um “colamento” da imprensa às condições imediatas de uma ocorrência. É assim que vemos, por exemplo, a tentativa do boletim de expandir a particularização em torno dessas ocorrências, mostrando o envolvimento dos adolescentes com os crimes como resultado de uma série de outras violações. Além dessa expansão, parece incidir também no sentido em que se dá essa particularização, quando investe esforços em desconstruir argumentos em favor da redução da idade penal. Mas não seria preciso, obviamente, uma cuidadosa análise para uma crítica à cobertura demasiado factual da imprensa.

Assim, a leitura desse “colamento” talvez nos sirva mais a uma crítica direcionada às reflexões que tomam em perspectiva a relação jornalismo e acontecimento. A ansiedade em se fixar nos limites do acontecimento parece impregnar também as análises da área. Nesse sentido, muitas vezes a apreensão do acontecimento é reduzida ao recorte empírico proposto aos materiais e que se dá, quase sempre, na perspectiva desse “colamento” à cobertura do caso. É numa tal perspectiva que, à primeira vista, se pudesse dizer que o boletim “Prioridade Absoluta” não trata de

acontecimentos, se dedicando ao que se poderia chamar de um jornalismo de temáticas ou problemáticas. Por essa leitura, jornalismo e acontecimento deveriam nascer sempre juntos, em verdade, o primeiro sucedendo ao segundo. A leitura proposta aos boletins “Prioridade Absoluta” chama atenção para o fato de que o relato jornalístico pode lidar com um terreno latente de situações, que sequer deveriam existir e que muitas vezes sequer chega a irromper dada a invisibilidade dos temas. Além disso, o próprio boletim se oferece de maneira acontecimental, chamando atenção para o fato de que o jornalismo em si é também um acontecimento. Esse breve apontamento busca apenas indicar que é fundamental questionar sempre sobre os limites do acontecimento. Se dizemos que o texto do boletim se oferece de maneira profética, estamos obrigados a considerar que o acontecimento é também potência, um vir a ser e, assim sendo, sua apreensão pode, do ponto de vista metodológico, experimentar ousadias. Como aponta Antunes,

(...) o acontecimento não aparece, do ponto de vista temporal, como tão facilmente delimitável. Na representação contemporânea do que seja uma notícia, o acontecimento jornalístico se esparrama sobre diferentes temporalidades e tem seu início e fim como pontos de flutuação de operações sujeitas ao contexto sócio-cultural, à própria dinâmica editorial e às modalidades narrativas que irão representá-lo (ANTUNES, 2009, p.86).

Considerando que a proposta deste último tópico é ensaiar tensionamentos ao jornalismo, colocando-o às avessas, cumpre também novo olhar para o “feito em casa”. Mesmo nos permitindo leituras provocativas, é importante registrar que o boletim se realiza em uma dimensão de *advocacy*, de mídia alternativa e de crítica fazendo uso dos esquemas tradicionais do jornalismo. Se, por um lado, joga com os limites do acontecimento, chama atenção para outras causalidades possíveis e se mostra como um jornalismo que privilegia o contexto, por outro, o faz com base no discurso de legitimação que sustenta o jornalismo: fala o que tem para ser dito. Afinal, o profeta também é autoritário, ele vê melhor, é um iluminado.

No gesto profeta de iluminar o contexto, o boletim também nos mostra um texto que não enfrenta o próprio acontecimento. Negligencia casos localizados, não faz falar ao adolescente e nem mesmo o coloca como um sujeito dotado de motivações. Na tentativa sempre de ampliar o debate, mostrar outras perspectivas, o boletim acaba muitas vezes não dando conta de oferecer uma ligação mais evidente com o singular. Nesse sentido, talvez opere com uma expectativa demasiado exigente em relação à imprensa que toma por referência. Ele emerge fazendo ver outras perspectivas, sem, contudo, enfrentar claramente as conexões entre o contexto que evidencia e o singular que negligencia. Assim, vemos na verdade, como destaca Mouillaud (2002), dispositivos que operam

encaixados. Cada qual contribuindo a sua maneira para a escrita do que chamamos de texto jornalístico. O boletim parece reconhecer o poder de afetação do envolvimento de adolescentes com os atos infracionais, mas ajuda a conformar outros contextos, é afetado e afeta, ao mesmo tempo. É avesso e direito de uma tessitura maior em que todos se pretendem verdadeiros e, dessa forma, realçam ainda mais a sua outra face.

7. Considerações finais

Desde as primeiras formulações que deram base a esta pesquisa, estava claro o propósito de compreender como jornalismo as experiências jornalísticas “feitas em casa”. Longe de tomar como problemático – em sentido pejorativo – o fato de seus produtos e processos serem gestados em um ambiente “interessado”, nos estimulava justamente compreender as singularidades que um olhar partidário de uma causa imprimiria ao texto jornalístico. Por isso, a insistência na expressão do “feito em casa”.

Um primeiro desafio colocado foi a própria noção de texto, de produto, de processos, enfim, dos limites do jornalismo. Um entendimento que se desenhou ao longo do próprio estudo foi a ideia de que o texto visado não era exatamente o registro verbal dos boletins. A analogia da costura, com seus avessos e direitos, devida a Mouillaud (2002), nos ajudou a compreender que o lugar dessa experiência jornalística não poderia ser explorado unicamente a partir da face mais visível dos produtos analisados. Seria preciso apanhá-lo entre o direito e o avesso, na necessária conexão com tantos outros direitos e avessos. Em resumo, tentamos explorar um texto jornalístico que só poderia ser compreendido à luz do contexto por ele mesmo fundado. Um texto que se faz de luz e sombra. Por esse caminho é que foi possível indicar que o “feito em casa” está intimamente conectado com outras tessituras e, nesse sentido, necessariamente imbricado na escrita dos acontecimentos jornalísticos.

E o olhar do “feito em casa” guarda o diferencial de dar conta, jornalisticamente, da latência, do que não se vê, de realidades extremamente graves e, em tese, potencialmente acontecimentais. Em tese. Por isso, todo o esforço em tornar rupturas as diversas violações de direitos a que estão submetidas milhares de crianças e adolescentes brasileiros. Mirando uma dimensão mais contextual, e sendo pauta e registro ao mesmo tempo, como vimos, o boletim acaba nos permitindo ver uma escrita profética. E, assim, a conexão com o texto jornalístico de uma maneira mais ampla acaba por

chamar atenção para a previsibilidade de muitos dos acontecimentos que irrompem. Curiosamente, essa escrita emerge acontecimental reposicionando a força dos acontecimentos.

Tal investimento jornalístico reveste-se, ainda, de outro sentido especial, pois aquilo que irrompe exige resposta, posicionamento, entendimentos. Assim, o convite que se deixa é desconcertante e provocador: o leitor – jornalista ou não – pode contribuir para a construção de novas histórias ou continuar testemunha da violação. O boletim, como pauta, pode ser o ponto inicial da história, ou, como registro, pode ser o ponto final. Mas ele é, sempre, as duas coisas ao mesmo tempo, no que se realiza sua força profética. Acreditamos que essa talvez possa ser uma característica comum a outras experiências jornalísticas “feitas em casa”. O boletim é pauta não apenas porque é, institucionalmente, pauta, mas porque, emergindo no bojo de um movimento social, guarde sempre a potência de um pautar.

O olhar do “alto”, voltado para as problemáticas, não dá conta, contudo, das singularidades. Não as ignora, como vimos, mas também não as encara de frente. Seria injusto colocar tal observação como uma cobrança pragmática. O boletim é, antes de tudo, uma sugestão de pauta e não se propõe originalmente a realizar a cobertura de casos. Mas apesar disso, chama atenção, no caso das medidas socioeducativas, a ausência dos adolescentes, o que também parece válido para as outras temáticas, embora por lógicas diferenciadas. Inspirados nas análises, mas extrapolando as leituras diretamente permitidas por elas, parece-nos que há uma dificuldade em lidar com o caso, com a criança, com o adolescente, enfim, com as situações singulares.

Um caminho possível de reflexão que vislumbramos passa por considerar a força com que efetivamente irrompem determinados acontecimentos. Aqueles que atuam com as mais variadas agendas sociais certamente sabem o quão difícil é oferecer respostas a determinadas perguntas. Soares (2011) mostra, por exemplo, que o sofrimento daquele que foi vítima de uma ação violenta de um adolescente não pode ser desprezado. Não se apaga as consequências de um assassinato. E é legítimo que a vítima tenha raiva e queira punição. A questão, aponta o autor, é que se a história começa a ser narrada a partir desse ponto, é mesmo difícil contrapor algum argumento ao sentimento de vingança daquele que sofre. Mas no esforço de mostrar que a violação começa muito antes, no histórico de negligências em relação a esse adolescente, vemos uma escrita que se afasta em demasia dos casos localizados. O próprio Soares (2011) chama atenção para o cuidado que se deve ter em não tomar o agressor como inteiramente vítima. Com essa leitura, não buscamos fazer prescrições ao jornalismo “feito em casa”, sugerindo, por exemplo, uma cobertura mais factual. Trata-se apenas de observar que, se por um lado, essa escrita jornalística consegue dar conta de

dimensões negligenciadas, por outro, negligencia outras. Evidentemente, não estamos dizendo que o boletim deveria tratar diretamente os atos infracionais cometidos pelos adolescentes. Mas mesmo na condição de vítima da precariedade das medidas, por exemplo, os adolescentes não chegam a ser ouvidos. Talvez possamos dizer que se trata de um jornalismo inflamado, mas pouco emocionado.

Outro caminho de reflexão que apontamos diz respeito às condições de realização dessa experiência jornalística. Isso porque a Oficina de Imagens, como um todo, investe grandes esforços em iniciativas que buscam permitir a crianças e adolescentes a expressão por meio da experimentação das mais variadas mídias, inclusive com a participação de pessoas da equipe responsável pela produção dos boletins “Prioridade Absoluta”. São apenas conjecturas, decorrentes de observações assistemáticas, mas acreditamos que o processo de produção dos boletins acaba sendo muito semelhante aos protocolos jornalísticos tradicionais, sobretudo no modo de realização das entrevistas, que se dão sempre de maneira formal, no padrão das fontes procuradas e na própria forma de redação dos textos. Sem pretender fazer recomendações, observamos apenas que a formação profissional da equipe imprime ao “feito em casa” características bastante “industrializadas”. Fica um caminho interessante de reflexão sobre o lugar mesmo desse jornalista militante.

Esta pesquisa nasceu da experiência da pesquisadora em mídias “feitas em casa” e se alimentou todo o tempo de angústias e aprendizados dessa vivência profissional. Por isso, as questões apontadas se revestem de um sentido especial. Significam repensar a própria atuação enquanto um jornalista militante. Nesse sentido, algumas certezas a respeito dessa experiência se confirmaram ao longo do estudo, como o enfoque em uma dimensão contextual, um jornalismo mais focado em problemáticas e pouco interessado em casos particulares. Mas, se no início havia uma ansiedade em afirmar a natureza jornalística dessa experiência – e até certa arrogância por acreditar se tratar de um jornalismo mais bem feito, ao final de toda a reflexão permitida pela pesquisa surgem novas inquietações. A principal delas diz respeito justamente à dificuldade em olhar para o singular – representado pelos casos – e para o outro – representado por todos aqueles que não são exatamente seguidores dessa voz profética. Há nisso desafios enormes do ponto de vista jornalístico e também do ponto de vista pessoal. Afinal, como estabelecer efetivamente um diálogo?

Mas a pesquisa não deixa apenas inquietações, também aplaca algumas angústias. O processo de mudança social é lento, difícil de ser percebido por aquele que está diretamente implicado na luta, o que muitas vezes é motivo de desânimo. Estudar com mais profundidade e com

um olhar diferente um trabalho como o da Rede ANDI Brasil renova a crença não apenas no papel de uma ação dessa natureza como também no papel da própria imprensa. As análises – sistemáticas ou não – dos impactos da Rede ANDI apontam para conquistas importantes, a exemplo da presença na imprensa de temas como o abuso sexual e o trabalho infantil e o aumento no número de matérias dedicadas a crianças e adolescentes como um todo.

E mesmo naquilo em que ainda não se avançou, fica evidente a importância da continuidade do trabalho. As várias experiências jornalísticas serão sempre diferenciadas e complementares. Por isso, optamos por falar em jornalismo. E se o diálogo – direto ou difuso – é uma condição de existência desses jornalismo, implicados em uma grande prosa social, há bons motivos para acreditar em amadurecimentos, para todos.

Referências

ALVAREZ, Sônia E., DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (org.) **Cultura e Política nos Movimentos Sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ANDI. **Da árvore à floresta: a história da Rede ANDI Brasil**: como uma articulação de comunicadores de todo o país está ajudando a colocar a criança e o adolescente no foco da mídia. Brasília, 2005a.

_____. **Manual D. Antônia de Clipagem, Inserção e Classificação**. Brasília, 2005b.

ANTUNES, Elton. **Enquadramento: considerações em torno de perspectivas temporais para a notícia**. Revista Galáxia, São Paulo, n. 18, p.85-99, dez. 2009.

ATTON, Cris. **Alternative and Citizen Journalism**. In: WAHL-JORGENSEN Karin; HANITZSCH, Thomas. The handbook of journalism studies. New York: Taylor & Francis, p. 265-278, 2009.

_____. **Approaching Alternative Media: Theory and Methodology**. In: ATTON, Cris. Alternative Media. Great Britain: Sage Publications, p. 7-29, 2002.

BAUER, M. **Análise de conteúdo clássica: uma revisão**. In: M. BAUER; G. GASKELL (eds.), Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 7ª ed. Petrópolis, Vozes, 2008, p.189-217.

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia**. São Paulo: Paulus, 2006.

BRASIL. **Constituição Federal**. Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 22 de maio de 2011.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em 22 de março de 2011.

BRASIL. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. **Dispõe sobre a adoção**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm. Acesso em 26 de janeiro de 2012, às 22h30.

BRASIL. Lei nº 6.697. 10 de outubro de 1979. **Código de Menores**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L6697.htm. Acesso em 26 de janeiro de 2012, às 22h40. (Revogada)

CHALABY, Jean. **O Jornalismo como invenção anglo-americana**. Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920). *European Journal of Communication*, Vol. II, n.º 3, 1996. Traduzido e republicado em *Media & Jornalismo*, (3) 2003, pp. 29-50.

CHAPARRO, Carlos Manuel. **Linguagem dos conflitos**. MinervaCoimbra: Coimbra, 2001.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**. São Paulo: Contexto, 2009.

CONANDA. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília, 2006. Disponível em www.direitoshumanos.gov.br/sedh/.arquivos/.spdca/sinase_integra1.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2011.

FAUSTO NETO, Antônio. **Jornalismo: sensibilidade e complexidade**. In: *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 18, p.17-30, dez. 2009. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/issue/view/208>. Acesso em 29 de novembro de 2010.

FONSECA, Virgínia P. da S.; BENETTI, Márcia (organizadoras). **Jornalismo e Acontecimento – mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Mídia, Terceiro Setor e MST**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses: Ensaio de teoria do jornalismo**. Florianópolis: Editora Insular, 2009, p.67-87.

GUERRA, Josenildo Luiz. **Instituição e Organização Jornalística: uma distinção conceitual**. Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, UERJ: 5 a 9 de setembro de 2005. Disponível em <http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/17375/1/R1725-1.pdf>

KOVACK, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo; o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LANDOWSKI, E. **Uma semiótica do cotidiano** (Le Monde, Libération). In: A sociedade refletida. São Paulo: Educ/Pontes, 1992, p.117-125.

LEAL, Bruno S. e ANTUNES, Elton. **O acontecimento como conteúdo: limites e implicação de uma metodologia**. In: LEAL, Bruno Sousa; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo. (orgs.). **Jornalismo e acontecimento: percursos metodológicos**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 17-36.

LESSA, Ciça; GARCIA, Fernanda (coord). **10 anos da Rede ANDI Brasil em 20 anos de ECA**. Brasília, DF, 2011.

MAIA, Rousiley C. M (coordenadora). **Mídia e deliberação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

McCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. **A função do agendamento dos media**. In: TRAQUINA, Nelson. **O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**; tradução de Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. **Movimentos sociais como acontecimentos: linguagem e espaço público**. In: Lua Nova, São Paulo, 2007, p. 115-142.

MORETZSOHN, Sylvia. **Profissionalismo e objetividade: o jornalismo na contramão da política**, 2001. Disponível em Biblioteca on-line de ciências da comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-profissionalismo-jornalismo.pdf>. Acesso em 26 de janeiro de 2012, às 18h20.

MOTTA, L.G.. **A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2005. Rio de Janeiro. Anais... São Paulo: Intercom, 2005. Disponível em: galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/.../R2419-1.pdf. Acesso em 26 de janeiro de 2012, às 22h46.

MOUILLAUD, Maurice. **O jornal: da forma ao sentido**. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

NOVAS ALIANÇAS. **Olhos fechados para o adolescente infrator**. Boletim Informativo 03. Belo Horizonte: Oficina de Imagens, 2009.

OFICINA DE IMAGENS. **A criança e o Adolescente na Mídia MG – Especial ECA 15 anos**. Pesquisa Oficina de Imagens / Rede ANDI. Belo Horizonte, ano 5, número 5, 2006.

OFICINA DE IMAGENS. **A criança e o Adolescente na Mídia MG – janeiro a dezembro de 2001**. Pesquisa Oficina de Imagens / Rede ANDI. Belo Horizonte, ano 2, número 2, 2002.

OFICINA DE IMAGENS. **A criança e o Adolescente na Mídia MG – janeiro a dezembro de 2002**. Pesquisa Oficina de Imagens / Rede ANDI. Belo Horizonte, ano 3, número 3, 2003.

OFICINA DE IMAGENS. **A criança e o Adolescente na Mídia MG – janeiro a dezembro de 2003**. Pesquisa Oficina de Imagens / Rede ANDI. Belo Horizonte, ano 4, número 4, 2004.

OFICINA DE IMAGENS. **A criança e o Adolescente na Mídia MG – julho a dezembro de 2000**. Pesquisa Oficina de Imagens / Rede ANDI. Belo Horizonte, ano 1, número 1, 2001.

OLIVA, Luís César Guimarães. **Profecia e contemporaneidade na história pascaliana**. In: Cad. Hist. Fil. Ci., Campinas, Série 3, v. 11, n. 1, p. 45-62, jan.-jun. 2001.

QUÉRÉ, Louis. **Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento**. In: Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, n.6. Lisboa, ISCTE, Casa das Letras, 59-75, 2005.

REDE ANDI BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Um guia para jornalistas**. 2ª edição. Brasília, DF, 2011.

ROSSY, Elizena. **Contra-agendamento: o Terceiro Setor pautando a mídia**. In: Anais do II Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, Belo Horizonte, p.1-26, dezembro de 2007. Disponível em <http://www.compolitica.org/internas/historico/index.htm>. Acesso em 29 de novembro de 2010.

SANT'ANNA, Francisco. **Mídia das fontes**. Um novo ator no cenário jornalístico brasileiro: um olhar sobre a ação midiática do Senado Federal. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2009.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes da sociedade civil: advocacy e incidências possíveis**. In: MARTINHO, Cássio... [et al]. Vida em rede: conexões, relacionamentos e caminhos para uma nova sociedade. Barueri, SP: Instituto C&A, 2011.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. **Direitos humanos de crianças e adolescentes – 20 anos do Estatuto**. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

SOARES, Luiz Eduardo. **Justiça: pensando alto sobre violência, crime e castigo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SOLOSKI, J. **O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico**. In: TRAQUINA, Nelson (org.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993. p. 91-100.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2ª edição, 2005.

VAN DIJK, Teun A. **La noticia como discurso**. Comprensión, estructura y producción de la información. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, S.A, 1ª edição, 1990.

WAISBORD, Silvio. **A sociedade civil pode mudar o jornalismo?** A experiência do jornalismo de defesa civil na América Latina. In: Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo. *Brazilian Journalism Research. Journalism theory, research and criticism* (versão em português). Volume 5, número 1, 2009a.

_____. **Advocacy Journalism in a Global Context**. In: WAHL-JORGENSEN Karin; HANITZSCH, Thomas. *The handbook of journalism studies*. New York, Taylor and Francis: p. 371-385, 2009b.

Sites consultados

www.oficinadeimagens.org.br. Acesso em 22 de março de 2011.

www.redeandibrasil.org.br. Acesso em 22 de março de 2011.

<http://10anos.redeandibrasil.org.br>. Acesso em 20 de maio de 2011.

www.forumdca.org.br. Acesso em 05 de junho de 2011.

<http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna>. Acesso em 05 de junho de 2011.

www.avina.net. Acesso em 05 de junho de 2011.

<http://www.andi.org.br/view/clipping/infancia-e-juventude>. Acesso em 20 de outubro de 2011.

<http://www.andi.org.br/portal-andi/page/historia>. Acesso em 26 de janeiro de 2011, às 19h30.

Anexos

Anexo 1: Boletim Prioridade Absoluta edição 18, 2000

Realização

oficina de imagens

oimagens@latanet.org.br
(31) 3461-3584

PRIORIDADE
a pauta dos direitos
da criança e do adolescente
ABSOLUTA

Minas Gerais, edição nº 18

Integrante da

Rede ANDI

www.andi.org.br

De acordo com o Estatuto, o adolescente que comete ato infracional necessita cumprir medidas sócio-educativas de internação. Porém, o Estado não possui locais adequados para acolhê-los e, contraditoriamente, o governo, juntamente com a sociedade, acredita que a redução da idade penal seja a solução para o problema.

Semana de 6 a 13 de fevereiro

Adolescente infrator não tem local para cumprir medida sócio-educativa em Montes Claros

Não existem vagas em Centros de Internação para receber mais de 2.220 adolescentes que poderiam estar cumprindo as medidas sócio-educativas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em Montes Claros-MG. 819 deles já completaram 18 anos e, se completarem 21, estarão isentos dos direitos previstos no Estatuto.

Segundo levantamento realizado pela delegada da Polícia Civil de Montes Claros, Maria Neuza Rodrigues, 1.440 inquéritos instaurados na Delegacia de Menores local envolvem jovens que já foram indiciados por diversos tipos de crimes, variando de pequenos furtos a assassinatos.

A Secretaria de Justiça declarou que o Estado necessita de cinco Centros de Internação para recolher todos os adolescentes. No ano passado, Minas Gerais deveria ter recebido os recursos da União para o início das obras, mas a verba foi contingenciada pelo Plano de Segurança que prevê para março deste ano a construção de dois Centros.

A Secretaria quer regionalizar o trabalho dos Centros de Internação, mas os municípios temem o aumento da violência. O projeto de regionalização tem como objetivo evitar que adolescentes vindos do interior para cumprir pequenas penas nos Centros de Internação da capital entrem em contato com adolescentes que estão envolvidos em tráfico de drogas e possam se tornar até representantes do tráfico em suas cidades.

Fontes:
Ass. Imprensa Secretaria Justiça e Direitos Humanos: 3250-7144/7104
Oficina de Imagens: 3461-3584

Minas se mobiliza contra a redução da idade penal

Mais de 200 instituições de Minas Gerais estão se mobilizando para impedir a redução da maioridade penal no Brasil. Uma audiência pública será marcada na Câmara dos Deputados ainda este mês para discutir o caráter jurídico do artigo 228 da Constituição Federal, que trata da possibilidade de rebaixamento da idade penal. Um documento elaborado por várias instituições mineiras estará sendo enviado à câmara com o objetivo de manifestação contra a redução da maioridade penal.

O documento que ainda está sendo elaborado pelas instituições alega a ineficácia e a inconstitucionalidade da redução, já que esta proposta não reconhece a condição peculiar do adolescente como pessoa em desenvolvimento e não oferece mudanças nas condições sociais que o levaram a transgredir. De acordo com pesquisas de entidades internacionais, como a ONU, as iniciativas sociais e os governos que trocaram o enfoque de repressão pelo de prevenção e promoção da criança e do adolescente, não só diminuíram a quantidade de infrações como também melhoraram a qualidade de vida de toda a sociedade pelo desenvolvimento das potencialidades desses cidadãos.

Ao contrário do que muitas pessoas pensam, os adolescentes infratores não ficam impunes. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê um conjunto de medidas sócio-educativas para ressocializá-los. De acordo com o documento que será encaminhado para a audiência, "o que ocorre é a negligência do governo e da sociedade em geral que não dispõem, e nem se empenham em dispor, dos meios necessários para a realização das medidas legais que possibilitam a inclusão social desses cidadãos."

Fontes:
Frente de Defesa dos Dir. da Criança e do Adolesc.: 3273-8642
Visão Mundial - Antônio Coquito: 3273-5944

visite nosso site: www.latanet.org.br
oimagens@latanet.org.br (31) 3461-3584

Rede ANDI: ANDI (DF), Uga-Uga (AM), Auçuba (PE), Cipó (BA), Ciranda (PR) Oficina de Imagens (MG).

Novib **AVINA** **W.K. KELLOGG FOUNDATION** **UNICEF** **UNIÃO EUROPEIA** **MISSÃO CRIANÇA**

To help people help themselves



oficina de imagens
www.oficinadeimagens.org.br
(31) 3461-3584

prioridade absoluta

A PAUTA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



Rede ANDI
www.andi.org.br

nº93 23 a 27 de setembro / 2002

Adolescentes que cumprem medida de prestação de serviços à comunidade não têm acompanhamento adequado

Segundo o ECA, o município é o responsável pela execução das medidas sócio-educativas. Em BH, o Juizado da Infância e Juventude acumula esta função e não tem estrutura para monitorar os jovens

Considerada medida sócio-educativa mais branda, a prestação de serviços à comunidade (PSC) é aplicada, na maior parte das vezes, em situações de furto, danos à propriedade e uso de drogas.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), cabe ao poder judiciário decidir e controlar o processo de execução das medidas sócio-educativas. Porém, para que sejam efetivamente realizadas, os municípios devem possuir programas de aplicação que atuem em consonância com a Assistência Social, com o Juizado da Infância e da Juventude e com o Ministério Público. Atualmente, o Juizado da Infância e da Juventude decide, controla e executa a PSC em Belo Horizonte. É ele quem encaminha os adolescentes em conflito com a lei para instituições já conhecidas pelo órgão judiciário e que estejam localizadas, preferencialmente, próximas à residência do infrator.

Nádia Queiroz, coordenadora do Setor de Prestação de Serviços à Comunidade do Juizado, aguarda que o município crie os programas para a aplicação da medida, conforme previsto em lei. Ela argumenta que os três funcionários do seu setor não têm como acompanhar, com o rigor necessário, os cerca de 560 adolescentes que hoje cumprem a PSC na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Queiroz conta que igrejas, hospitais, postos de saúde e centros comunitários recebem a maior parte dos jovens, que são encaminhados de acordo com sua aptidão, como estabelece o ECA. Muitos deles têm escolaridade baixa e, por isso, realizam serviços gerais. Apenas os mais preparados executam tarefas em áreas ligadas à informática e em bibliotecas. Aqueles que trabalham durante a semana prestam serviço comunitário aos sábados e domingos, especialmente em igrejas e hospitais.

Recentemente, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicou no Diário Oficial uma resolução que estabelece a criação de núcleos de execução das medidas de Prestação de Serviços à Comunidade nas Regionais da cidade, o que regularizaria o processo de execução e possibilitaria um acompanhamento mais qualificado do adolescente em conflito com a lei.

As medidas sócio-educativas são medidas jurídicas aplicadas aos adolescentes autores de ato infracional, que têm como objetivo não apenas puni-los, mas também integrá-los à sociedade. O ECA prevê, além da citada na pauta, outros cinco tipos diferentes de medidas: advertência, obrigação de reparar o dano, liberdade assistida, semiliberdade e internação.

ONG EXECUTA MEDIDA COM SUCESSO

Criado há dois anos e meio, o Projeto Marista Crescendo é o responsável pelo encaminhamento dos adolescentes que devem prestar serviços à comunidade da Regional Oeste.

Mariluce Gelais, coordenadora do Crescendo, conta que os adolescentes enviados à instituição pelo Juizado são acolhidos, dispõem de atendimento realizado por assistentes sociais e psicólogos, conhecem as diversas oficinas desenvolvidas pelo projeto (capoeira, hip-hop, teatro, dança, entre outras) e posteriormente são encaminhados para algum estabelecimento, onde prestarão os serviços. Hoje, 37 instituições são parceiras do Crescendo e 40 jovens são acompanhados pelo Projeto. O cumprimento da medida é monitorado a cada 10 dias por telefone e, um vez por mês, um funcionário da Crescendo visita o adolescente.

Dados do Juizado da Infância coletados entre janeiro e agosto de 2002 mostram que 71,42% dos adolescentes que prestam serviços à comunidade têm entre 15 e 17 anos. O crime contra o patrimônio é o ato infracional responsável por 71,6% das aplicações da medida, seguido pelo crime contra a pessoa (19,1% dos casos) e atividades que envolvem drogas (9,28%).

SUGESTÕES DE FONTES:

Nádia Queiroz - coordenadora do setor de Prestação de Serviços à Comunidade do Juizado da Infância e da Juventude (31) 3272 4133

Mariluce Gelais - coordenadora do Projeto Marista Crescendo (31) 3383 1031

Lurene Naiara - psicóloga do Projeto Crescendo (31) 3383 1031

Informações:
Oficina de Imagens - Thiago Herdy (31) 3482 0217



Nº 143 - 29 de setembro a 05 de outubro/2003

Assembléia discute superlotação em centros de internação em Minas Gerais

Os centros de internação em Minas estão excedendo em 70% a sua capacidade de lotação e os centros de internação provisória ultrapassam 105%. Os dados foram levantados em um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), divulgado este mês. O relatório mostra que as unidades de internação de todo o país não atendem às exigências das Nações Unidas e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ao analisar pela primeira vez a situação de 10 mil jovens detidos em 190 instituições em todo o País, o Ipea constatou que muitos vivem em condições subumanas. A pesquisa constatou que 71% desses estabelecimentos não atendem aos requisitos mínimos de higiene, instalações físicas, atendimento médico, jurídico e educacional exigidos. Existem hoje mais de 250 adolescentes presos em cadeias públicas de Minas Gerais. Eles são tratados como presos comuns e não encontram nos centros de internação condições para recuperação e reinserção social.

Para discutir e buscar soluções para essa situação, a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente realiza no dia 30 de setembro, às 14h, no auditório da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, em Belo Horizonte, uma reunião pública, que tem como tema a Situação do Adolescente em Conflito com a Lei em Minas. O evento foi proposto pela Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O deputado estadual André Quintão (PT), coordenador da Frente Parlamentar, afirma que a reunião pre-

tende discutir medidas emergenciais para a situação do adolescente em conflito com a lei no Estado, visando uma solução para esses 258 adolescentes que se encontram em cadeias públicas e para a precariedade dos centros atuais. A Frente Parlamentar vai propor ainda a criação de um grupo de trabalho para checar se há uma compatibilidade entre o Plano Plurianual do Governo (PPAG) e o Plano Plurianual da Superintendência de Atendimento às Medidas Socioeducativas (Samese). Além disso, esse grupo se encarregará de verificar se as deliberações da Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente estão contempladas no PPAG. O Plano Plurianual do Governo chega à Assembléia no dia 30 de setembro e é fechado no dia 30 de outubro.

O promotor da Vara da Infância e Juventude, Ronald Albergaria, afirma que a situação desses adolescentes em cadeias públicas é "imoral" e contraria o ECA e a Doutrina da Proteção Integral das Nações Unidas. O promotor defende a aplicação das medidas em meio aberto, que, segundo ele, além de serem melhores no sentido de uma recuperação do adolescente, é menos onerosa. "Para manter um adolescente internado gasta-se em média R\$ 3,5 mil por mês. Enquanto o gasto com o adolescente que cumpre medida em meio aberto é de aproximadamente R\$ 70," enfatiza. Albergaria, no entanto, considera urgente a construção de centros de internação regionalizados. "Além de desafogar os centros de Sete Lagoas-MG e Belo Horizonte, os adolescentes terão a oportunidade de receber tratamento próximo das famílias", conclui.

SUGESTÕES DE FONTES

Deputado André Quintão
Coordenador da Frente Parlamentar de Direitos da Criança e do Adolescente
(31) 3290 5170

Ronald Albergaria
Promotor da Infância e Juventude
(31) 9615 7394

Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
(31) 3273 8556

INFORMAÇÕES:

Nayara Menezes
(31) 3482 0217 ramais 20/ 21

Anexo 4: Boletim Prioridade Absoluta edição 279, 2007

10 de abril: dia de dizer não à redução da maioridade penal

Terça-feira, 10, é Dia Nacional de Mobilização Contra a Redução da Maioridade Penal;

Implementação do Sinase é uma das bandeiras;

Faltam informações sobre medidas socioeducativas em meio aberto no estado.

Nesta terça-feira, 10 de abril, fóruns estaduais e entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente de todo o país estarão mobilizadas na organização de diversos eventos para a discussão da redução da maioridade penal e do aumento do tempo de internação para adolescentes em conflito com a lei. As duas propostas compõem a série de projetos de lei do pacote antiviolença, que está sendo analisado pelo Senado e devem ser votadas nos próximos dias. Em Brasília, a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Congresso Nacional, junto ao Fórum Nacional DCA e o Conanda, promovem debate sobre o tema, às 14h, na sala 2 da Ala Nilo Coelho do Senado Federal.

A mobilização não pretende apenas marcar o posicionamento do movimento de defesa dos direitos meninos e meninas – contrário às duas propostas –, mas também pedir a implementação efetiva do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). O documento foi apresentado no ano passado pelo presidente Lula e pelo Conanda, durante as comemorações dos 16 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. O Sinase prevê a prioridade às medidas em meio aberto (liberdade assistida ou prestação de serviço à comunidade), em contraponto à privação de liberdade.

Os centros de internação no Brasil

- Uma pesquisa realizada em 2002 pelo Ministério da Justiça e pelo IPEA traçou o perfil dos jovens internados e constatou: 90% eram do sexo masculino, 76% tinham entre 16 e 18 anos, 63% não eram brancos (e, destes, 97% eram afrodescendentes), 51% não freqüentavam a escola, 90% não concluíram o Ensino Fundamental, 49% não trabalhavam, 81% viviam com a família quando praticaram o ato infracional, 12,7% viviam com famílias que não possuíam renda mensal, 66% eram de famílias com renda mensal de até dois salários mínimos e 85,6% eram usuários de drogas.
- Em uma década – de 1996 a 2006 – o número de adolescentes em unidades de internação cresceu mais de 3,5 vezes, passando de 4.245 para 15.426;
- Dados divulgados pela Subsecretaria dos Direitos da Criança e do Adolescente e publicados no Jornal *O Globo*, na edição de 23 de fevereiro de 2007, mostram que o Estado brasileiro gasta R\$ 4.400, por mês, para manter um adolescente em unidades de internação, o que equivale ao gasto com 28 estudantes do Ensino Fundamental (R\$ 158,33 por mês).
- Dados da ONU, que realiza a cada quatro anos a pesquisa *Crime Trends*, revelam que são minoria os países que definem o adulto como pessoa menor de 18 anos. Das 57 legislações analisadas, apenas 17% adotam idade menor do que 18 anos como critério para a definição legal de adulto e destas, com exceção dos Estados Unidos e da Inglaterra, todos os demais países são considerados pela ONU de baixo ou médio desenvolvimento.

(Dados retirados do documento-base do Sinase)

O desafio do meio aberto

A discussão sobre aumento do período de internação e sobre a redução da maioridade penal evidencia o desconhecimento de grande parte da população sobre as medidas socioeducativas em meio aberto. Essa ausência de informações passa, inclusive, pela dificuldade de mensurar quantas cidades mineiras oferecem tais medidas. Em consulta ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e à Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) de Minas Gerais, nenhum dos dois órgãos soube informar quais cidades mineiras contam com o serviço. Em relação ao atendimento em meio fechado, a assessoria de imprensa da SEDS informou que Minas Gerais possui **65** vagas para regime de semi-liberdade e **758** vagas para a internação, sendo **257** para internação provisória. O atendimento se distribui em **22** centros de internação espalhados pelas cidades de Belo Horizonte, Pirapora, Patrocínio, Ribeirão das Neves, Montes Claros, Teófilo Otoni, Governador Valadares, Sete Lagoas e Juiz de Fora.

Segundo dados do Levantamento Nacional de Atendimento a Medidas Socioeducativas (http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls), realizado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), em 2006 Minas Gerais registrava 510 meninos e 23 meninas em medidas de meio fechado. Esse número, se comparado com o total de adolescentes internados em 2002, apresenta um crescimento de 109,8%.

Segundo o Sinase, a municipalização dos programas de meio aberto deveria ser uma das prioridades das políticas públicas de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, por meio da articulação de políticas intersetoriais em nível local e da constituição de redes de apoio nas comunidades. O documento ainda orienta a regionalização dos programas de privação de liberdade e propõe a articulação dos três níveis de governo, levando em conta a intersectorialidade e a co-responsabilidade da família, comunidade e Estado no desenvolvimento dessas iniciativas.

Art.112: Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I – advertência;
- II – obrigação de reparar o dano;
- III – prestação de serviços à comunidade;
- IV – liberdade assistida;
- V – inserção em regime de semi-liberdade;
- VI – internação em estabelecimento educacional;
- VII – qualquer uma das previstas no art.101, I a VI*

- * I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II – orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III – matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento de ensino fundamental;
- IV – inclusão em programa comunitário ou oficial, de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio à família, à criança e ao adolescente.

(Trecho do Estatuto da Criança e do Adolescente)

Atendimento em Belo Horizonte

“Você pode levar o adolescente a cumprir a medida, mas o que você precisa é garantir a ele seus direitos: alguns que precisam ser restituídos e outros aos quais ele nunca teve acesso”, defende a gerente de Medidas Socioeducativas da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social (SMAAS) e presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte, Lúcia Helena Rodrigues. Para a gerente, um dos grandes desafios encontrados pelas cidades para a implementação das medidas em

meio aberto é o interesse político. Para a existência desse tipo de serviço, é preciso que a rede de atendimento à criança e ao adolescente esteja bem estruturada e que os diversos programas oferecidos pelo município estejam articulados.

A capital mineira foi uma das primeiras cidades brasileiras a implementar medidas socioeducativas em meio aberto. Em 1998, teve início o serviço de Liberdade Assistida, medida socioeducativa prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – artigos 118 e 119 – e que prevê o acompanhamento do adolescente em conflito com a lei por um período mínimo de seis meses. No último ano, Belo Horizonte passou a contar, também, com 540 vagas no serviço de Prestação de Serviços à Comunidade, medida prevista pelo artigo 117 do ECA. Atualmente, a cidade conta com 1.240 vagas para atendimento em meio aberto. Segundo assessoria da SMAAS, a Prefeitura investe R\$2,2 milhões ao ano para a manutenção de recursos humanos e infra-estrutura do serviço de atendimento a medidas socioeducativas em meio aberto da capital.

Falácias da redução

Em	Nota	Pública
http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/noticias/ultimas_noticias/not160207)		
divulgada em fevereiro, em solidariedade à família do menino João Hélio, de 6 anos, brutalmente assassinado no Rio de Janeiro, o Conanda marca sua posição contra a redução da idade penal e apresenta alguns dados que justificam o argumento. O texto defende que não há estudos que comprovem que o rebaixamento da idade penal reduz os índices de criminalidade juvenil e, pelo contrário, essa medida forçaria o ingresso de adolescentes no sistema penal brasileiro, conhecidamente incapaz de reinserir os detentos na sociedade. Outro ponto para o qual o documento chama a atenção é o de que a redução não resolve o problema do envolvimento de meninos e meninas no crime organizado e, pelo contrário, promoveria o aliciamento de crianças e adolescentes cada vez mais jovens.		

A outra face da redução da maioridade penal

- A reincidência nas penitenciárias ultrapassa 60% dos casos, enquanto no sistema socioeducativo se situam abaixo de 20%;
- A maioria dos delitos que levam os adolescentes à internação não envolve crimes contra a pessoa e, assim sendo, utilizar o critério da faixa etária penalizaria o infrator com 16 anos ou menos, que compulsoriamente iria para o sistema penal, independente da gravidade do ato;
- Por outro lado, é errônea a idéia de que o problema da violência juvenil em nosso país é mais grave uma vez que a participação de adolescentes na criminalidade é de 10% do total de infratores (pesquisa do ILANUD). No Brasil, o que se destaca é a grande proporção de adolescentes assassinados (entre os primeiros lugares no ranking mundial), bem como o número elevado de jovens que crescem em contextos violentos.

(Trechos retirados da Nota Pública do Conanda, 16/02/2007)

Processo legislativo

Desde 28 de fevereiro, os senadores Antônio Carlos Magalhães (DEM-BA), Aloízio Mercadante (PT-SP), Pedro Simon (PMDB-RS), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Demóstenes Torres (DEM-GO) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) integram um grupo de trabalho da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), formado para

analisar e propor projetos de segurança pública. Após a análise dos seis senadores, as propostas são encaminhadas à CCJ para votação.

Só em março, foram votadas oito propostas do pacote antiviolação. Desse total, duas são diretamente ligadas à proteção de crianças e adolescentes: o PL 118/03, de autoria do senador Aluizio Mercadante, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, punindo com reclusão de quatro a quinze anos e multa quem induz, auxilia ou instiga menores de 18 anos a praticar ou participar de crime de homicídio, lesão corporal grave ou seguida de morte, furto, roubo, extorsão, extorsão mediante seqüestro, estupro e atentado violento ao pudor; e o PL 09/07, do deputado federal Onyx Lorenzoni (DEM-RS), que prevê o dobro da pena em casos nos quais a quadrilha ou bando age armado ou envolve crianças e adolescentes.

Ainda há várias medidas que aguardam votação. Dentre elas, a proposta de redução da maioria penal e de aumento do tempo de internação para adolescentes em conflito com a lei. Segundo informações da Agência Senado, a previsão é de que a CCJ vote todas as medidas nos próximos 20 dias.

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

James Pinho – conselheiro pela Ordem dos Advogados de Minas Gerais

(31) 3222-1223/ 3222-9644

(31) 9952-8311

cedca@social.mg.gov.br

Promotoria da Infância e da Juventude de Belo Horizonte

Dra. Maria de Lourdes Santagema - promotora

(31) 3272-2930

(31) 9987-6261

Pastoral do Menor Regional Leste II

Marilene Cruz - coordenadora

(31) 3273-8556

(31) 9949-1890

Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais

André Quintão – coordenador

(31) 2108-5170

(31) 9952-6215

Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Câmara Municipal de Belo Horizonte

Neila Batista – coordenadora

(31) 3555-1182 - (31) 3555-1183 - (31) 3555-1344

Vara da Infância e da Juventude de Belo Horizonte

Valéria Rodrigues - juíza

(31) 3273-4133

Gerência de Medidas Socioeducativas da Secretaria Municipal de Assistência Social de BH

Lucia Helena Rodrigues

(31) 3277-4565/4570

Núcleo da Infância da Defensoria Pública de Minas Gerais

Wellerson Corrêa - coordenador
(31) 3227-3369

Same - Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (MG)

Marcos Nonato - assessor de imprensa
(31) 2129 9617 / 9617
ascom@defesasocial.mg.gov.br

Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal

Gildete Leite de Melo - secretária
(61) 3311-4609/4612

Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR)

Carmem de Oliveira - subsecretária de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
Thais Herdy - assessora de imprensa
(61) 3429-3498
thais.guedes@sedh.gov.br

Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Selma Batista - secretária executiva
(61) 3323-6992 ou 3322-6444
forumdca@forumdca.org.br
www.forumdca.org.br

Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente)

Marta Tonin - conselheira representante do Conselho da OAB
(41) 3213-8790
Ariel de Castro - conselheiro e membro da Comissão da Criança e do Adolescente da OAB
(11) 9127-5341 / 3106-9737 / 3105-1693

Associação Brasileira dos Magistrados e Promotores da Infância (ABMP)

Laila Shukair - presidente
(11) 3119-9585

Instituto das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (Ilanud)

Karyna Sposato - diretora executiva
(11) 3259-0068
karyna@ilanud.org.br

Prioridade Absoluta nº 338 | 30 de junho a 6 de julho de 2008

Sugestão de pauta

Municípios brasileiros assumem medidas socioeducativas

Liberdade Assistida em Belo Horizonte completa 10 anos em 2008;

Medida é determinada pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo;

Até 2010, todas as cidades com mais de 50 mil habitantes devem oferecer esses programas.

Em dois anos, o número de adolescentes privados de liberdade no Brasil aumentou 10,5%. É o que revela a comparação entre dois levantamentos nacionais sobre o atendimento socioeducativo realizados em 2004 e 2006 pela Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA), vinculada à Secretaria Especial de Direitos Humanos. Mais do que o aumento do número jovens envolvidos em crimes, o dado revela a inversão do que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): a prioridade para as medidas socioeducativas em meio aberto.

A previsão é de que este ano sejam investidos mais de R\$ 6 milhões na municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto pela SEDH e pelo Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA). O critério para concorrer aos recursos é ter acima de 100 mil habitantes (com exceção aos municípios da região Norte) e ter Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS).

Segundo o coordenador do Pró-SINASE, Fábio Silvestre, em 2008, 301 cidades serão beneficiadas e a expectativa é de que até 2010 todas as cidades com mais de 50 mil habitantes estejam responsáveis pela aplicação das medidas socioeducativas em meio aberto.

Com essa expansão, os adolescentes que cometem atos infracionais devem ter mais chances de serem atendidos por programas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) – medidas mais eficientes na diminuição da violência e na inserção dos jovens na vida social do que a internação em estabelecimentos educacionais

Municipalização em Minas

Belo Horizonte é considerada uma das cidades pioneiras na implantação dessas medidas. Em abril deste ano, o Programa Liberdade Assistida completou 10 anos e a Prestação de Serviços à Comunidade é mantida pela prefeitura há quatro. Para se ter uma idéia, a municipalização das medidas em meio aberto começou a acontecer em Boa Vista, capital de Roraima, em 2005 e a cidade de São Paulo iniciou esse processo apenas em 2006.

De acordo com a Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte, a capacidade máxima de atendimentos, por mês, é de 960 adolescentes na Liberdade Assistida e 660 na Prestação de Serviços à Comunidade. Para manter os programas, são destinados mensalmente cerca de R\$100 mil para o LA e R\$ 88 mil para o PSC.

Em maio deste ano o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude do de Minas Gerais (CAO-IJ) concluiu um levantamento sobre a oferta de medidas em meio aberto no estado. Das 294 comarcas mineiras, 133 afirmaram que não possuem PSC e 192 negaram a existência de LA. Confira os dados na tabela a seguir:

Prestação de Serviços à Comunidade	
Comarcas que têm PSC	60
Comarcas que não têm PSC	133
Comarcas que têm PSC de forma irregular*	101
Liberdade Assistida	
Comarcas que têm LA	42
Comarcas que não têm LA	192
Comarcas que têm LA de forma irregular*	60

Fonte: Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude do de Minas Gerais (CAO-IJ). Levantamento concluído em maio de 2008.

* O CAO incluiu na categoria IRREGULAR os atendimentos de forma improvisada, sem um programa específico, e/ou por órgão de caráter não executivo.

Como funciona o liberdade assistida?

Quando um adolescente é encaminhado para um programa de Liberdade Assistida, é preenchido o PIA (Plano Individual de Atendimento). Nele estão definidas as metas que deverão ser alcançadas no decorrer do cumprimento da medida. Se o adolescente está fora da escola, deve ser matriculado; se é usuário de drogas, deve ser encaminhado para a um programa de tratamento da dependência química, por exemplo. A possibilidade de ser incluído no Bolsa Família ou de integrar um projeto de formação profissional, dentre outros serviços, também é avaliada.

Durante a execução da medida, que tem duração mínima de seis meses, é realizado o acompanhamento deste plano. Em Belo Horizonte, o adolescente deve comparecer semanalmente a uma visita com um técnico do programa e, em alguns casos, conta também com o auxílio de um orientador social voluntário. Para ser orientador, é preciso ter mais de 21 anos e disponibilidade para participar de encontros semanais com o adolescente. Entre a manifestação da vontade e o contato com os jovens, o voluntário passa por uma entrevista e reuniões com a equipe do programa para conhecer melhor a proposta e se preparar para o trabalho.

Cenário nacional

O Mapeamento Nacional das Medidas Socioeducativas em meio aberto, realizado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos e o Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (Ilanud) no último ano, identificou algumas características do perfil dos adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas no País. Segundo dados preliminares, 92% destes adolescentes são do sexo masculino; 46% possuem entre 17 e 18 anos; 54% têm nível fundamental de ensino (só 4,9% possui Ensino Médio); e a maioria cometeu algum ato infracional contra o patrimônio, preponderantemente roubo (roubo + furto: 55% do total)

SINASE

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) aponta a prioridade para a municipalização dos programas de meio aberto. O documento orienta para a articulação das políticas intersetoriais em nível local e a constituição de redes de apoio nas comunidades. As medidas em meio aberto (Advertência, Obrigação de Reparar o Dano, Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida) foram priorizadas em detrimento das restritivas de liberdade (semiliberdade e internação em estabelecimento educacional), porque estas somente devem ser aplicadas em caráter de excepcional.

O Sinase propõe diretrizes para uma política pública voltada para a implementação das medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Estabelece um conjunto de regras e critérios de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo que devem ser seguidos durante o processo de apuração de ato infracional cometido por adolescentes até a execução de medida socioeducativa. O documento completo pode ser acessado em http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/spdca/sinase/.

SUGESTÕES DE ABORDAGEM

- 1) Procure saber se como está a implementação dos programas de medidas socioeducativas em meio aberto em sua cidade. Como os programas são de responsabilidade do governo municipal, você pode entrar em contato com a prefeitura.
- 2) No caso de municípios em que já há implementação de medidas em meio aberto, busque saber se há déficit de vagas e qual o percentual de atendimentos em meio aberto em relação ao meio fechado.
- 3) Procure saber quanto custa, em sua cidade o atendimento em meio aberto e compare com quanto se gasta para manter os jovens em meio fechado. Explore também o impacto social do atendimento em meio aberto.

SUGESTÕES DE FONTES

Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente

Fábio Silvestre – coordenador Pro-Sinase

Carla Oliveira – assessora de imprensa

(61) 3429-9440/ 9805

Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte

Márcia Mezêncio – coordenadora do Programa Liberdade Assistida de Belo Horizonte

(31) 3277-4570 / 4420 / 4598

Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e da Juventude de Minas Gerais
José Ronald Vasconcelos de Albergaria – coordenador do CAO e procurador de justiça
(31) 3293-8044

Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais
Assessoria de comunicação
(31) 2129-9617 / 9618 / 9619

INFORMAÇÕES
Oficina de Imagens
Rachel Costa / Eliziane Lara
(31) 3482-0217 / 8428-9723

prioridade ABSOLUTA

a pauta dos direitos da criança e do adolescente



Prioridade Absoluta nº 384 | 9 a 15 de agosto de 2009

Sugestão de pauta

Agentes denunciam precariedade no CEIP Dom Bosco

Centro de Internação provisória funciona com praticamente o dobro da capacidade. Agentes afirmam que atuais condições impedem garantia de segurança dos adolescentes. Governo estadual não gastou, até agosto, nenhum centavo do previsto para reforma em 2009.

Um manifesto de repúdio à superlotação e à situação precária do Centro de Internação Provisória (CEIP) Dom Bosco, que fica no bairro Horto, em Belo Horizonte, veio à tona recentemente revelando inúmeras violações aos direitos dos adolescentes que aguardam a definição da medida socioeducativa. O documento foi produzido pela Comissão de Agentes Socioeducativos do CEIP. Segundo o Manifesto, o CEIP Dom Bosco tem capacidade máxima de 77 vagas, mas atende a cerca de 140 adolescentes. Alguns deles, segundo o manifesto, estão internados há quase quatro meses, aguardando vagas em Centros de Internação, quando, por lei, deveriam ficar internados provisoriamente por, no máximo, 45 dias.

O documento foi encaminhado ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, à Promotoria e Juizado da Infância, Conselho Tutelar e Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (Suase). Em nota, a Suase não comentou o manifesto e se limitou a informar os investimentos que vêm sendo feitos na ampliação, melhoria e reordenamento dos alojamentos, e também na capacitação dos adolescentes, por meio de cursos à distância, atividades lúdicas e esportivas. Entretanto, dados da execução orçamentária do estado revelam que, de janeiro a agosto deste ano, nenhum centavo havia sido gasto na reforma dos centros socioeducativos e apenas 1,1% do crédito autorizado para a modernização do sistema socioeducativo havia sido executado.

Denúncias

No manifesto, é detalhada a rotina de cerca de 140 adolescentes. Cada alojamento abrigaria, em média, nove adolescentes, onde cabem três. De acordo com o documento, eles vivem amontoados e sem acesso a condições básicas de higiene. As atividades externas são prejudicadas pela superlotação e, por isso, os adolescentes passam a maior parte do tempo trancados nos alojamentos. Segundo o documento, os banheiros não têm luz, são pouco higienizados e tampados por cobertores, não há lixeiras nos alojamentos e, com isso, os adolescentes jogam o lixo no corredor dos núcleos. Os agentes denunciam ainda que, por falta de alojamentos, os adolescentes não são separados por diferença de idade, compleição física ou gravidade da infração nas primeiras 48 horas, quando chegam à unidade.

"Aquilo lá é um verdadeiro campo de concentração", relata o coordenador da Comissão de Medidas Socioeducativas do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais (CEDCA-MG), Raymundo Rabelo Mesquita, que já visitou o local. Essas condições levam, segundo denunciam agentes por meio do Manifesto, a um cenário caótico, de agressividade e insegurança. De acordo com o manifesto, a precariedade da estrutura do CEIP Dom Bosco dificulta aos agentes zelar pela integridade física, mental e emocional dos jovens internados. Entre 2008 e 2009, três adolescentes foram assassinados dentro do CEIP durante conflitos entre os internos.

Histórico

A situação precária do CEIP Dom Bosco não é novidade para quem atua na área e já motivou até mesmo uma Ação Civil Pública do Ministério Público contra o Estado. O processo deve ser julgado nos próximos dois meses e determina que os adolescentes que já receberam medidas sejam transferidos com urgência para os cinco centros de internação do estado. Segundo o promotor de justiça Márcio Rogério Oliveira, a superlotação do CEIP Dom Bosco se dá, principalmente, pela permanência de adolescentes que já receberam a medida de internação, mas ainda não foram encaminhados aos Centros de Internação por falta de vagas. Esses adolescentes ocupariam cerca de 80 vagas do CEIP, de acordo com ele.

Embora amenize, aponta o promotor, a determinação não deve solucionar os problemas. "O que resolve mesmo é a construção de um novo centro de internação para disponibilizar mais vagas. Essa situação deveria ter sido resolvida no ano passado e não foi. As obras duram pelo menos 12 meses, então será mais um ano convivendo com esse problema", denuncia. A Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (Suase), por meio de nota, informou que as obras já foram iniciadas no bairro Horto e a previsão é de que o Centro seja inaugurado até o primeiro semestre do ano que vem.

Revolta

"Nós fizemos visitas ao CEIP e sabemos que é isso mesmo que está acontecendo, não há nenhum exagero no Manifesto. É muito triste ver que nada mudou e que a gente tem feito tanta coisa e nada tem chegado para mudar a vida desses adolescentes. O CEIP não tem nem espaço físico, nem pedagógico, nem espiritual para recuperar nenhum adolescente", denuncia a conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e membro da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do

Adolescente de Minas Gerais, Miriam Maria dos Santos. Ela visitou o CEIP Dom Bosco ainda no início do ano e relata ter encontrado as mesmas irregularidades apresentadas no manifesto.

SUGESTÕES DE FONTES

Márcio Rogério Oliveira

Promotoria da Infância e da Juventude de Belo Horizonte
(31) 2129-9413

Miriam Maria dos Santos

Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e membro da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais
(31) 2103-1200

Raymundo Rabelo Mesquita

Coordenador da Comissão de Medidas Socioeducativas do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais (CEDCA-MG)
(31) 2103-1200

Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas - Suase

Assessoria de comunicação
(31) 2129-9618

INFORMAÇÕES

Oficina de Imagens

Eliziane Lara / Gabriela Garcia
(31) 3465-6801 / 8481-4977

Notas da semana

Conferência Estadual será realizada em outubro

Foi confirmada nova data e local para a VII Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, que será realizada nos dias 6, 7 e 8 de outubro, no Hotel Tauá, em Caeté, a 45 km de Belo Horizonte. O encontro tem o objetivo de discutir as políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes, além de definir os delegados que participarão da VIII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a se realizar entre os dias 7 e 10 de dezembro em Brasília (DF).

INFORMAÇÕES

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-MG)

(31)3222-1223 / (31)3222-9644

Sociedade e poder público debatem orçamento

O Movimento Nossa BH promove no próximo dia 10 de outubro, às 17 horas, no Centro

Cultural da UFMG, um debate entre a sociedade civil e o poder público. A finalidade do encontro é discutir as diretrizes do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) de Belo Horizonte, lei que prevê os gastos municipais para o período de 2010 e 2013. Os cidadãos poderão debater com os representantes da Prefeitura e da Câmara de Vereadores o planejamento dos recursos para os próximos anos. O evento faz parte de uma mobilização que tem ocorrido em todo país em prol de cidades mais sustentáveis e é uma oportunidade da sociedade incidir sobre os gastos e prioridades previstos no PPAG que será votado em outubro.

INFORMAÇÕES

Movimento Nossa BH - www.nossabh.org.br

(31) 3274-6522

Pequenos jornalistas ajudam a fazer notícia no dia das crianças

Meninos e meninas vão poder escolher o que vai ser notícia no caderno especial do Dias das Crianças. Essa é a proposta da 2ª edição do Repórter Guri, projeto promovido pelo caderno Gurilândia, do jornal Estado de Minas, que tem como objetivo envolver crianças e adolescentes na publicação do sábado, dia 10 de outubro. Os interessados podem participar de duas formas: votando pelo site www.uai.com.br no tema que gostaria de ver retratado na edição do Gurilândia ou concorrendo a uma visita à redação do jornal. Para acompanhar o processo de apuração e edição das notícias, os candidatos devem enviar, até o dia 19 de setembro, uma carta para Avenida Getúlio Vargas, 291 - 2º andar, Bairro Funcionários, CEP 30112-020 ou um e-mail para gurilandia.mg@diariosassociados.com.br respondendo a pergunta: "Qual notícia você gostaria de nos contar?". O resultado do concurso será publicado na edição do dia 26 de setembro. Os seis selecionados para visitar o jornal farão o acompanhamento da redação nos dias 1º e 2 de outubro. Para mais informações, clique [aqui](#).

Equipe:

Eliziane Lara
Graziella Tavares
Larissa Veloso
Luana Borges
Luciano Dias
Mariângela Camargos
Paulo Henrique Marques
Tábata Barbosa

visite

comente

cancelar
assinatura

Rede ANDI:

[Agência de Notícias dos Direitos da Infância - ANDI \(DF\)](#)

[Agência Uga-Uga de Comunicação \(AM\)](#)

[Agência Oficina de Imagens - Comunicação e Educação \(MG\)](#)

[Agência Auçuba - Comunicação e Educação \(PE\)](#)

[Agência Cipó - Comunicação Interativa \(BA\)](#)
[Agência Ciranda - Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência \(PR\)](#)
[Companhia Terramar \(RN\)](#)
[Girassolidário - Agência de Notícias em Defesa da Infância \(MS\)](#)
[Agência Catavento Comunicação e Educação Ambiental \(CE\)](#)
[Agência de Notícias da Infância Matraca \(MA\)](#)
[Missão Criança \(SE\)](#)

A REDE ANDI É UMA ALIANÇA ESTRATÉGICA COM:



AS AÇÕES DA REDE ANDI BRASIL EM MINAS GERAIS CONTAM COM O APOIO DE:

